

Seção Especial
Demografia do Brasil



Economia Brasileira em **PERSPECTIVA**

Ministério da
Fazenda



16^a Edição | Agosto | 2012

Índice

Sumário Executivo	7
Atividade Econômica	9
Emprego e Renda	37
Inflação	51
Juros e Crédito	61
Política Fiscal	75
Setor Externo	89
Panorama Internacional	103
Seção Especial – Resultados do Censo Demográfico 2010	127
Anexo – Recentes Medidas de Política Econômica	145
Glossário	160

NOTA

O Relatório “Economia Brasileira em Perspectiva”, publicado pelo Ministério da Fazenda, consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil.

O documento é resultado do trabalho conjunto dos seguintes órgãos deste Ministério: Secretaria de Política Econômica (SPE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Nesta edição, os dados estão atualizados **até 17 de agosto de 2012**.

Governo reage ao agravamento da crise internacional

No primeiro semestre de 2012, o desempenho da atividade econômica brasileira foi influenciado pelo agravamento da crise internacional, que abateu o ânimo dos investidores e tornou os consumidores mais cautelosos. A retração de vários mercados consumidores afetou as exportações dos países emergentes, desde as chinesas até mesmo as brasileiras. Nesse contexto de fraqueza da demanda nas economias avançadas, o fluxo de exportações para a economia brasileira se intensificou, acirrando ainda mais a disputa com a indústria doméstica. Porém, com a mudança do patamar da taxa de câmbio, com medidas de estímulos à demanda doméstica, deu-se início a reação da indústria local. No âmbito doméstico, o PIB do primeiro trimestre foi afetado também por intempéries climáticas que prejudicaram momentaneamente o desempenho da agricultura brasileira.

Vale ressaltar que, ao contrário do que foi visto em vários países, a economia brasileira não registrou queda de crescimento no primeiro semestre de 2012. Mais importante ainda são os sinais claros de recuperação da atividade econômica, que já podem ser observados em indicadores do segundo semestre de 2012. Além de diversas medidas de desonerações tributárias, boa parte delas voltadas para os investimentos, a economia brasileira tem o impulso significativo da queda na taxa de juros. Essa mudança econômica histórica não só reduz os custos financeiros da economia, mas também estimula os empresários a investirem e os poupadores a procurarem alternativas de investimentos que vão financiar a produção. A essa transformação estrutural, o Governo estimula os investimentos por meio das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que neste ano foi ampliado com o PAC-Equipamentos e com o recente anúncio de novas concessões em rodovias e ferrovias, conforme o Plano de Investimentos em Logística. ■

Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Atividade Econômica

Ministério da
Fazenda

Atividade econômica mais forte no segundo semestre

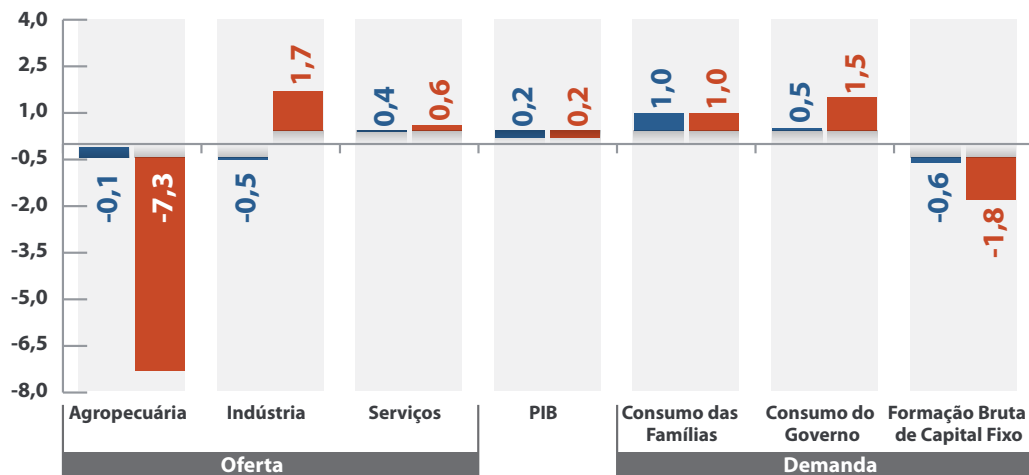
As medidas anticíclicas em curso e a ênfase maior no investimento já começam a surtir efeito e a economia brasileira reage para alcançar um crescimento mais vigoroso a partir do segundo semestre de 2012. Desta forma, ao final do ano, a economia deverá estar crescendo a um ritmo anualizado em torno de 4%.

Os investimentos relativos à segunda fase do Programa de Aceleração de Crescimento têm crescido consistentemente, assim como os investimentos privados como um todo. Vale destacar que um terço das ações do PAC 2, previstas para o período 2011-2014, já está concluído. Além disso, benefícios fiscais estão sendo concedidos para diversos setores no intuito de desonerar os investimentos e manter o emprego, o que contribui para a expansão do potencial de crescimento da atividade econômica. ■

Crescimento econômico: demanda e oferta

A estabilidade da taxa de crescimento do primeiro trimestre de 2012 em relação ao quarto de 2011, analisada sob a perspectiva da oferta, é decorrência do impacto de intempéries climáticas sobre o setor agropecuário (-7,3%), contrabalançado pelo crescimento dos setores industrial (+1,7%) e de serviços (+0,6%). Pelo lado da demanda, os consumos das famílias e do governo cresceram 1,0% e 1,5%, respectivamente.

Taxa de Crescimento do PIB: Oferta e Demanda (% trimestral, com ajuste sazonal)



■ 4T2011

■ 1T2012

Dados em: % trimestral,
com ajuste sazonal

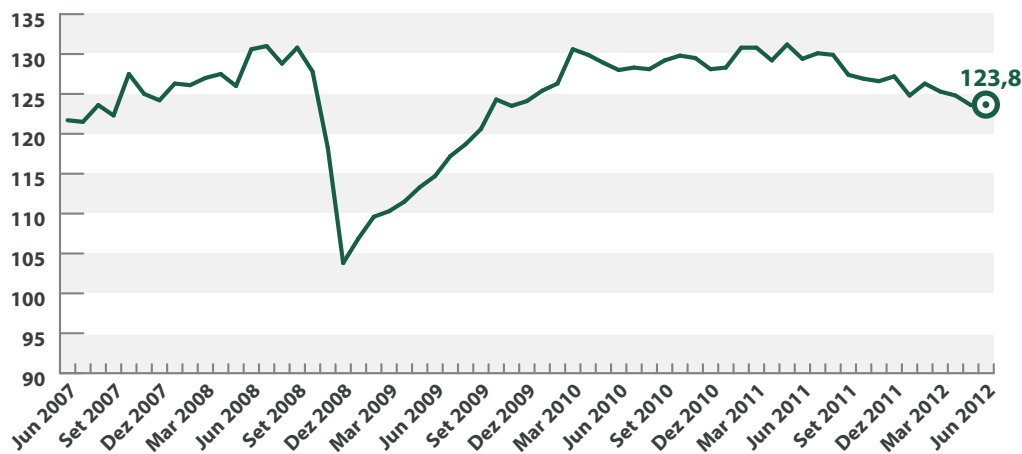
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Produção industrial inicia recuperação

Em junho de 2012, a produção industrial interrompeu uma série de três meses consecutivos de contração na comparação entre o mês corrente e o mês imediatamente anterior. O crescimento foi de 0,2%, com destaque para a produção de bens de capital, +1,4%, e a de bens de consumo, +2,9%. Espera-se aceleração da indústria no 2º semestre, apoiada pelos incentivos recentemente adotados pelo Governo Federal e pelo novo mix de juros mais baixos e taxa de câmbio mais competitiva.

Índice de Produção Industrial (número-índice)



Dados em: número-índice,
com ajuste sazonal (2002=100)

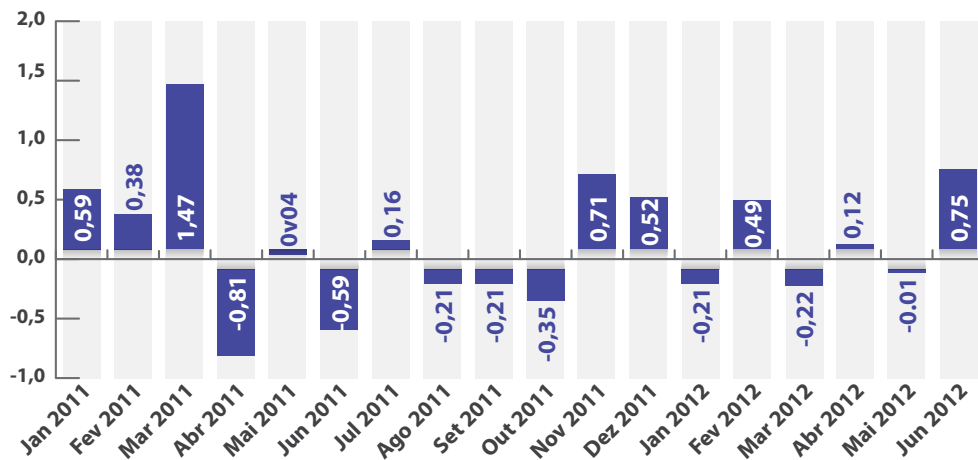
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia em retomada de crescimento

A retomada da atividade econômica no Brasil já pode ser observada nos indicadores econômicos mais recentes. Além dos resultados positivos do mercado de trabalho e do varejo, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado pelo Banco Central do Brasil, registrou alta de 0,75% em junho de 2012, na comparação com o mês anterior. Este é o melhor resultado mensal desde março de 2011, quando o IBC-Br marcou 1,47%.

Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil (% a.m.)



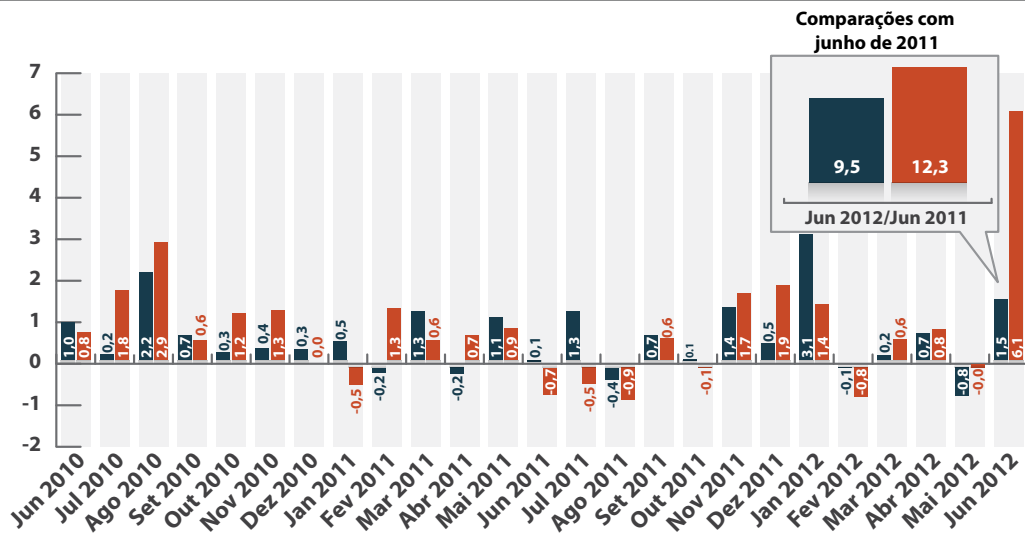
Dados em: % mensal
com ajuste sazonal

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Comércio reforça cenário de recuperação da economia

O cenário de recuperação da atividade econômica também é observado nos dados do varejo. Em junho de 2012, as vendas no varejo restrito aumentaram 1,5% e no varejo ampliado, 6,1%, em relação ao mês anterior. A grande recuperação do varejo ampliado, a maior alta desde setembro de 2009, foi largamente influenciada pela medida de redução do IPI para veículos adotada pelo Governo no final de maio. Ademais, tanto no acumulado do ano de 2012 como na comparação com junho de 2011, os números do varejo mostram crescimento expressivo.

Volume de Vendas no Comércio Varejista (% a.m. e % T/T-12)



■ PMC
■ PMC Ampliada*

Dados em: % mensal com ajuste sazonal, % T/T-12

* Incluindo veículos, motocicleta, partes e peças e materiais de construção

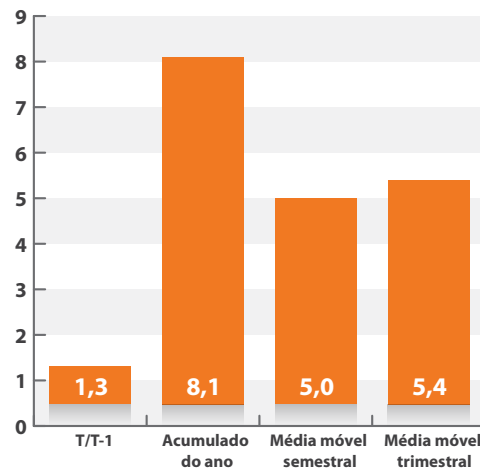
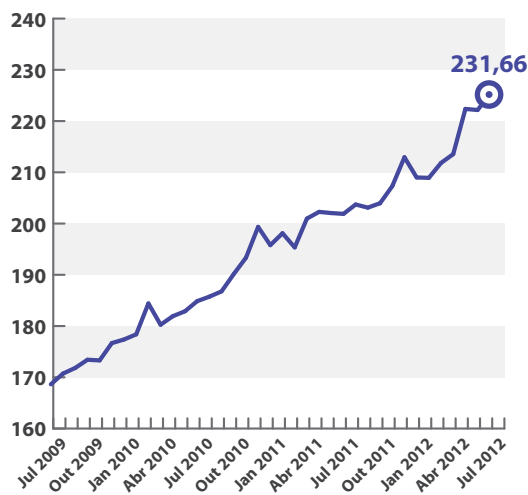
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Índice de atividade econômica do comércio com tendência de alta

O movimento dos consumidores no varejo apresentou aumento de 1,3% em julho ante junho de 2012. Na comparação com julho do ano passado, a alta foi de 11,3%, a maior desde dezembro de 2010. No acumulado do ano com crescimento de 8,1%, quase todos os segmentos apresentaram avanço. O destaque nesta base de comparação ficou com o setor de material de construção, com avanço de 8,7%, sinalizando movimento de aceleração na atividade da construção civil.

Indicador Serasa Experian de Atividade Econômica (índice e variações)



— Índice
■ Variações

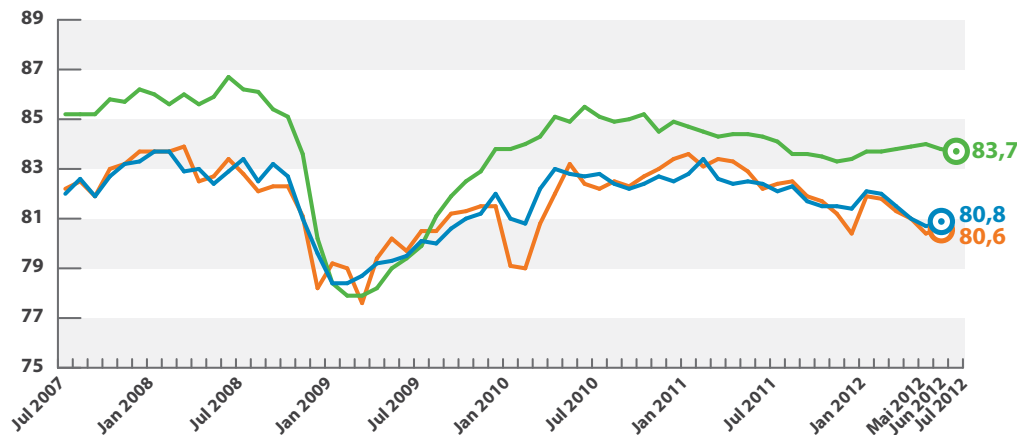
Dados em: índice, % mensal com ajuste sazonal, acumulado do ano, média móvel semestral e média móvel trimestral

Fonte: Serasa Experian
Elaboração: Ministério da Fazenda

Recuperação da atividade industrial não provocará pressões inflacionárias

Os níveis de utilização da capacidade instalada (NUCI), medidos pela FGV, CNI e FIESP, mostram que há espaço para o crescimento sustentável da produção industrial. O NUCI-FGV atingiu o patamar de 83,7% em julho de 2012, ao passo que o NUCI-FIESP registrou 80,6% em junho. O NUCI-CNI está em 80,8% (dados de junho de 2012). Esses níveis garantem que a recuperação da atividade econômica não provocará pressões inflacionárias.

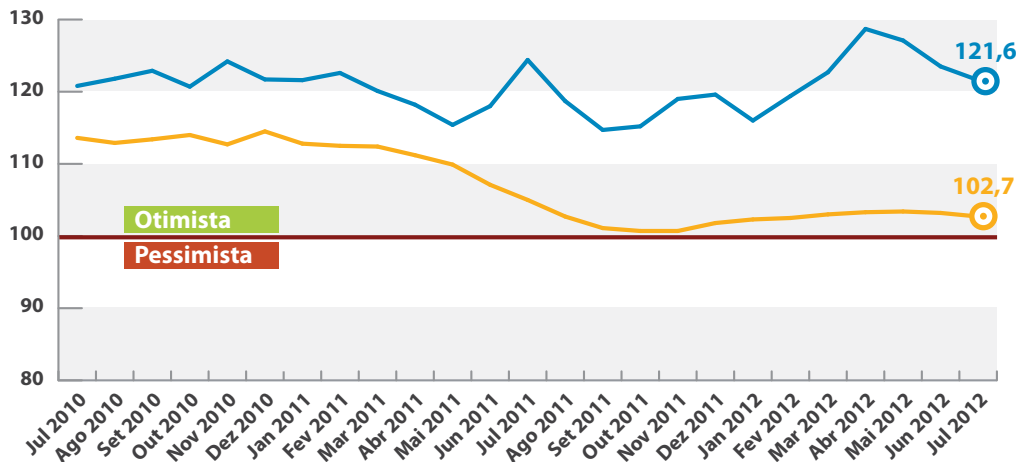
Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%)



Confiança na economia brasileira continua elevada

Os números de julho de 2012 mostram que tanto o índice de confiança da indústria como o do consumidor permanecem na zona de otimismo a despeito da deterioração do ambiente macroeconômico internacional. Esses indicadores apresentarão sensível melhora com o maior dinamismo da economia no segundo semestre.

Índices de Confiança: Indústria e Consumidor (pontos, com ajuste sazonal)



— Índice de Confiança do Consumidor
— Índice de Confiança da Indústria

Dados em: pontos, com ajuste sazonal

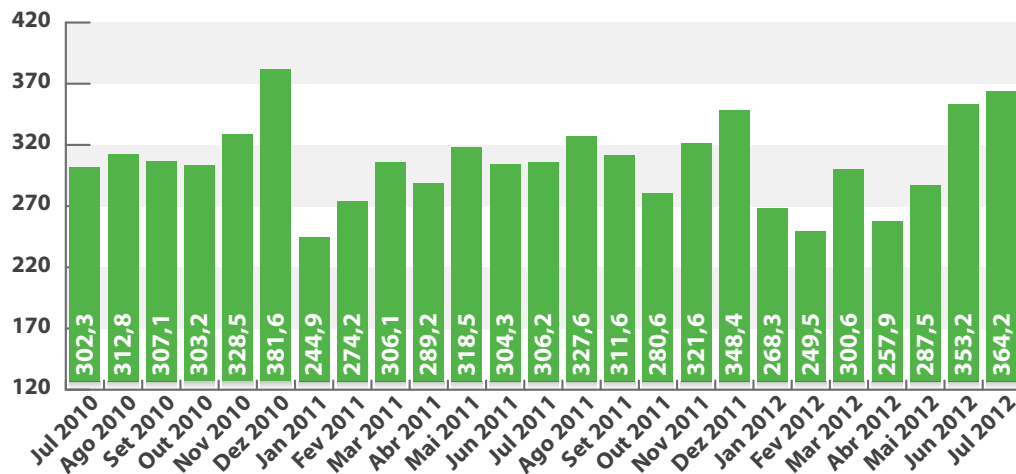
Fonte: FGV

Elaboração: Ministério da Fazenda

Medidas tomadas pelo Governo já começam a surtir efeito

O licenciamento de veículos expandiu-se para 364,2 mil unidades em julho de 2012, contra 353,2 mil no mês anterior, um crescimento de 18,9% em relação a julho de 2011. Após cinco meses de quedas consecutivas, a variação acumulada em 2012 apresentou taxa positiva de 1,8%. Isso já é resultado de medidas tomadas pelo Governo que, em maio, anunciou um substancial corte de impostos sobre os preços dos veículos novos.

Licenciamento de Novos Veículos (milhares de unidades)



Dados em: milhares de unidades

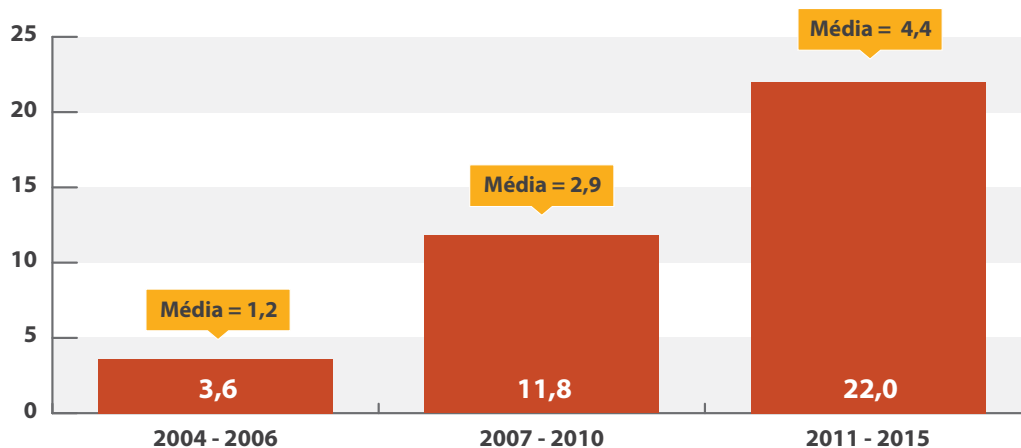
Fonte: Anfavea

Elaboração: Ministério da Fazenda

Indústria automobilística planeja investir US\$ 22 bilhões até 2015

O setor automotivo tem aumentado consistentemente os seus investimentos no Brasil, partindo de um montante de US\$ 748 milhões investidos em 2003 para US\$ 5,3 bilhões em 2011. A estimativa é que os novos investimentos atinjam US\$ 22 bilhões entre 2011 e 2015. A produção de automóveis contribui com cerca de 20% do PIB Industrial e tem efeitos importantes na cadeia de produção por intermédio da compra de autopeças, máquinas e equipamentos.

Investimentos Automobilísticos no Brasil: 2004-2015 (US\$ bilhões)



Dados em: US\$ bilhões

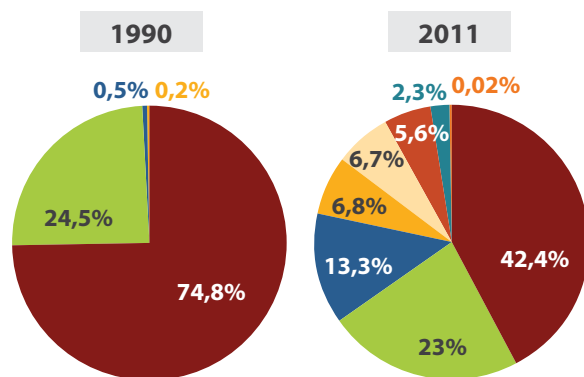
Fonte: Anfavea

Elaboração: Ministério da Fazenda

Produção de veículos se distribui por todo o país

O Governo Federal anunciou recentemente uma nova política automotiva para 2013-2017, a qual engloba incentivos para o desenvolvimento da engenharia local, inovação e a redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa. Ao longo das últimas duas décadas, tem havido um aumento significativo do número de fabricantes de automóveis no país, de 11 para 19, bem como uma diversificação geográfica de produção.

Produção de Veículos por Estado* 1990-2011 (% do total)



	Número de Fabricantes de Auto	
	1990	2011
■ São Paulo	8	7
■ Minas Gerais	1	3
■ Paraná	1	4
■ Rio Grande do Sul	1	3
■ Rio de Janeiro	-	2
■ Bahia	-	1
■ Goiás	-	2
■ Amazonas	-	1

Dados em: % do total

* Incluindo número de fabricantes em cada Estado. O mesmo fabricante pode produzir em mais de um Estado

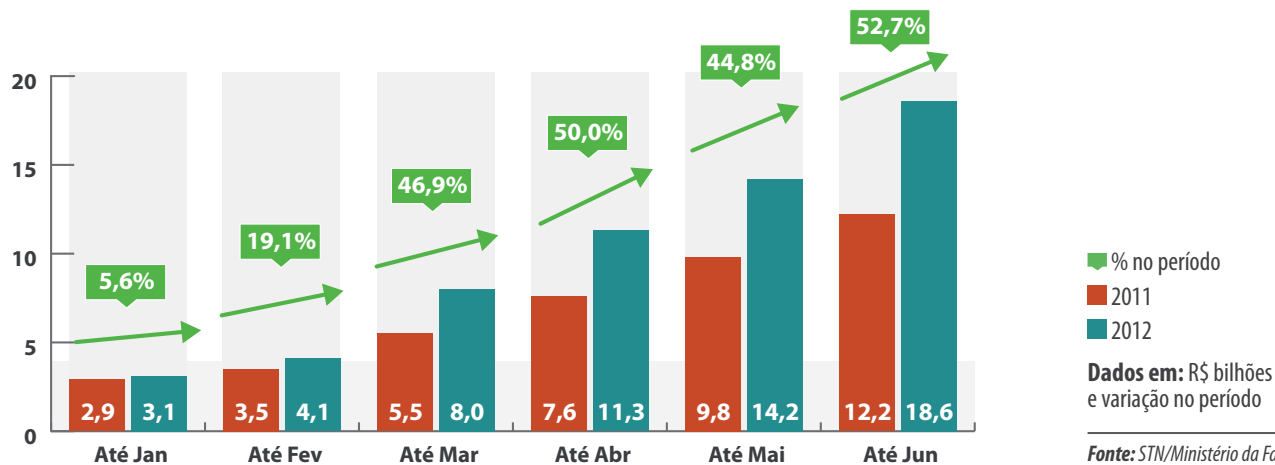
Fonte: ANFAVEA

Elaboração: Ministério da Fazenda

Investimentos do PAC crescem consistentemente ...

Investimentos no âmbito do PAC 2 vêm crescendo consistentemente em 2012 em comparação a 2011. Por exemplo, os valores pagos entre janeiro e junho de 2012 (R\$ 18,6 bilhões) são quase 53% maiores do que o montante registrado no mesmo período de 2011 (R\$ 12,2 bilhões). Isso se transformará em aumento da atividade econômica e da capacidade produtiva do país.

Gastos do PAC em 2011 e 2012 (R\$ bilhões e variação)



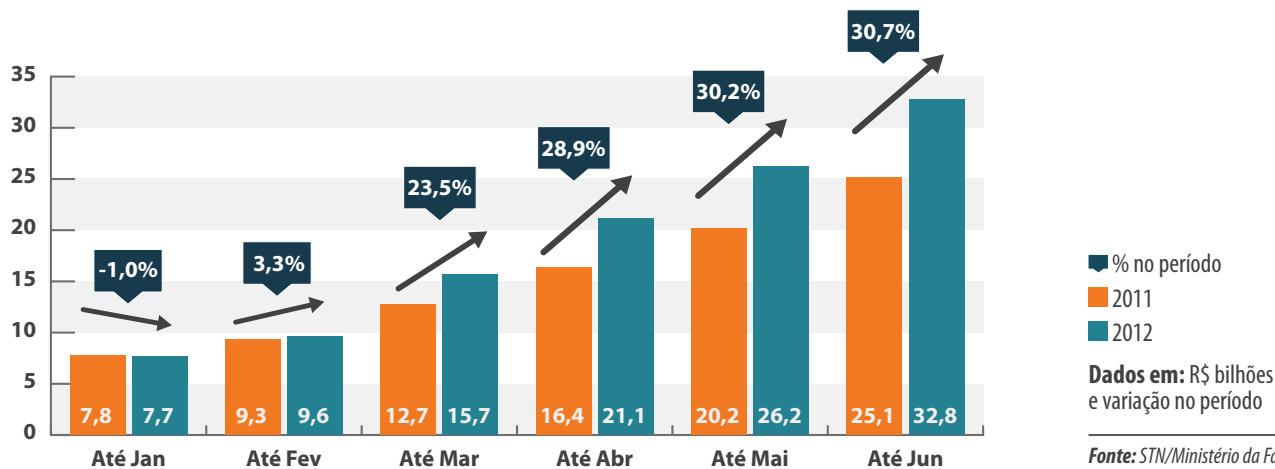
Dados em: R\$ bilhões
e variação no período

Fonte: STN/Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

... assim como os investimentos federais como um todo

O ritmo dos investimentos do Governo Federal tem crescido ao longo de 2012, em comparação com 2011. Até junho de 2012, os investimentos estão 30,7% acima do mesmo período do ano passado, contribuindo para o crescimento econômico.

Investimentos Totais do Governo Federal (R\$ bilhões e variação)

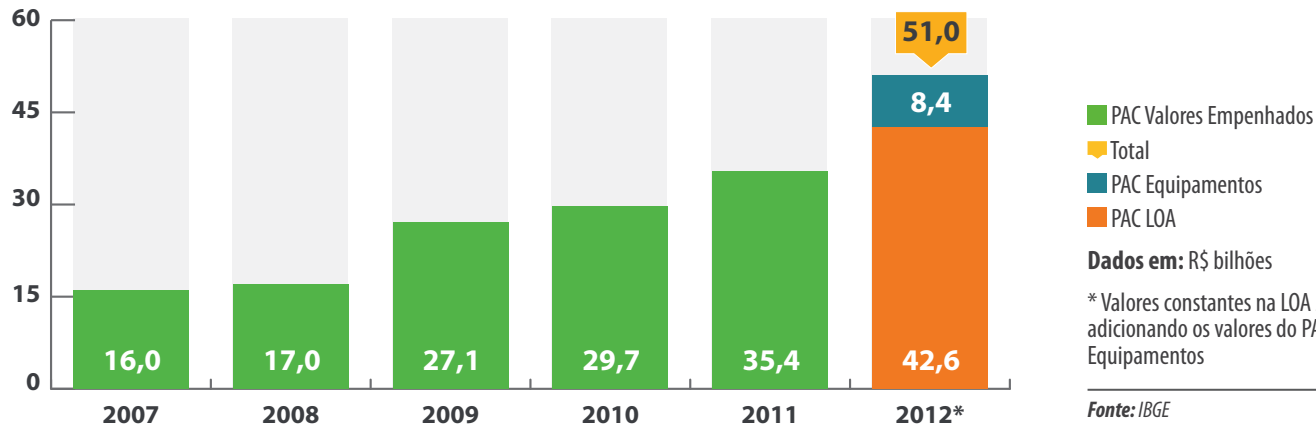


Fonte: STN/Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Programa de Aceleração do Crescimento é ampliado

Dada a necessidade de estimular o crescimento num ambiente de crise internacional, o Governo tem tomado medidas anticíclicas importantes em 2012. As compras governamentais de equipamentos, a serem efetuadas no 2º semestre de 2012, elevarão os investimentos do PAC em R\$ 8,43 bilhões, aumentando os valores empenhados do PAC em 2012 para R\$ 51 bilhões.

Valores Empenhados do PAC (R\$ bilhões)



Dados em: R\$ bilhões

* Valores constantes na LOA 2012, adicionando os valores do PAC Equipamentos

Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Investimentos em rodovias e ferrovias totalizarão R\$ 133 bilhões

Nova etapa do PAC: programa de investimentos em logística (rodovias e ferrovias)

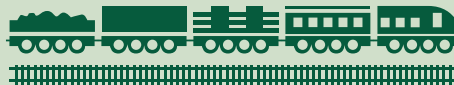
- Restabelecimento da capacidade de planejamento integrado do sistema de transportes
- Integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos
- Articulação com as cadeias produtivas
- Criação da Empresa de Planejamento e Logística – EPL

Investimento Total: R\$ 133 bilhões,
sendo R\$ 79,5 bi em 5 anos e
R\$ 53,5 bi em 20 a 25 anos

Investimento em Rodovias
R\$ 42 bilhões (7,5 mil km),
sendo R\$ 23,5 bi em 5 anos e
R\$ 18,5 bi em 20 anos



Investimento em Ferrovias
R\$ 91 bilhões (10 mil km),
sendo R\$ 56 bi em 5 anos e
R\$ 35 bi em 25 anos



Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Ministério dos Transportes
Elaboração: Ministério da Fazenda

Mapa dos novos investimentos em rodovias

Rodovias

- 1 BR-101 BA
- 2 BR-262 ES/MG
- 3 BR-153 TO/GO
- 4 BR-050 GO/MG
- 5 BR-163 MT
- 6 BR-163 MS,
BR-262 MS,
BR-267 MS
- 7 BR-060 DF/GO,
BR-153 GO/MG,
BR-262 MG
- 8 BR-116 MG
- 9 BR-040 DF/GO/MG
- PAC em execução
- Malha atual



Fonte: Ministério dos Transportes
Elaboração: Ministério da Fazenda

Mapa dos novos investimentos em ferrovias

Ferrovias

- 1 Ferroanel SP – Tramo norte
- 2 Ferroanel SP – Tramo Sul
- 3 Acesso ao Porto de Santos
- 4 Lucas do Rio Verde – Uruaçu
- 5 Uruaçu – Corinto – Campos
- 6 Rio de Janeiro – Campos – Vitória
- 7 Belo Horizonte – Salvador
- 8 Salvador – Recife
- 9 Estrela d'Oeste – Panorama Marcaju
- 10 Marcaju – Mafra
- 11 São Paulo – Mafra – Rio Grande
- 12 Açailândia – Vila do Conde

--- Trechos em Estudos/Avaliação

--- PAC em execução

— Malha atual

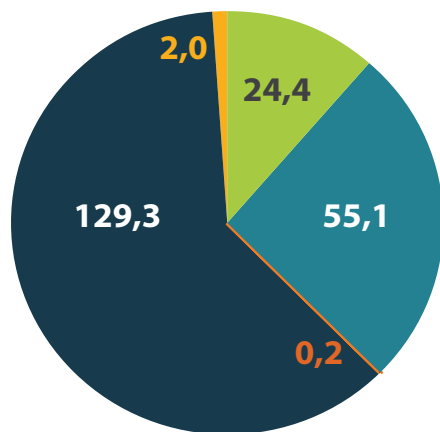


Fonte: Ministério dos Transportes
Elaboração: Ministério da Fazenda

30% das ações do PAC 2 previstas para 2011-2014 já concluídas

Até o primeiro semestre de 2012, o PAC 2 concluiu R\$ 211 bilhões em obras, o que corresponde a aproximadamente 30% das ações previstas para o período 2011-2014. Esse resultado é 84% superior ao mesmo período do ano passado, quando o volume de obras concluídas era de R\$ 45 bilhões. Vale ressaltar que os investimentos no programa Minha Casa, Minha Vida representaram 61,3% do total concluído.

PAC 2 - Ações Concluídas (R\$ bilhões)



- Água e Luz Para Todos
- Minha Casa, Minha Vida
- Cidade Melhor
- Energia
- Transportes

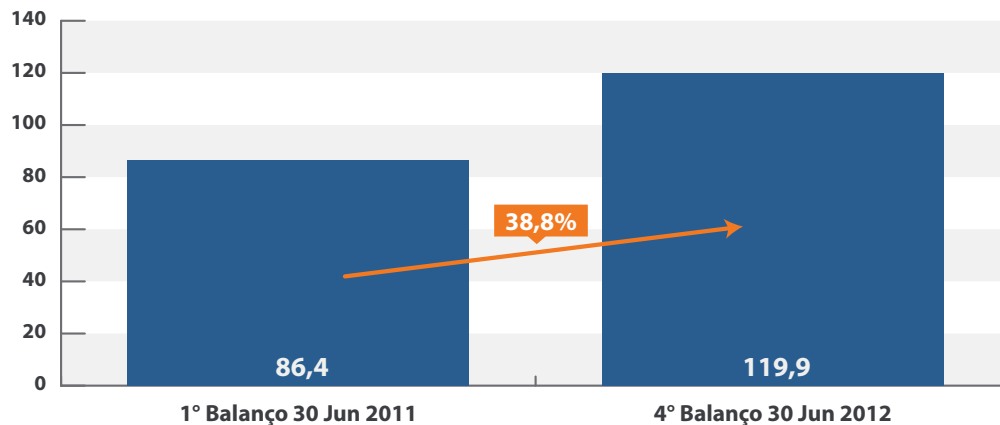
Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Ministério do Planejamento
Elaboração: Ministério da Fazenda

Execução do PAC 2 cresce 38,8% no primeiro semestre de 2012

A execução do PAC 2 no primeiro semestre de 2012 é 38,8% superior ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 119,9 bilhões. O crescimento da execução mostra que o PAC 2 entra em um ciclo mais acelerado das obras, após a fase inicial ocorrida em 2011. Essa aceleração se intensificará nos próximos trimestres.

Execução Global do PAC 2, OGU Fiscal e Seguridade, Estatal e Privado (R\$ bilhões)



Dados em: R\$ bilhões

OGU = Orçamento Geral da União

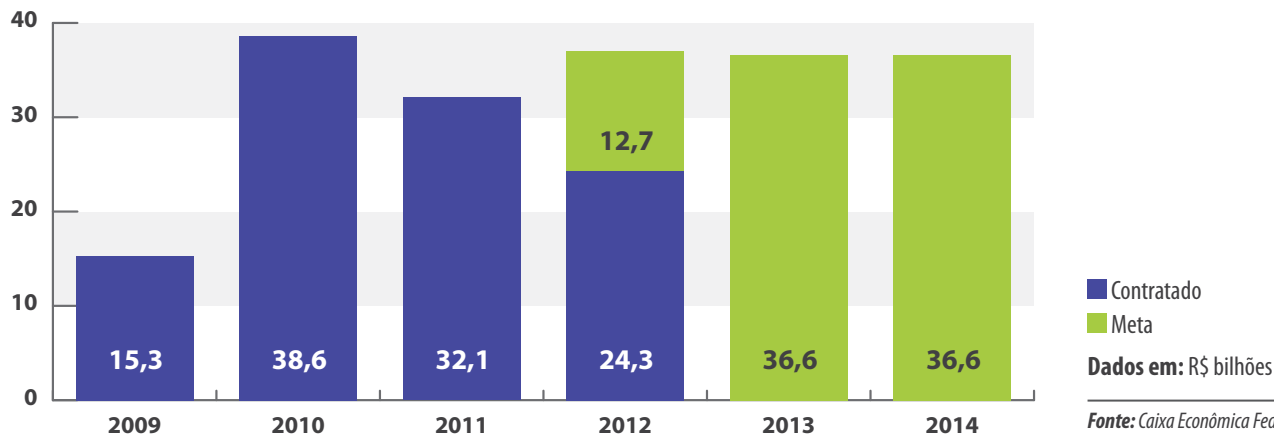
Fonte: Ministério do Planejamento

Elaboração: Ministério da Fazenda

Minha Casa, Minha Vida: R\$ 142,3 bilhões em investimentos

O programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” já beneficiou 1 milhão de famílias. Para o segundo estágio do programa (2011-2014), o objetivo é construir 2,6 milhões de unidades e investir um total de R\$142,3 bilhões. Como resultado, o programa reduzirá o déficit habitacional, permitindo que um contingente maior de pessoas não habite zonas de risco e usufrua de uma melhor qualidade de vida.

Programa “Minha Casa, Minha Vida”: Unidades Construídas e Investimentos Planejados (R\$ bilhões)



■ Contratado
■ Meta

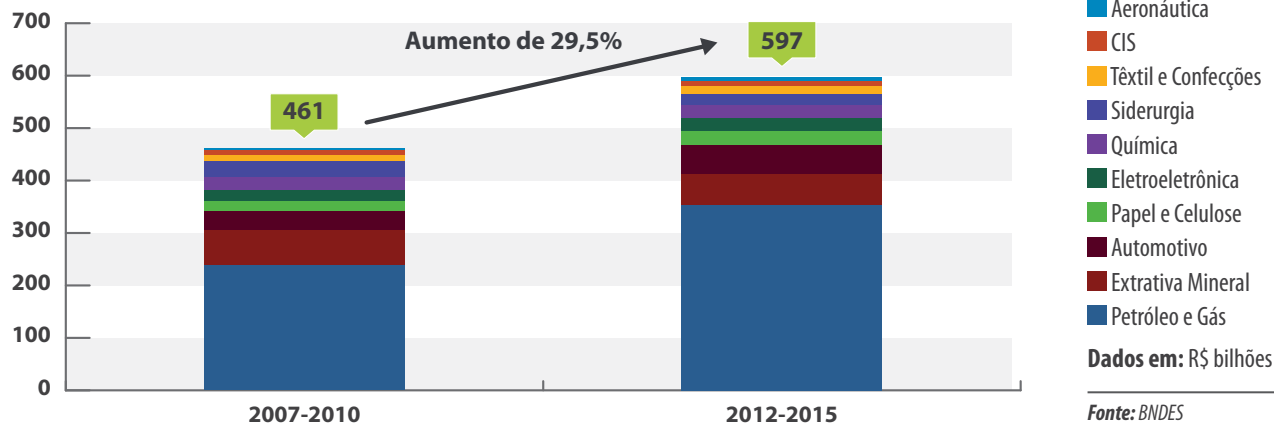
Dados em: R\$ bilhões

Fonte: Caixa Econômica Federal
Elaboração: Ministério da Fazenda

Crescimento dos investimentos em infraestrutura para 2012-2015

Investimentos em importantes setores econômicos atingirão R\$ 597 bilhões entre 2012 e 2015, de acordo com o BNDES. Esse montante representa um crescimento de aproximadamente 30% em relação ao montante realizado no período entre 2007 e 2010.

Prospecção de Investimentos do BNDES (R\$ bilhões)



Dados em: R\$ bilhões

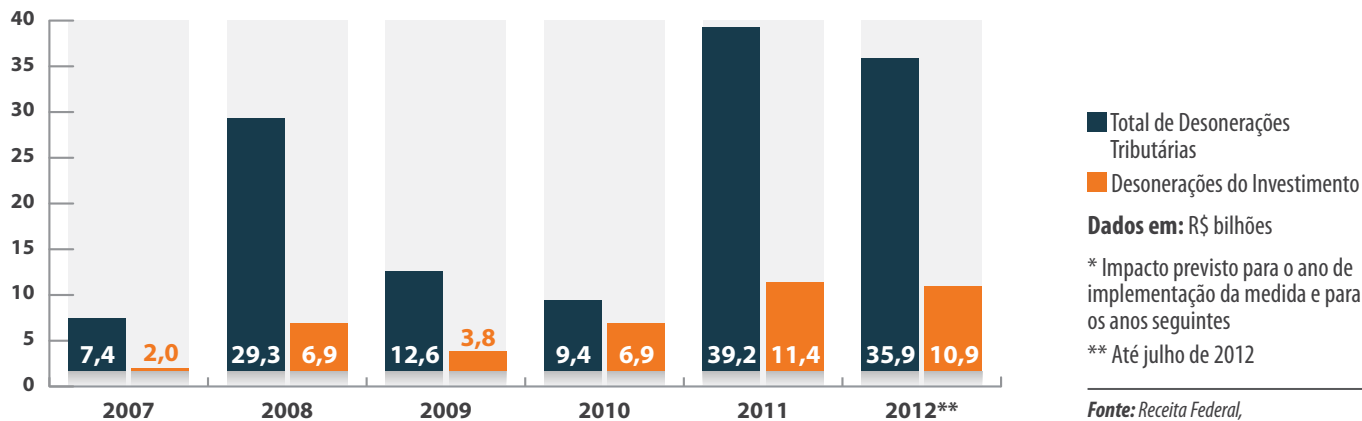
Fonte: BNDES

Elaboração: Ministério da Fazenda

Desonerações tributárias estimulam investimentos

Com o intuito de impulsionar a atividade econômica, o Governo tem concedido benefícios fiscais para diversos setores, que totalizaram pelo menos R\$ 97,8 bilhões entre 2007 e 2011. Incentivos ao investimento alcançaram 32% do total (R\$ 31 bilhões) no período. Até julho de 2012, as desonerações tributárias totalizaram R\$ 35,9 bilhões, sendo R\$ 10,9 bilhões direcionados para benefícios fiscais em favor do investimento.

Desonerações Tributárias 2007-2012* (R\$ bilhões)



■ Total de Desonerações
Tributárias
■ Desonerações do Investimento

Dados em: R\$ bilhões

* Impacto previsto para o ano de implementação da medida e para os anos seguintes

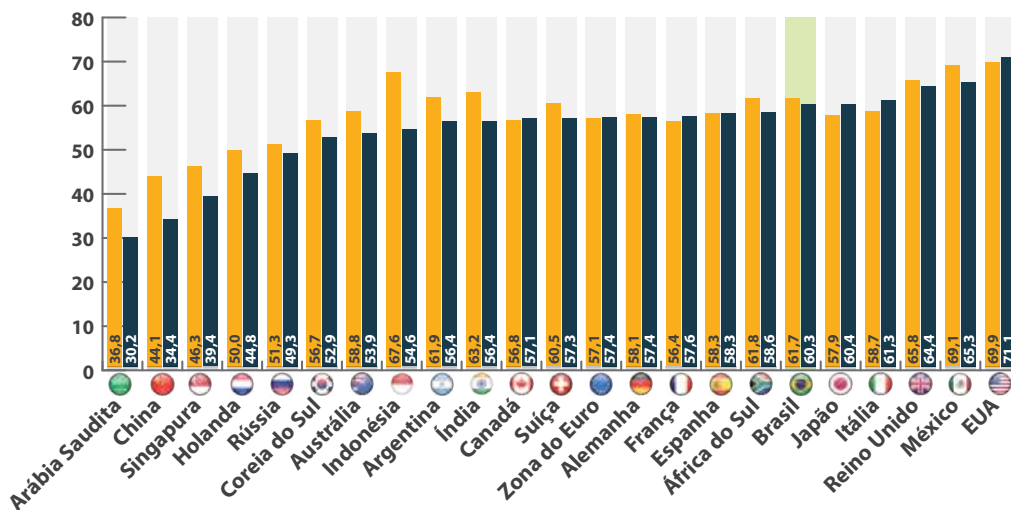
** Até julho de 2012

*Fonte: Receita Federal,
Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda*

Participação do consumo das famílias no PIB segue padrão mundial

A participação do consumo na renda na economia brasileira apresenta nível similar ao padrão mundial. Dentre os 23 países/blocos relacionados no gráfico abaixo, apenas seis deles (Canadá, Zona do Euro, França, Estados Unidos, Japão e Itália) aumentaram a participação do consumo no PIB entre 2002 e 2011. Assim como a maioria, o Brasil reduziu essa participação ainda que tenha reduzido a pobreza e aumentado o mercado consumidor doméstico.

Consumo das Famílias (% do PIB)



■ 2002
■ 2011

Dados em: % do PIB

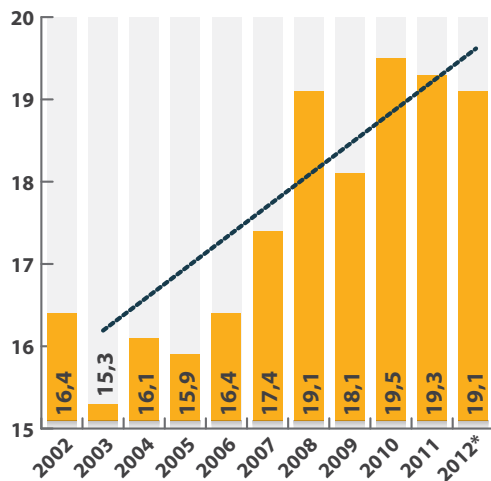
Fonte: FMI

Elaboração: Ministério da Fazenda

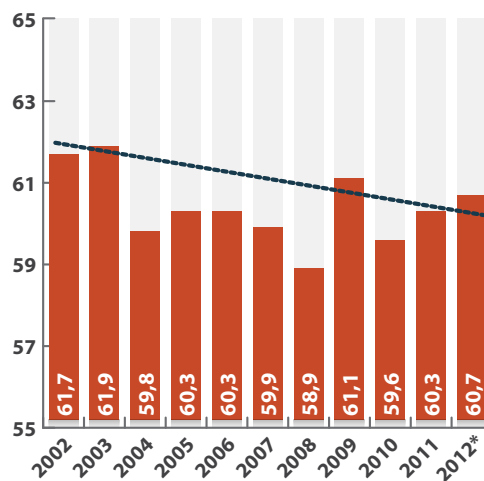
Investimento é o principal determinante para o crescimento

Desde 2003, a participação dos investimentos no PIB cresceu 3,8 p.p. enquanto a do consumo das famílias recuou 1,2 p.p. Nos últimos anos, os esforços do Governo vêm no sentido de consolidar o investimento como principal responsável pelo crescimento econômico.

Investimento (FBCF) (% do PIB)



Consumo das Famílias (% do PIB)



■ FBCF

■ Consumo das famílias

Dados em: % do PIB

* Baseado no acumulado em quatro trimestres em 1T2012

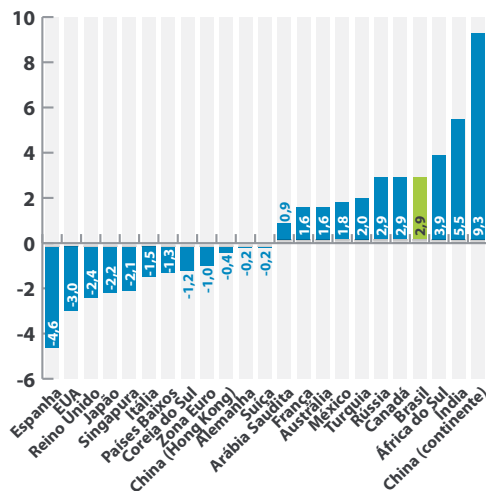
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

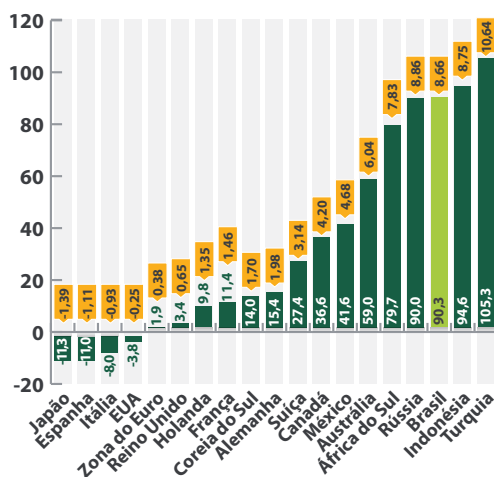
Brasil: aumento da taxa de investimento é um dos maiores do mundo

O investimento no Brasil tem aumentado substancialmente sua participação no PIB do país, chegando a um incremento de 2,9 p.p. entre 2002 e 2011. Esse é o quarto maior aumento na participação dentre as economias relacionadas no gráfico abaixo. A taxa média anual de crescimento do investimento também é destaque, alcançando 8,66% entre 2004 e 2011.

Aumento da Participação do Investimento no PIB* (p.p.)



Aumento do Investimento e de sua Taxa Média** (%)



■ Aumento da participação investimento (FBCF)

■ Média de crescimento do investimento (FBCF)

■ Aumento do investimento

Dados em: pontos percentuais e variação percentual

* Entre 2002 e 2011

** Acumulada entre 2004 e 2011

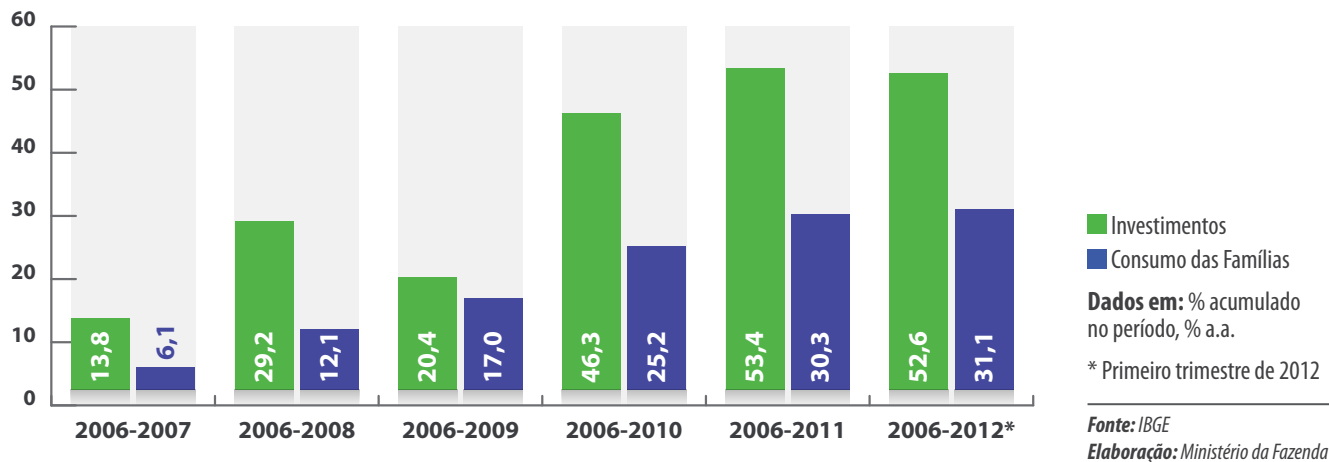
Fonte: Banco Mundial e IFS

Elaboração: Ministério da Fazenda

Investimento cresce mais de 50% em seis anos

Desde 2006, início do PAC, os investimentos acumularam crescimento de 52,6%. No mesmo período, o consumo das famílias cresceu 31,1%. Isso é consequência de uma política econômica com foco no fomento ao investimento, seja ele público ou privado. O objetivo é manter a taxa de crescimento do investimento acima do crescimento do PIB nos próximos anos.

Investimento Consumo das Famílias (% acum. no período)



Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Emprego e Renda

Ministério da
Fazenda

Mercado de trabalho permanece dinâmico

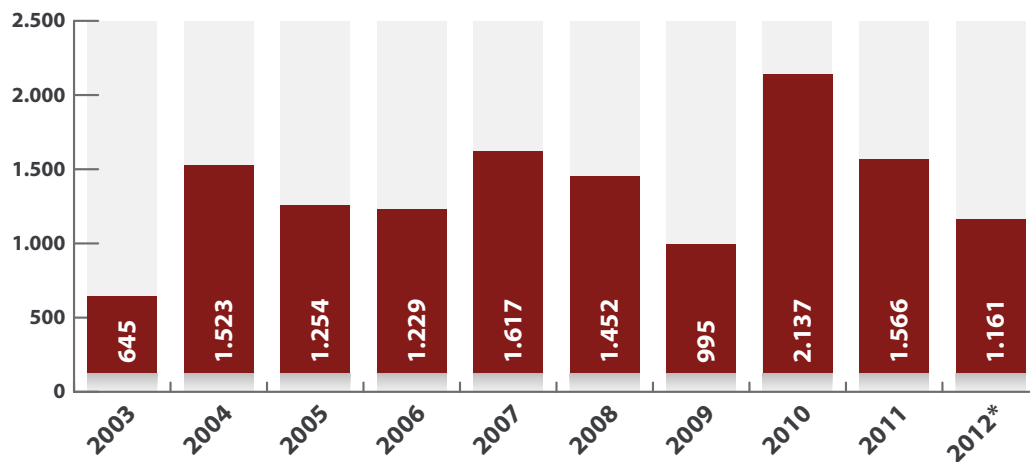
Apesar das preocupações com a crise da dívida europeia e o crescimento econômico global, o mercado de trabalho do Brasil continua robusto, solidificando-se como base fundamental para o melhor desempenho da economia. A taxa de desemprego continua em patamares baixos, tanto em âmbito nacional quanto regional, alcançando níveis compatíveis com os registrados nos países desenvolvidos antes da eclosão da crise financeira internacional. Para se ter uma ideia, em junho de 2012 as taxas de desemprego em Porto Alegre e Belo Horizonte atingiram 4,0% e 4,5%, respectivamente.

O crescimento contínuo da ocupação formal, especialmente no setor de serviços, e o aumento de dois dígitos do salário mínimo impulsionam a crescente classe média brasileira e proporcionam maior dinamismo ao consumo. ■

Mercado de trabalho segue sólido

Mesmo com a desaceleração do nível de atividade, o CAGED registrou geração de 1,161 milhão de empregos celetistas nos últimos 12 meses até julho de 2012. De 2003 a 2012, mais de 13 milhões de empregos foram criados no Brasil, excluindo-se as contratações do setor público. A continuidade das contratações em termos líquidos demonstra que a economia vai retomar o crescimento acelerado.

Criação Líquida de Empregos** (milhares)



Dados em: milhares
de postos de trabalho

* Acumulado em 12 meses
até julho de 2012

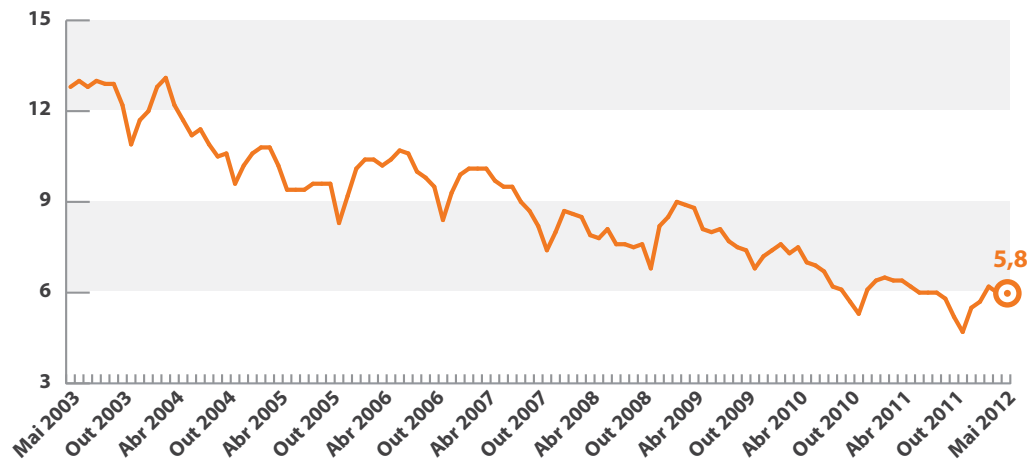
** Não inclui informações
declaradas fora do prazo

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego
Elaboração: Ministério da Fazenda

Constante criação de empregos causa baixa taxa de desemprego

Mesmo em um cenário de menor crescimento econômico, o mercado de trabalho mostrou forte dinamismo em 2012, denotado pela taxa de desemprego de 5,8% em maio de 2012, a menor taxa para o mês desde o início da série.

Taxa de Desemprego* (%)



Dados em: % da População Economicamente Ativa

* Dados de junho de 2012 ainda não disponíveis

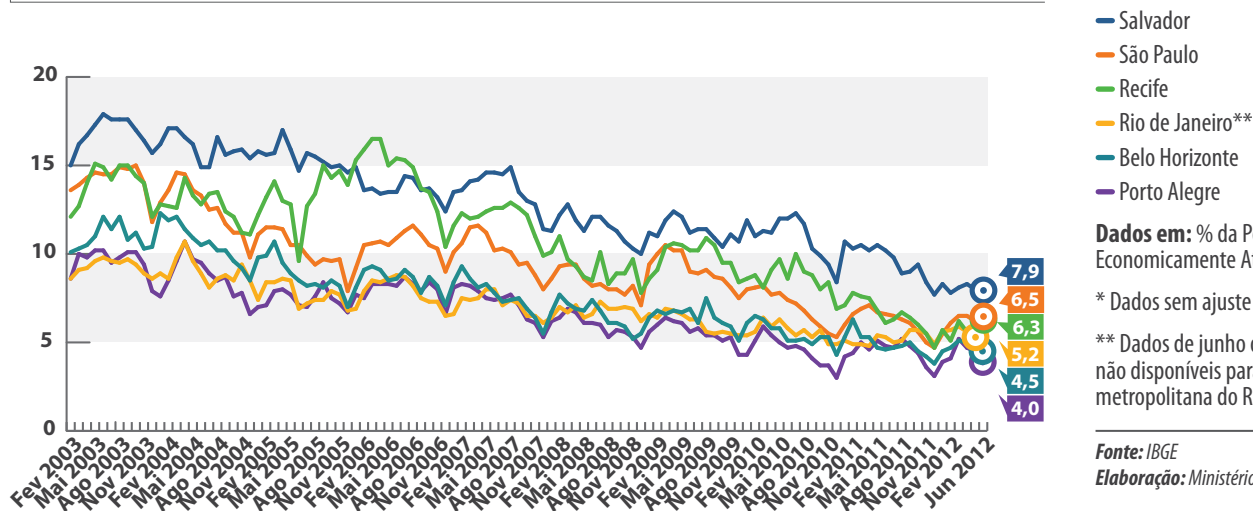
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Comportamento das taxas de desemprego regionais

Dados recentes quanto ao desemprego regional confirmam que a maior parte das áreas metropolitanas alcançou seus menores níveis de desocupação para o mês de junho. Destaque-se as taxas de desemprego em Porto Alegre (4,0%) e Belo Horizonte (4,5%), níveis compatíveis com o dos países desenvolvidos antes da eclosão da crise financeira internacional.

Taxa de Desemprego Regional* (%)



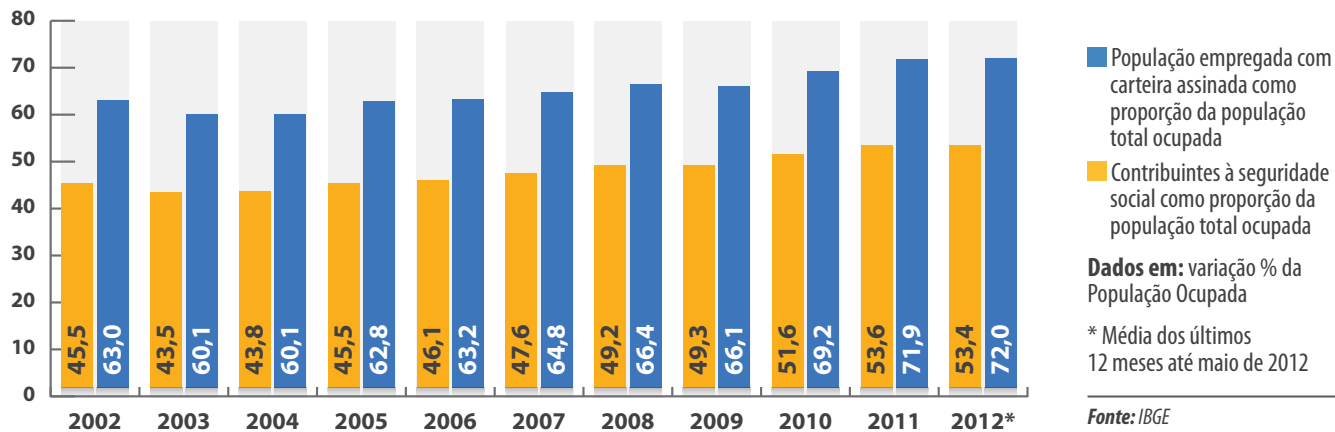
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Proporção de empregos formais continua a crescer

A qualidade dos empregos no Brasil pode ser verificada pelo crescente nível de formalização no mercado de trabalho. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego, a proporção de empregados com carteira assinada alcançou 53,4% da população ocupada total nos últimos doze meses até maio. Na mesma direção, a proporção de contribuintes para a seguridade social alcançou 72,0% da população ocupada total no mesmo período.

Taxa de Formalização e Proporção de Contribuintes para a Previdência Social (% da População Ocupada)



Dados em: variação % da População Ocupada

* Média dos últimos 12 meses até maio de 2012

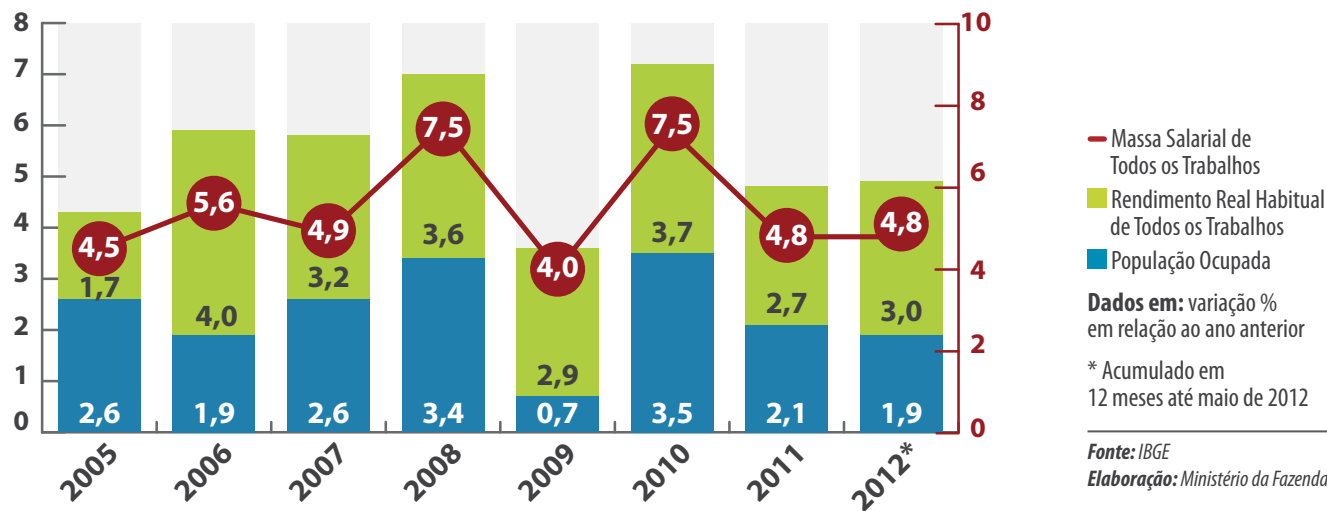
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Rendimento real continua a crescer

O mercado de trabalho no Brasil continua robusto, com crescimento dos salários e baixa taxa de desemprego. O rendimento real e a massa salarial continuam a crescer no mesmo ritmo do ano passado, 3,0% e 4,8%, respectivamente. Isso se traduz em melhor distribuição de renda e em um mercado doméstico mais forte.

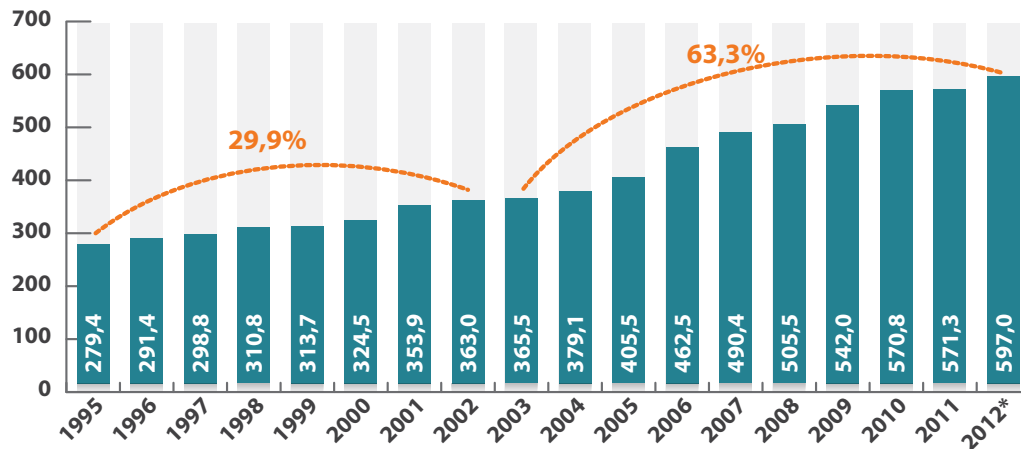
Rendimento Real, Massa Salarial e População Ocupada - Taxa de Crescimento Anual (%)



Reajuste do salário mínimo injeta mais de R\$ 50 bilhões na economia

A aceleração do crescimento nos últimos anos causou expansão significativa da renda per capita. Como resultado da política de valorização implementada pelo Governo, o valor do salário mínimo apresentou aumento ainda mais significativo, crescendo, em termos reais, 63,3% de 2004 a 2012. Somente em 2012, o reajuste de 14% em termos nominais do salário mínimo, que passou de R\$ 545 para R\$ 622, será responsável pela injeção de R\$ 50 bilhões no nosso mercado interno.

Evolução Real do Salário Mínimo (R\$)



Dados em: em R\$, média de 12 meses até junho de 2012

* Salário Mínimo Nominal em janeiro de 2012 = R\$ 622

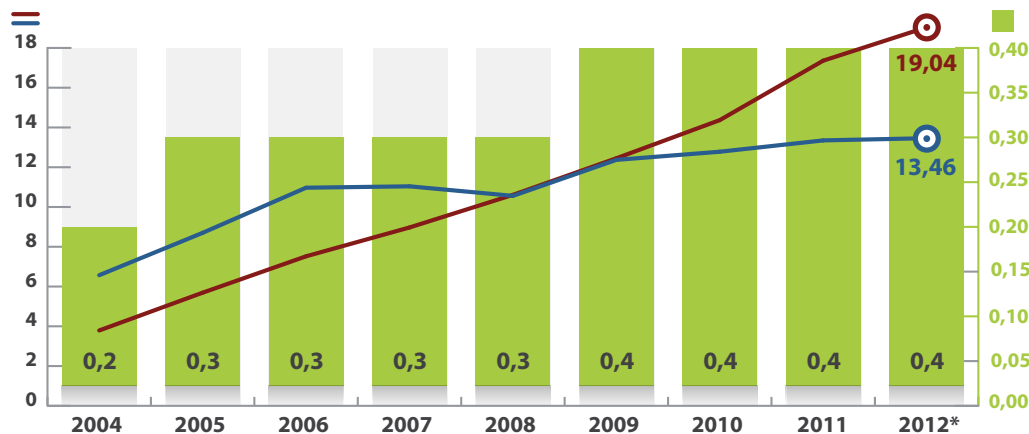
Fonte: IPEA

Elaboração: Ministério da Fazenda

Programa Bolsa Família ajuda a combater a pobreza

O Programa Bolsa Família é reconhecido como um dos mais eficientes em reduzir a desigualdade devido a seu foco nas camadas mais pobres da população. A abrangência do programa, com custos relativamente baixos, já supera o montante de 13 milhões de famílias. Demonstrando mais uma vez que a erradicação da extrema pobreza é um pilar indispensável para o crescimento sustentável, o Governo lançou o programa “Brasil Carinhoso”, que beneficiará cerca de 2,7 milhões de crianças.

Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (R\$ bilhões, milhões de famílias e % do PIB)



— R\$ bilhões

— Milhões de famílias

■ % do PIB

Dados em: R\$ bilhões, milhões de famílias e % do PIB

* Últimos 12 meses até junho de 2012

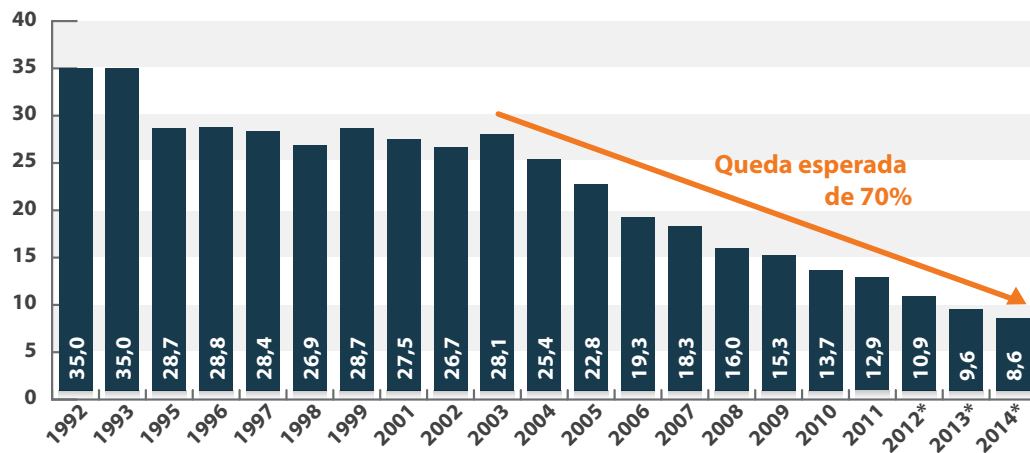
Fonte: MDS

Elaboração: Ministério da Fazenda

Queda da taxa de pobreza chegará a 70% até 2014

Em termos de redução de pobreza, o Brasil já cumpriu, em apenas oito anos, a meta do milênio de 25 anos, estabelecida pela ONU em 1990. De 2003 a 2011, a taxa de pobreza no Brasil caiu 54% e estima-se que será reduzida em 70% até 2014.

Proporção de Pobres (% da população)



Dados em: % da população total, média móvel em 12 meses

* Estimativas produzidas com base em dados do IBGE (PNAD, PME e Censo)

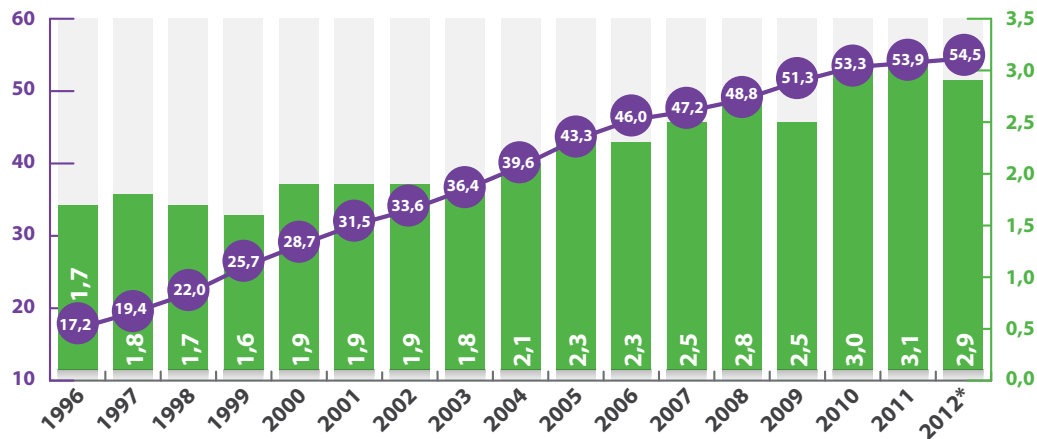
Fonte: FGV

Elaboração: Ministério da Fazenda

Crescem as oportunidades no mercado de trabalho para os jovens

O crescimento da economia brasileira vem impulsionando o aumento na quantidade de vagas de primeiro emprego. Ressalta-se que a admissão desses trabalhadores iniciantes, na maioria jovens, está sendo acompanhada por uma melhoria na educação. De acordo com o CAGED, em 1996 foram admitidos 1,7 milhão de trabalhadores iniciantes, sendo que 17,2% desses tinham pelo menos nível médio completo. No acumulado em 12 meses findo em junho de 2012, foram 2,9 milhões e 54,5%, respectivamente.

Proporção de Trabalhadores Iniciantes "Qualificados"*** e Admissões por Primeiro Emprego (% e em milhões)



— Proporção de Trabalhadores Iniciantes "Qualificados"
 ■ Admissões por Primeiro Emprego (em milhões)

Dados em: %, em milhões

* Últimos 12 meses até junho de 2012

** Pelo menos nível médio completo

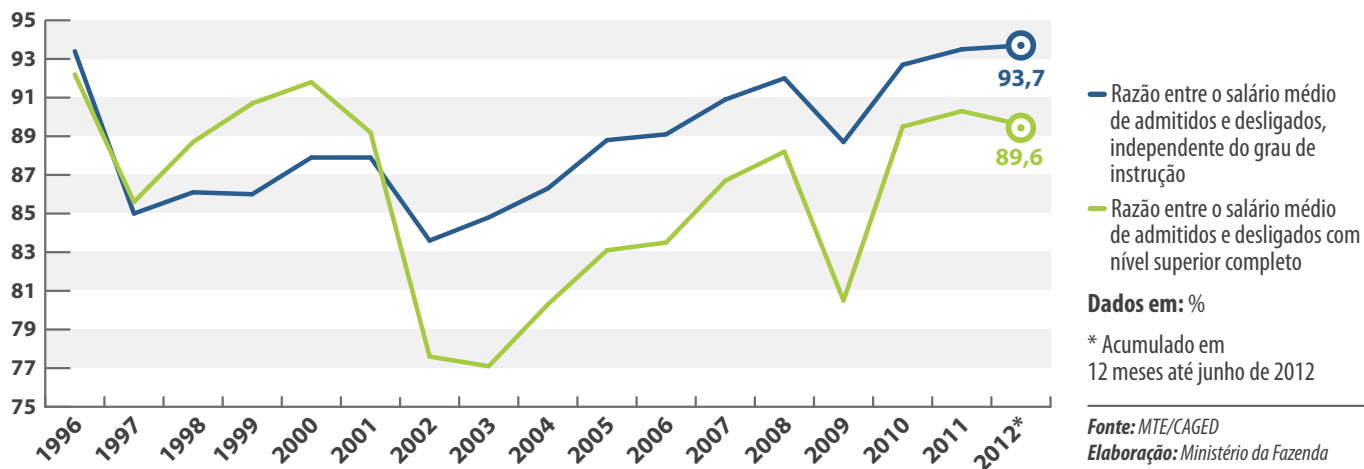
Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: Ministério da Fazenda

Maior disponibilidade de mão de obra qualificada

Dados do CAGED mostram que, no acumulado em 12 meses findos em junho de 2012, a razão entre o salário médio dos admitidos e desligados, independente do grau de instrução, foi de 93,7%. Esta razão cai para 89,6% para a população ocupada formal com nível superior completo. Isso mostra que a dinâmica recente da relação entre o salário médio dos admitidos e dos desligados não é compatível com um cenário de escassez generalizada de mão de obra qualificada.

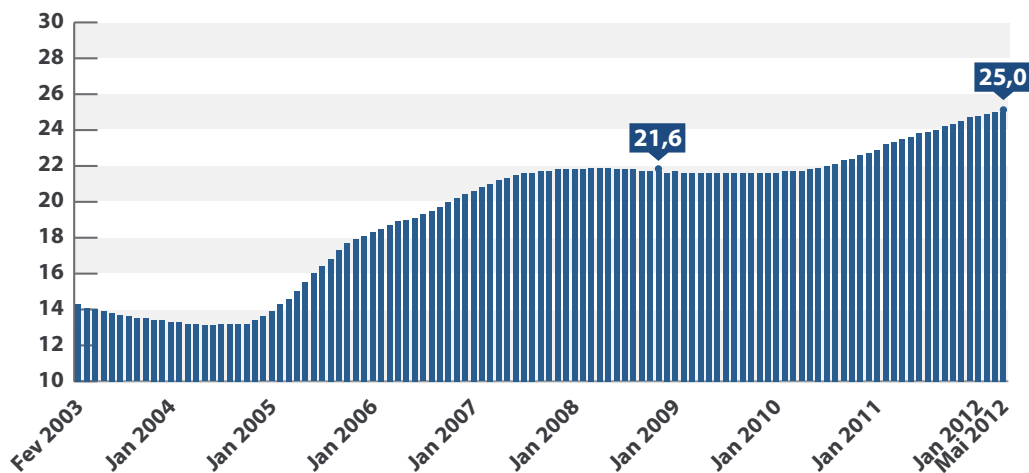
Evolução da Relação entre o Salário Médio dos Admitidos e Desligados (%)*



Aumento do número de pessoas com qualificação profissional

Um dos fatores mais importantes tanto para a redução da desigualdade de renda como para a melhoria da produtividade é o aumento da qualificação profissional. Entre 2003 e 2012, a proporção de pessoas com algum tipo de qualificação profissional cresceu de menos de 15% para 25% da população em idade ativa. O objetivo do Pronatec, programa abrangente de qualificação da mão de obra, é qualificar oito milhões de trabalhadores e construir cerca de 400 escolas técnicas até 2014.

Proporção de Pessoas com 10 anos ou Mais de Educação* (%)



Dados em: %, média móvel em 12 meses

* Pessoas com algum tipo de qualificação profissional

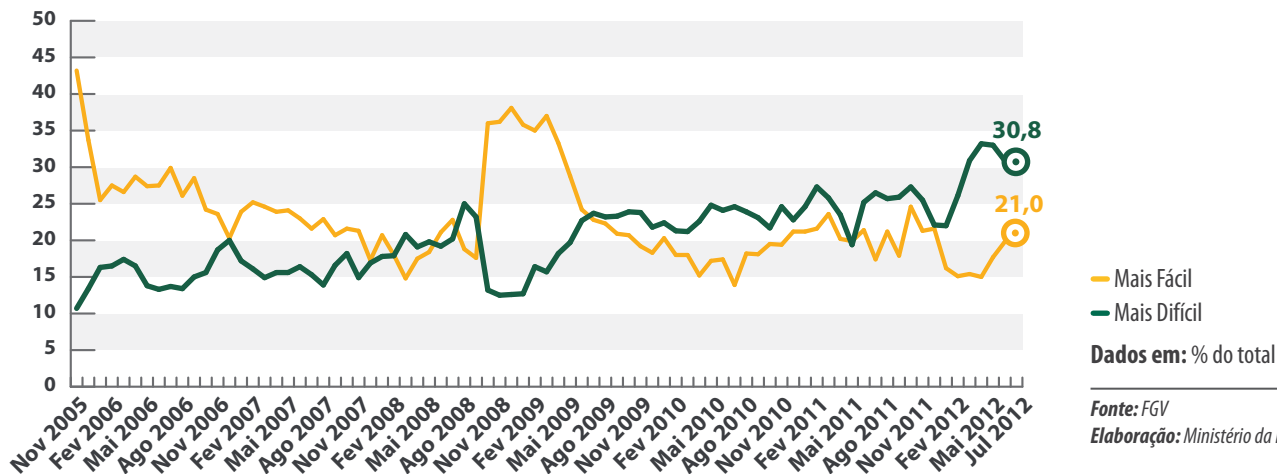
Fonte: IBGE/PME

Elaboração: Ministério da Fazenda

Mercado de trabalho robusto

A maior confiança dos consumidores no mercado de trabalho é o resultado da aceleração do ganho médio real observado no início do ano e dos incentivos anunciados pelo Governo. Desde janeiro de 2012, uma maior porcentagem de consumidores acredita que será mais fácil estar empregado nos próximos 6 meses. Nesse quesito, a taxa de desemprego continuará a demonstrar um mercado de trabalho mais robusto.

Confiança do Consumidor: Emprego nos Próximos 6 Meses (% do total)



Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Inflação

Ministério da
Fazenda

Inflação em trajetória de declínio

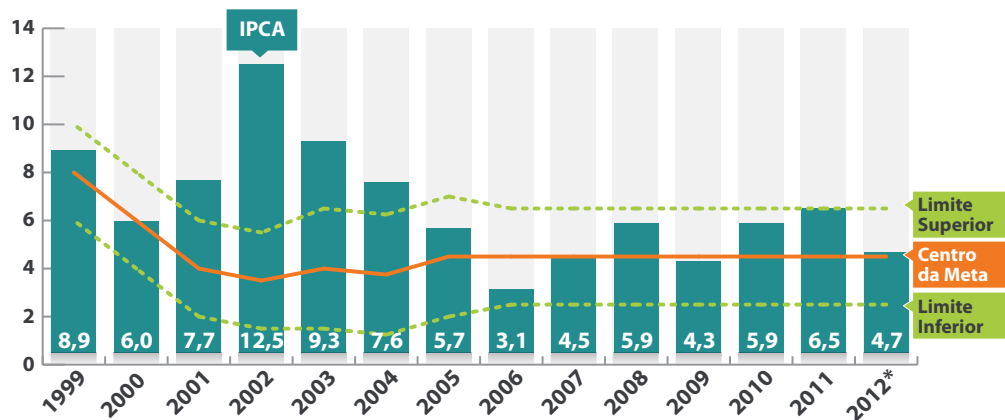
A inflação ao consumidor registrou redução progressiva no primeiro semestre do ano, em função tanto de preços livres como de administrados. Dentre estes últimos, as maiores contribuições para o recuo foram de gasolina, ônibus urbano, energia elétrica residencial e telefone fixo. Com relação aos preços livres, foi registrada retração contínua em serviços e no conjunto de bens duráveis e semi-duráveis.

Os preços ao produtor registram elevação no terceiro trimestre do ano, influenciados por previsões de restrição de oferta que elevaram preços de algumas *commodities* agrícolas no mercado internacional, como soja e milho. O repasse ao consumidor, contudo, tem ocorrido de forma branda. As principais fontes de pressão sobre os alimentos hoje, hortaliças e legumes, estão relacionadas a questões climáticas e devem recuar a partir de setembro. Assim, as expectativas para o IPCA apontam para patamar em torno do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para 2012. ■

Inflação dentro da meta estabelecida

Em 2012, a redução das variações mensais de preços em comparação com o ano anterior deverá levar a taxa de inflação anual para nível em torno da meta central de 4,5% definida pelo CMN. Pressões sobre os preços têm se dissipado progressivamente.

Inflação ao Consumidor - IPCA (% a.a.)



Dados em: variação percentual ao ano

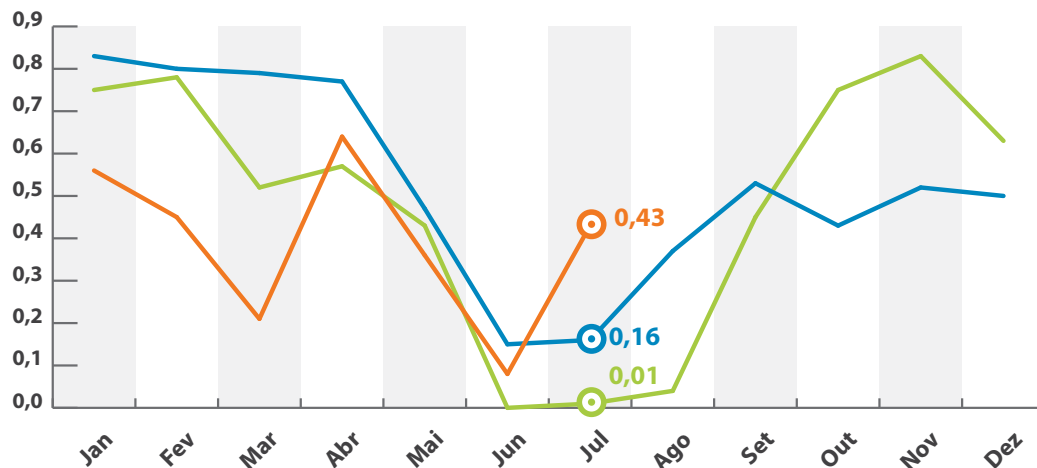
* De acordo com o Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil, junho de 2012

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Pressões pontuais na inflação ao consumidor em julho

A inflação ao consumidor (IPCA) registrou aumento pontual em julho, influenciada fundamentalmente por altas em alguns alimentos in natura, como tomate e cenoura. Estas pressões, associadas a eventos climáticos, tendem a se dissipar nas próximas divulgações.

Inflação ao Consumidor - IPCA (% a.m.)



— 2010
— 2011
— 2012

Dados em: % mensal

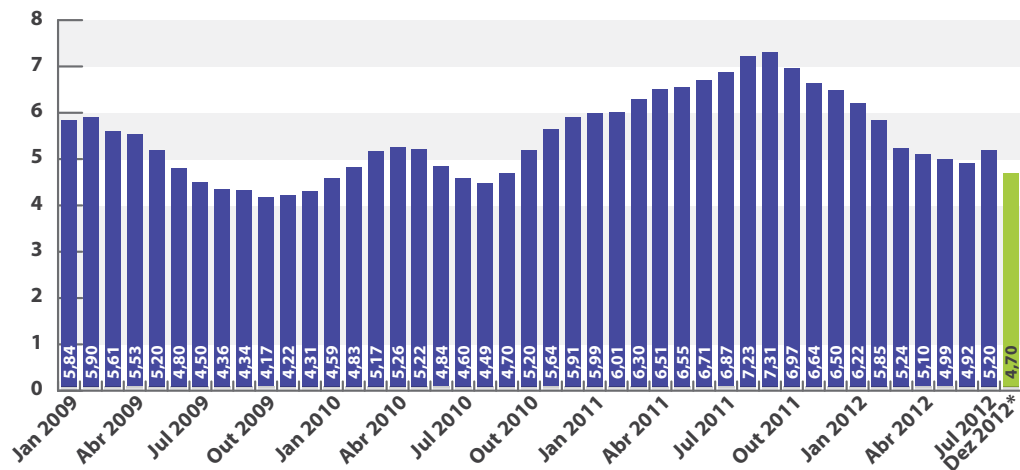
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

IPCA anual em direção ao centro da meta

O IPCA acumulado em 12 meses registrou 5,20% em julho de 2012. As pressões pontuais em alimentos tendem a recuar nos próximos meses, fazendo com que a inflação alcance 4,7% ao final de 2012, de acordo com o Banco Central do Brasil*.

Inflação ao Consumidor IPCA e Expectativas (% acum. 12 meses)



■ IPCA

■ Expectativas para o IPCA

Dados em: % acumulado em 12 meses

* De acordo com o Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil, junho de 2012

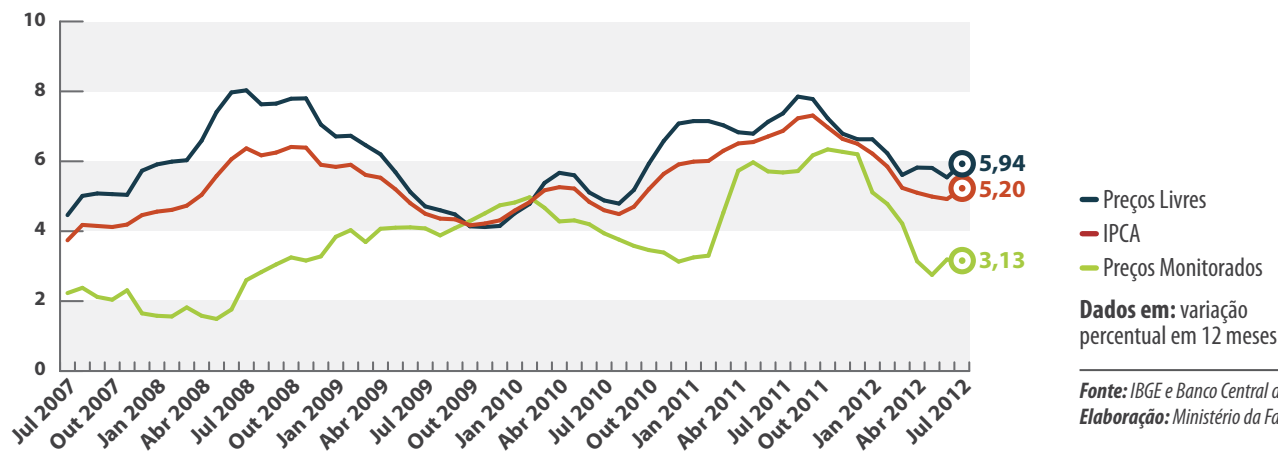
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Preços monitorados em redução acentuada

O IPCA acumulado em 12 meses mostra recuo importante na comparação com o patamar registrado no mesmo período de 2011. O movimento é influenciado tanto pela trajetória de preços livres quanto de preços monitorados, que atingiram 5,94% e 3,13% em julho de 2012, respectivamente.

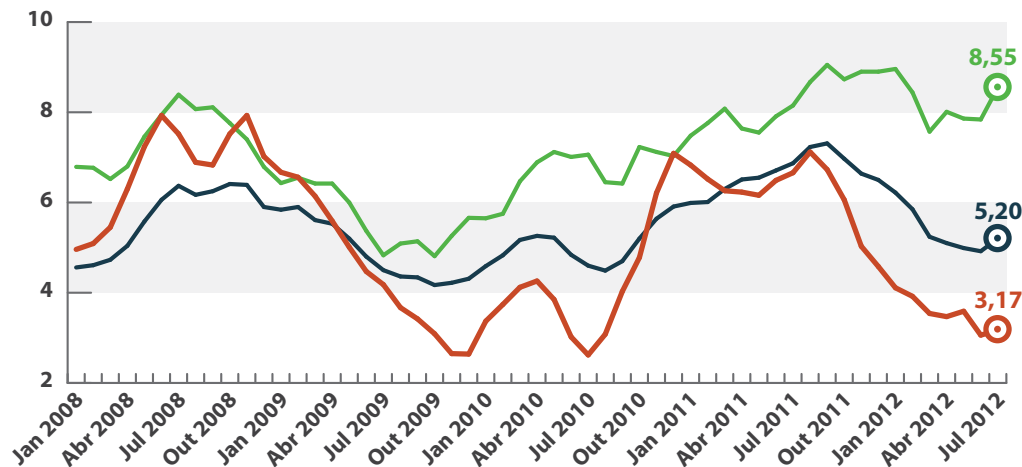
Inflação ao Consumidor IPCA: Índice Cheio, Preços Livres e Monitorados (% acum. em 12 meses)



Preços de bens comercializáveis e não-comercializáveis

O comportamento dos preços de bens comercializáveis tem sido importante para reduzir os preços ao consumidor medidos pelo IPCA e se mantém em patamar baixo em comparação com o passado recente. A variação dos preços de bens não-comercializáveis em 12 meses chegou a 8,55% em julho de 2012, inferior ao registrado no início do ano.

Inflação ao Consumidor IPCA: Bens Comercializáveis e Não-Comercializáveis (% acum. em 12 meses)



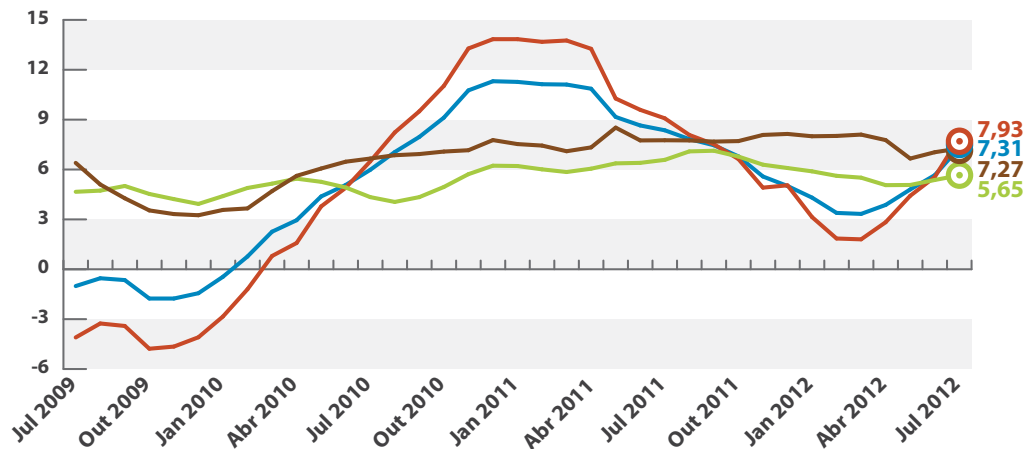
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

IGP-DI influenciado pelos preços ao produtor

Após retração significativa durante todo o ano de 2011 e o 1º trimestre de 2012, o IGP-DI voltou a apresentar elevação no acumulado em 12 meses, sobretudo em função da elevação dos preços ao produtor (IPA-DI).

Inflação: IGP-DI e seus Componentes (% acum. em 12 meses)



Dados em: variação
percentual em 12 meses

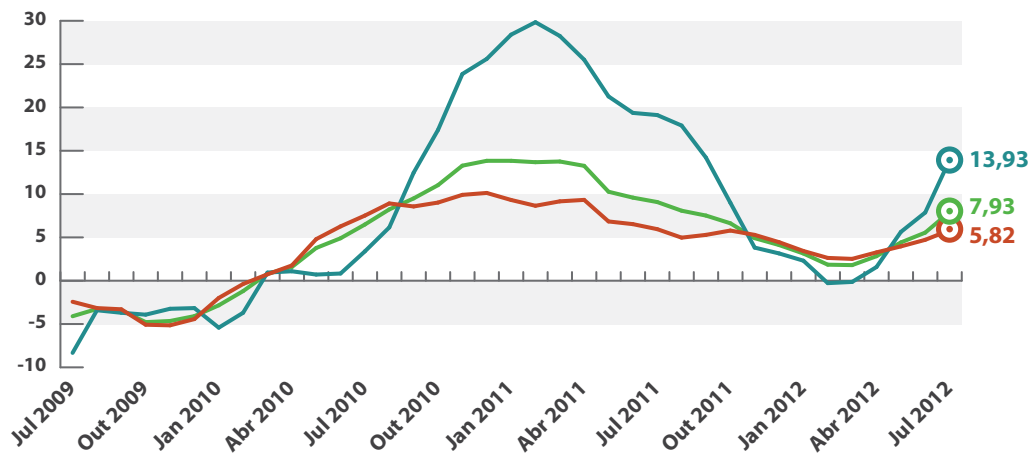
Fonte: FGV

Elaboração: Ministério da Fazenda

Pressões externas elevam o IPA-DI

Expectativas adversas com relação às condições climáticas e seus efeitos negativos para a safra nos EUA influenciam alta no mercado internacional das cotações de algumas *commodities* agrícolas, como soja, milho e trigo, e pressionam os preços domésticos ao produtor. Como resultado, o IPA-DI registra elevação e atinge 7,93% no acumulado em 12 meses. Mas os efeitos sobre os preços ao consumidor são bem menores.

IPA-DI e Aberturas por Origem (% acum. em 12 meses)



— IPA-DI Produtos Agropecuários
— IPA-DI
— IPA-DI Produtos Industriais

Dados em: variação percentual em 12 meses

Fonte: FGV

Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Juros e Crédito

Ministério da
Fazenda

Cenário mais favorável para o crédito no segundo semestre

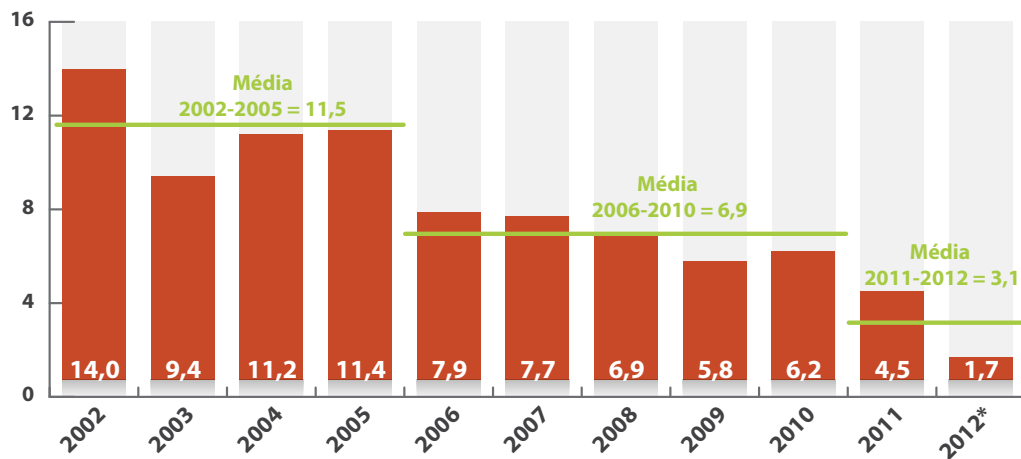
Em junho de 2012, o mercado de crédito no Brasil atingiu montante superior a R\$ 2,2 trilhões, alcançando a marca de 50% do PIB. Esse comportamento ocorreu a despeito da desaceleração no crescimento do estoque de crédito, provocada, em grande medida, pela postura defensiva das instituições financeiras diante do cenário de crise internacional.

O decréscimo da taxa básica de juros, aliado à redução do spread bancário – puxada pela postura mais ativa dos bancos públicos, permitirá maior acesso às operações de crédito. Ademais, a manutenção de baixas taxas de desemprego e o aumento do rendimento real das famílias permitem inferir que está em curso uma normalização nas captações e empréstimos. No segundo semestre de 2012, o cenário associado ao mercado de crédito será mais benigno e contribuirá para a aceleração da atividade econômica. ■

Taxa real de juros tem queda consistente com os fundamentos da economia

A redução da taxa real de juros de curto prazo no Brasil foi significativa, saindo de 14% em dezembro de 2002 para 1,7% em agosto de 2012. Nos últimos dez anos, o contínuo declínio tem sido resultado de políticas macroeconômicas sólidas e críveis, em conjunto com a coordenação entre decisões monetárias e fiscais.

Brasil: Taxa Real de Juros Ex-ante (% a.a.)



Dados em: % a.a.

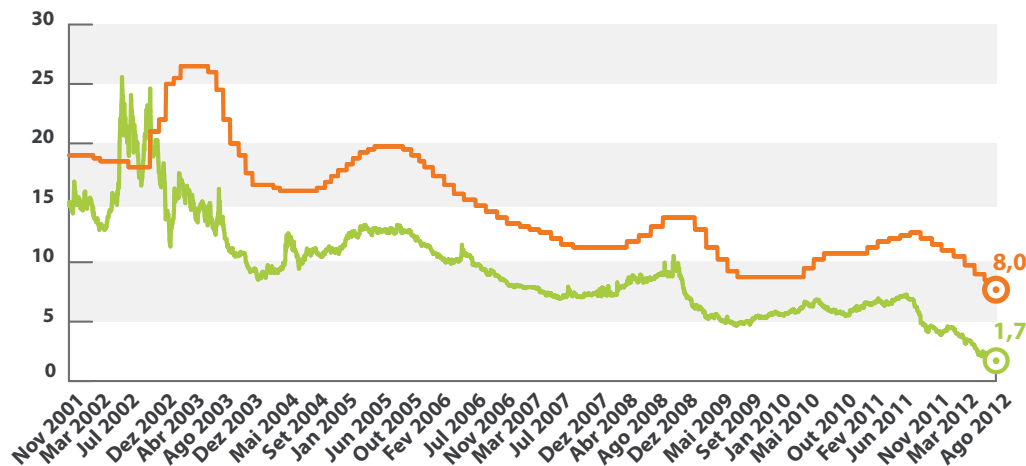
* 2012: média do mês de agosto de 2012; 2001-2011: valor de 31 de dezembro de cada ano

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxa Selic em seu nível mais baixo já registrado

O Banco Central do Brasil vem reduzindo a taxa básica de juros (Selic) desde agosto de 2011. Com a última redução, em julho de 2012, de 8,5 para 8,0%, a taxa Selic atingiu seu menor valor histórico. A taxa de juros real atingiu 1,7% em agosto de 2012.

Juros Reais e Nominais no Brasil (% a.a.)



— Meta Selic

— Taxa de Juros Real Ex-ante*

Dados em: % a.a.

*Taxa real deflacionada pela mediana das expectativas de inflação acumulada para os próximos 12 meses

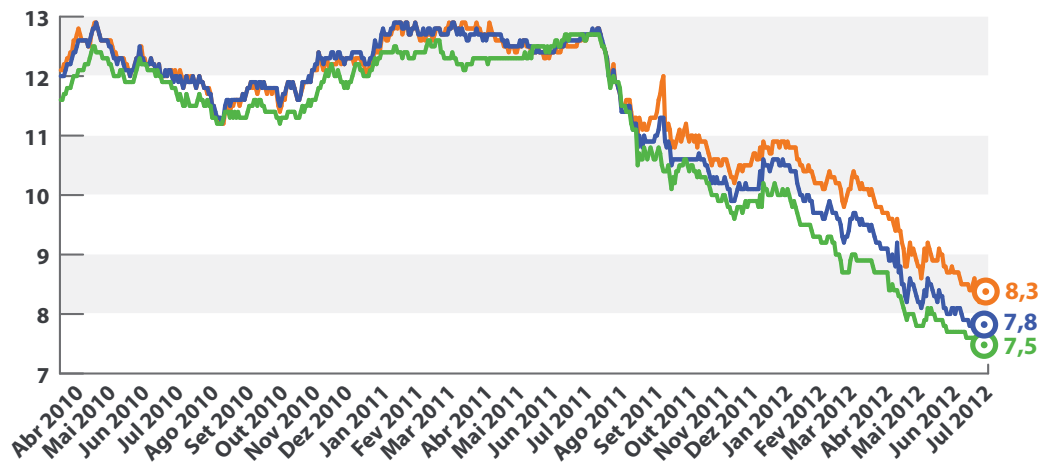
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxas de juros de longo prazo em declínio

No primeiro semestre de 2012 houve queda generalizada das taxas no depósito interbancário de um dia (DI). A análise dos dados permite concluir que um processo de convergência das taxas dos contratos de curto e longo prazos encontra-se em curso.

Taxas de Juros - Contratos DI (% a.a.)



— Jan 2015

— Jan 2014

— Jan 2013

Dados em: % a.a.

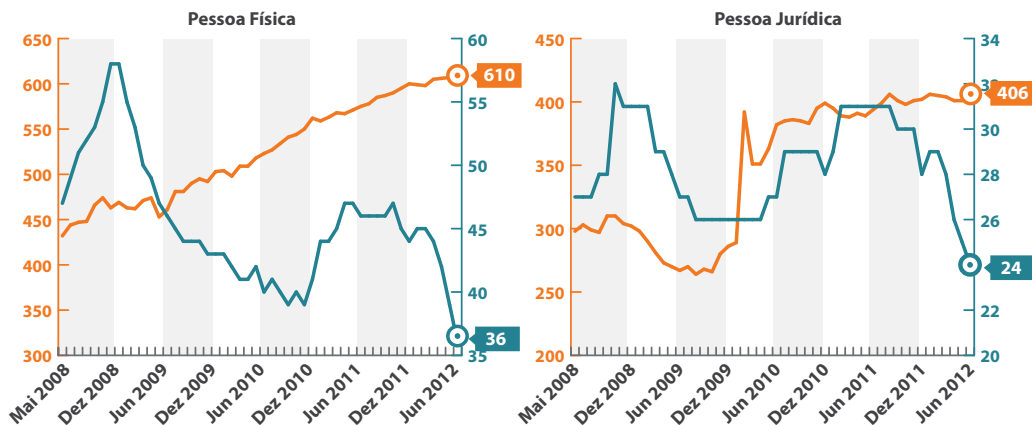
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

Queda da Selic e dos *spreads* já surte efeito

A queda da taxa de juros e dos *spreads* bancários já começa a surtir efeitos para os tomadores finais. A taxa de juros para o crédito à pessoa física está em 36%, e para pessoa jurídica em 24%. Estes são percentuais inferiores à média de 2011 e demonstram queda acentuada nos seis primeiros meses de 2012, com reduções de 9 p.p. e 5 p.p. para as pessoas física e jurídica, respectivamente.

Taxa de Juros e Prazo Médio (% a.a. e número de dias)



— Prazo Médio (dias)
— Taxa de Juros (% a.a.)

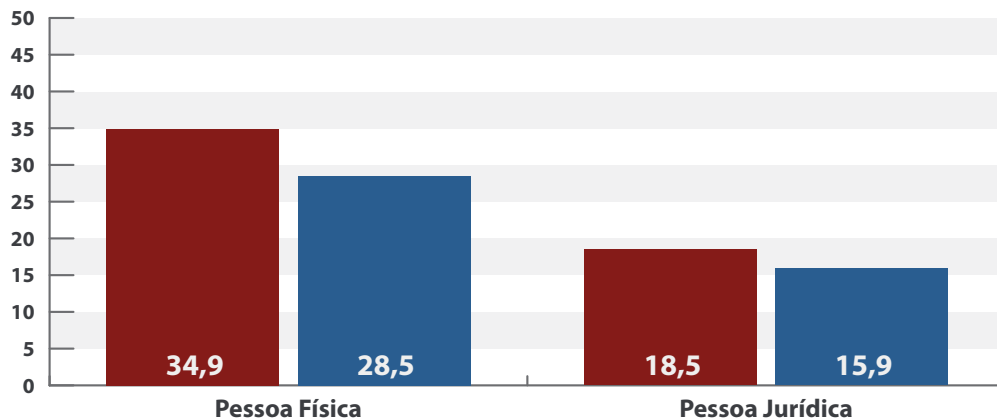
Dados em: % a.a.
e número de dias

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Spread bancário para pessoas físicas e jurídicas

Apesar de ainda elevados em comparação com outras economias, o *spread* bancário para pessoas físicas e jurídicas vem declinando no Brasil. No primeiro segmento, o *spread* passou de 34,9 p.p. em janeiro de 2012 para 28,5 p.p. em julho de 2012. Já para as pessoas físicas, a redução foi de 18,5 p.p. para 15,9 p.p. no mesmo período.

Spread Bancário para Pessoas Físicas e Jurídicas* (pontos percentuais)



■ Jan 2012

■ Jun 2012

Dados em: pontos percentuais

* Spread = Taxa de Aplicação - Taxa de Captação

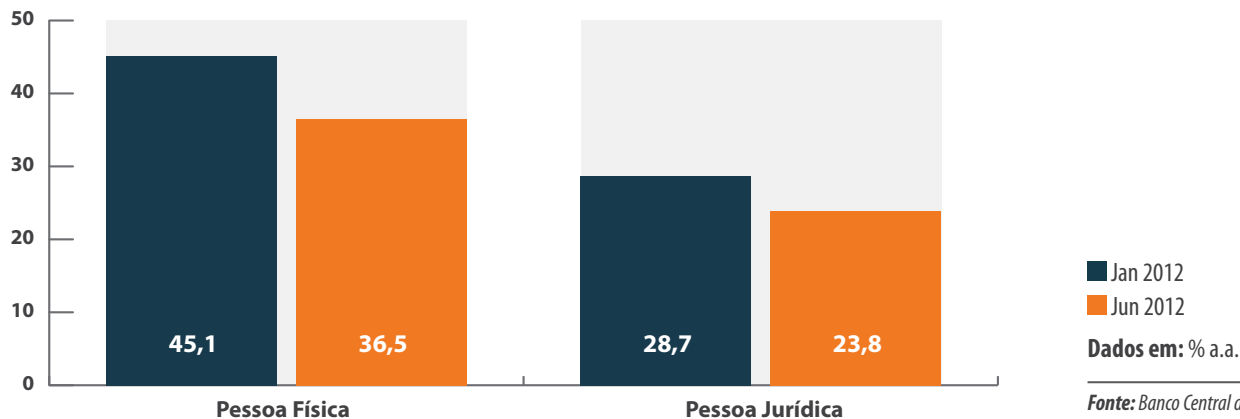
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

Crédito mais acessível e mais barato

O crédito está se tornando mais fácil e mais barato para pessoas físicas e jurídicas no Brasil. A taxa de juros média de empréstimos para indivíduos caiu 8,6 pontos percentuais entre janeiro e junho de 2012, de 45,1% para 36,5%. Já a taxa de juros média de empréstimos para empresas caiu 4,9 pontos percentuais no mesmo período, de 28,7% para 23,8%.

Taxa Média de Aplicação para Pessoas Físicas e Jurídicas (% a.a.)



■ Jan 2012

■ Jun 2012

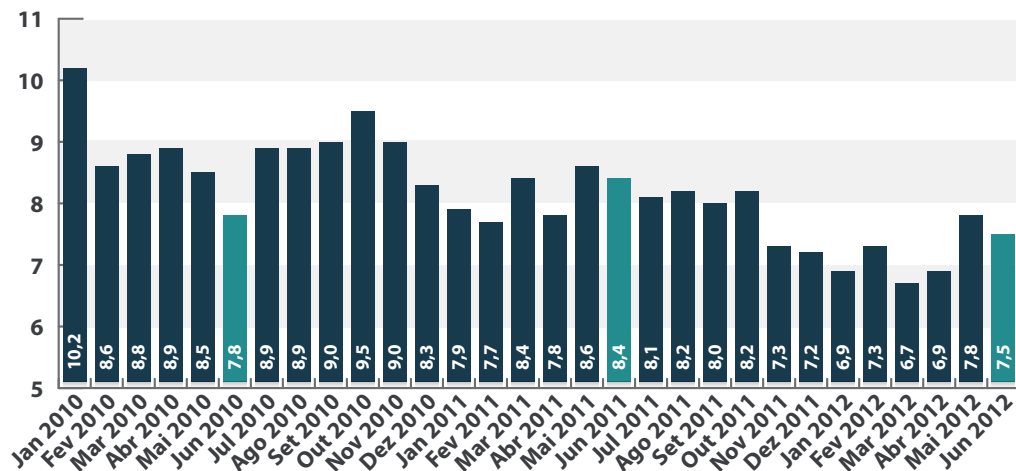
Dados em: % a.a.

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Famílias estão com suas dívidas controladas

Apesar da recente elevação em maio, o percentual de famílias sem capacidade de pagar suas contas em atraso manteve-se em um nível abaixo do mesmo período do ano passado, representando 7,5% em junho de 2012, contra 8,4 em junho de 2011.

Percentual de Famílias que Não Terão Condições de Pagar suas Dívidas (% do total)



Dados em: % do total

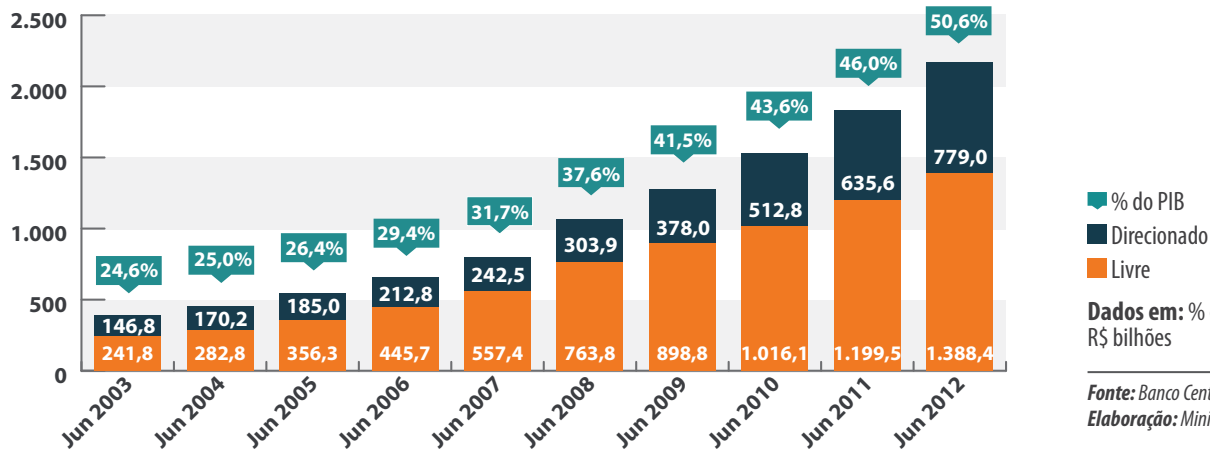
Fonte: CNC

Elaboração: Ministério da Fazenda

Crédito direcionado na vanguarda da expansão do crédito

Em junho de 2012, o volume total de crédito no Brasil alcançou montante superior a R\$ 2,2 trilhões, atingindo 50,6% do PIB. O total de crédito não direcionado atingiu R\$ 1,39 trilhão, com um aumento anual de 15,7%. O total de crédito direcionado, por sua vez, apresentou elevação ainda mais robusta, totalizando R\$ 779 bilhões e uma alta de 22,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Crédito Direcionado e Crédito Livre (% do PIB e R\$ bilhões)



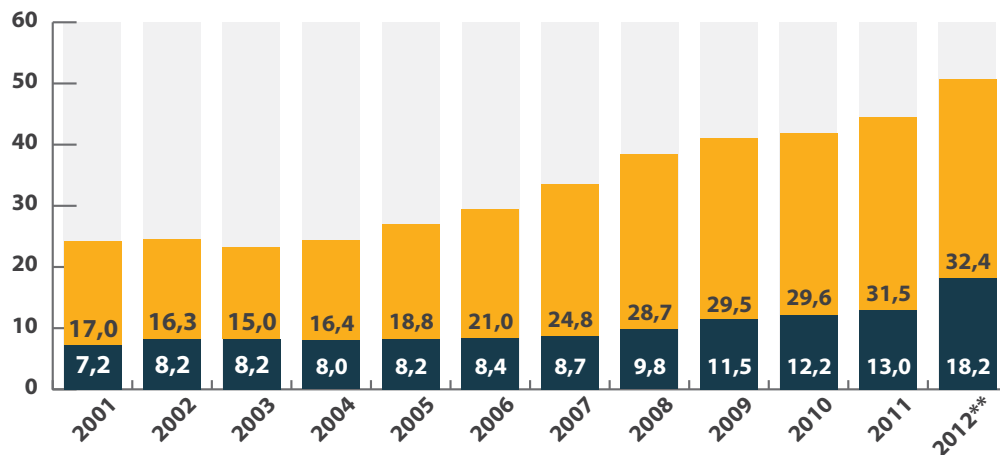
Dados em: % do PIB e
R\$ bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Crescimento do crédito em níveis sustentáveis

As operações de crédito como percentual do PIB têm crescido de forma sustentável no Brasil. Empréstimos com recursos não vinculados já representam 32,4% do PIB até junho de 2012. No mesmo período, o crédito direcionado ficou em 18,2% do PIB. O crédito imobiliário tem se expandido a um ritmo de aproximadamente 40% ao ano, representando 5,5% do PIB.

Operações de Crédito no Brasil (% do PIB)



■ Livre
■ Direcionado*

Dados em: % do PIB
e R\$ bilhões

*Crédito direcionado
exceto imobiliário

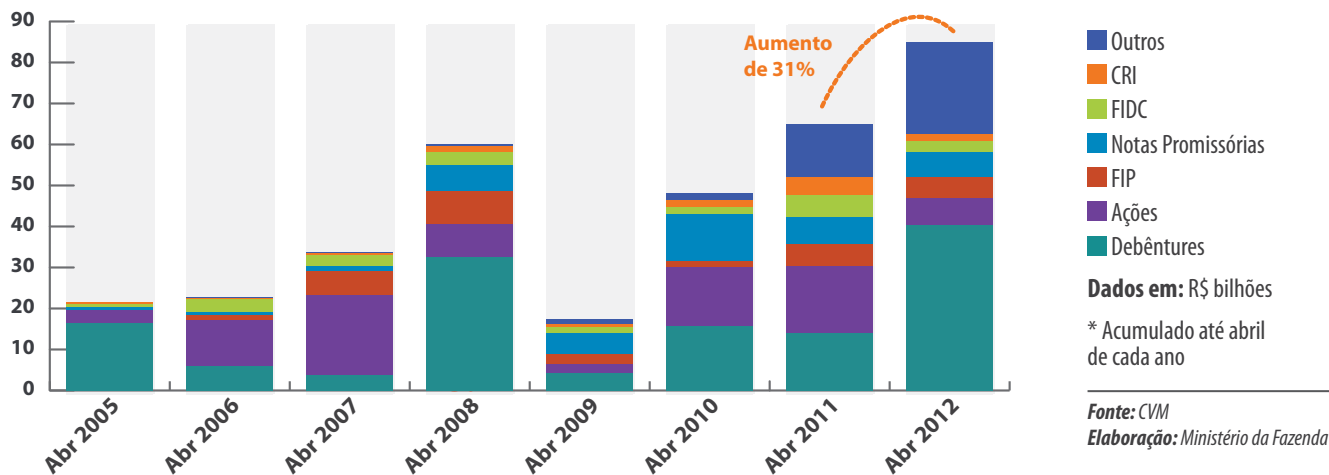
**Acumulado até junho de 2012

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Emissões do mercado de capitais aumentam mais de 30%

Nos primeiros quatro meses de 2012, as captações por instrumentos financeiros emitidos por empresas atingiram o maior nível em 5 anos: R\$ 85 bilhões. Este valor é 31% superior ao observado no ano anterior, na mesma base de comparação.

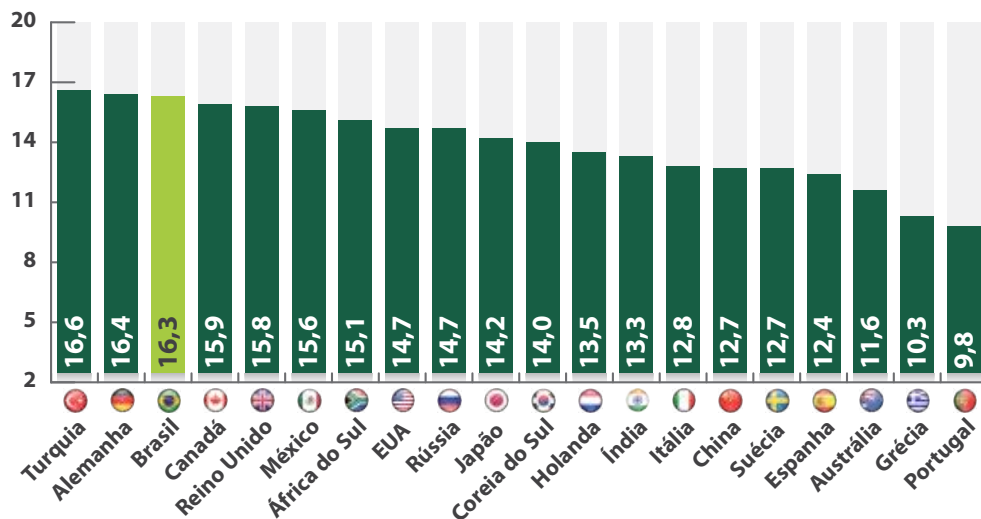
Emissões no Mercado de Capitais* (R\$ bilhões)



Índice de Basileia brasileiro é um dos maiores do mundo

Em comparação a outras economias emergentes e países desenvolvidos, o Índice de Basileia do setor bancário brasileiro se sobressai como um dos mais altos, indicando a resiliência do sistema financeiro brasileiro à crise financeira sistêmica.

Índice de Basileia (% ativos ajustados pelo risco)



Dados em: % ativos
ajustados pelo risco

Fonte: FMI

Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Política Fiscal

Ministério da
Fazenda

Consolidação fiscal favorável ao investimento

Em 2012, o Governo brasileiro tem buscado combinar um nível de consolidação fiscal similar ao registrado em 2011 com estímulos à economia e melhoras no perfil do endividamento público, visando mitigar os efeitos da volatilidade externa e diferenciar a solvência fiscal do país no cenário internacional.

O superávit primário do setor público segue focado no cumprimento da meta de R\$ 139,8 bilhões em 2012. O Governo Central tem atuado diretamente neste sentido na medida em que, no primeiro semestre, já alcançou 105% da meta prevista para os primeiros oito meses do ano. Além disso, o perfil do gasto público tem cada vez mais priorizado a aceleração da execução dos investimentos, com destaque para os gastos relacionados ao PAC.

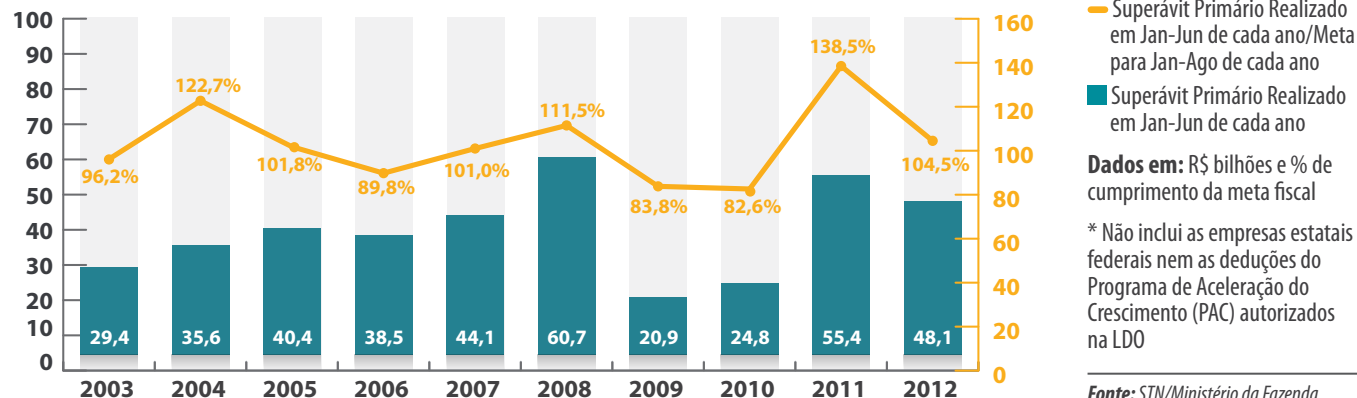
Já a Dívida Líquida do Setor Público atingiu 35,1% do PIB em junho de 2012, mantendo-se próximo ao menor valor da série. Essa melhora foi acompanhada de substanciais mudanças na composição e no prazo da Dívida Pública Federal. Medidas importantes foram tomadas como, por exemplo, a troca de títulos públicos atrelados à taxa Selic (LFT) envolvendo os Fundos Extramercado e o FGTS. Isso contribuiu para a queda de 6,8 pontos percentuais da participação dos títulos de taxa flutuante entre dezembro de 2011 e junho de 2012. Por outro lado, a parcela em títulos com menores riscos de mercado, prefixados e indexados a índices de preços, alcançou 72,3% sem que isso tenha implicado em maior risco de refinanciamento.

Estes avanços têm sido obtidos sem negligenciar o papel indutor que a política fiscal desempenha sobre o crescimento econômico. Para tanto, as desonerações tributárias têm buscado promover a Formação Bruta de Capital Fixo e, além disso, os investimentos públicos continuarão prioritários ao longo dos próximos anos. ■

Resultado primário dentro das expectativas

O resultado primário alcançado no primeiro semestre de 2012 representou 104,5% da meta para o período de janeiro a agosto e 49,6% da meta anual.

Resultado Primário do Governo Central no Primeiro Semestre de Cada Ano* (R\$ bilhões e % da meta fiscal)



— Superávit Primário Realizado em Jan-Jun de cada ano/Meta para Jan-Ago de cada ano
 ■ Superávit Primário Realizado em Jan-Jun de cada ano

Dados em: R\$ bilhões e % de cumprimento da meta fiscal

* Não inclui as empresas estatais federais nem as deduções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) autorizados na LDO

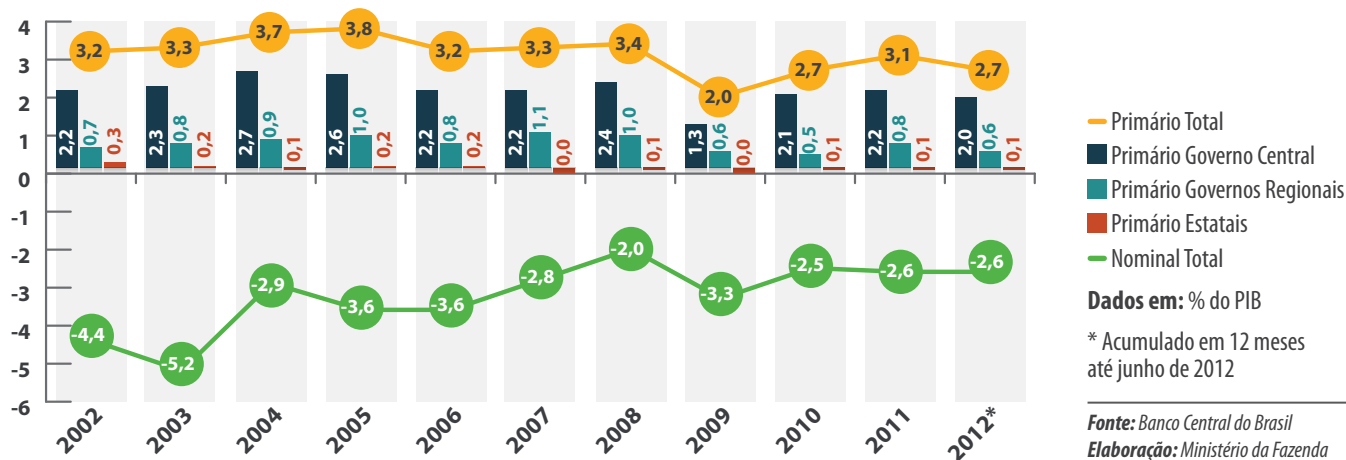
Fonte: STN/Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério da Fazenda

Crescimento econômico com consolidação fiscal

O setor público persegue as metas de resultado primário em conformidade com os princípios de responsabilidade fiscal, um dos pilares da política econômica brasileira. Além disso, a coordenação entre as políticas fiscal e monetária contribuiu para expressiva redução dos juros. Para os próximos anos, as metas projetadas irão reduzir ainda mais o déficit nominal e o endividamento público.

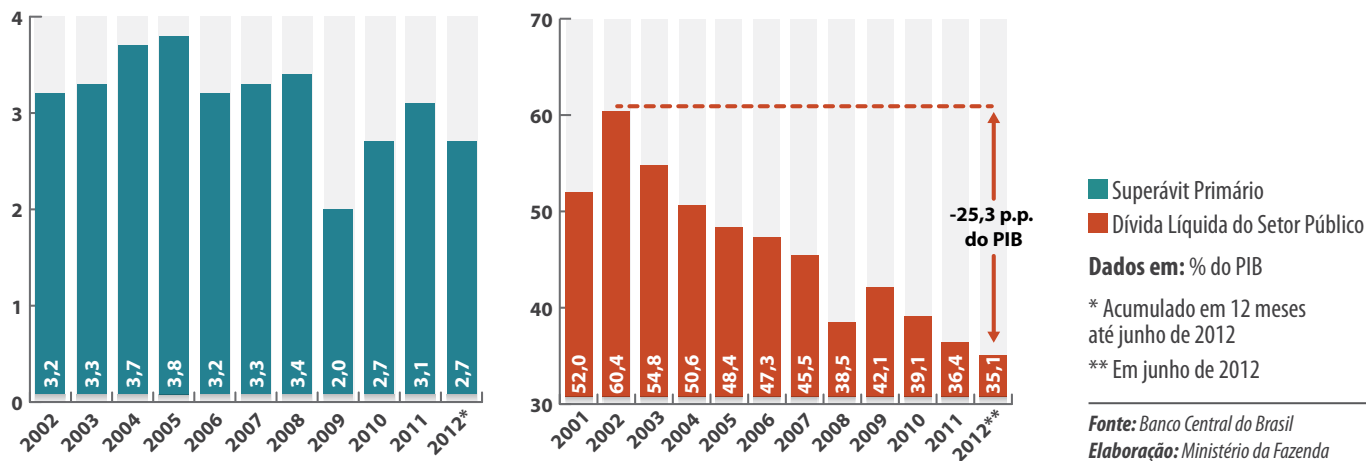
Resultado Fiscal do Setor Público (% do PIB)



Dívida líquida foi reduzida consideravelmente

Superávits primários consistentes têm contribuído para uma tendência declinante da Dívida Líquida do Setor Público, a qual reduziu 25,3 p.p. do PIB nos últimos dez anos.

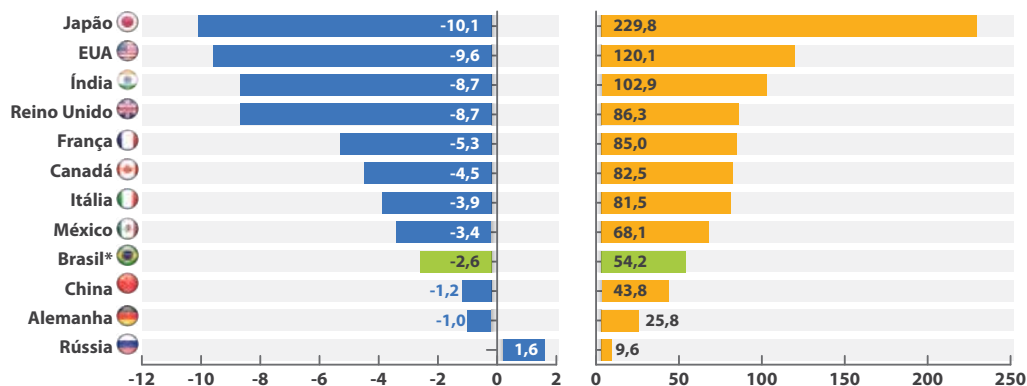
Superávit Primário e Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)



Brasil destaca-se no cenário fiscal

Em uma comparação com países avançados e emergentes, o Brasil também mostra resultados fiscais robustos. Como exemplo, em 2011 o país apresentou um dos menores níveis de déficit nominal e de dívida bruta, ambos em percentual do PIB.

Resultado Nominal e Dívida Pública Bruta (% do PIB)



■ Resultado Nominal
■ Dívida Pública Bruta
(% do PIB)

Dados em: % do PIB

* Baseado em metodologia
do Banco Central do Brasil

Fonte: Banco Central do Brasil e FMI
Elaboração: Ministério da Fazenda

Melhoria do perfil dos gastos públicos

O resultado do Governo Central passou por mudanças consideráveis desde 2002, graças à formalização da economia e ao foco na redução da desigualdade. O incremento da receita líquida é alocado para transferências de renda às famílias e investimento público.

Resultado do Governo Central - Acima da Linha (% do PIB)

Em % PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Receita Bruta	21,7	21,0	21,6	22,7	22,9	23,3	23,6	22,8	22,4	23,9	24,1
Transferências para Estados e Municípios	3,8	3,5	3,5	3,9	3,9	4,0	4,4	3,9	3,7	4,2	4,2
Receita Líquida Total	17,9	17,4	18,1	18,8	19,0	19,3	19,2	18,9	18,7	19,7	19,9
DESPESAS PRIMÁRIAS	15,7	15,1	15,6	16,4	17,0	17,1	16,4	17,7	17,4	17,5	17,9
- Pessoal e encargos	4,8	4,5	4,3	4,3	4,5	4,4	4,3	4,7	4,4	4,3	4,2
- Transferência de Renda às Famílias**	6,8	7,2	7,6	8,1	8,4	8,5	8,1	8,7	8,5	8,6	8,9
- Investimentos***	0,8	0,3	0,5	0,5	0,6	0,7	0,9	1,0	1,2	1,0	1,0
- Custeio com saúde e educação	1,7	1,6	1,7	1,8	1,7	1,8	1,7	1,9	2,0	2,0	2,0
- Demais despesas de custeio	1,6	1,6	1,5	1,8	1,8	1,8	1,4	1,4	1,4	1,5	1,7
RESULTADO PRIMÁRIO sem FSB e Cessão Onerosa	2,1	2,3	2,5	2,5	2,1	2,2	2,8	1,2	1,2	2,3	2,0
Impacto do FSB e da Cessão Onerosa****	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,5	0,0	0,8	0,0	0,0
RESULTADO PRIMÁRIO (acima da linha)	2,1	2,3	2,5	2,5	2,1	2,2	2,4	1,2	2,1	2,3	2,0
Receita Líquida menos Transferências de Renda às Famílias	11,1	10,3	10,5	10,8	10,6	10,8	11,1	10,2	10,2	11,1	11,0

Dados em: % do PIB

* Acumulado em 12 meses até junho de 2012

** Compreende benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, benefícios assistenciais (LOAS e RMV) e Bolsa Família

*** Compreende apenas investimentos classificados como GND 4

**** Compreende a constituição do FSB (2008) e a operação de capitalização da Petrobras (2010)

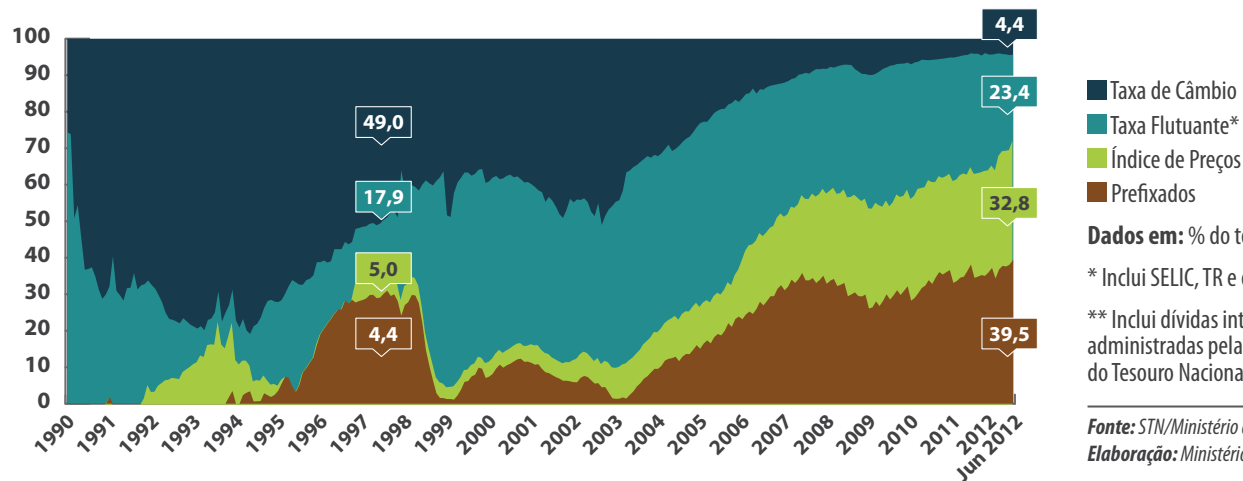
Fonte: STN/Ministério da Fazenda/
Senado Federal

Elaboração: Ministério da Fazenda

Composição da Dívida Pública sendo aprimorada

A parcela de títulos com taxas flutuantes na Dívida Pública Federal recuou para 23,4%, o menor valor desde novembro de 1997. Por outro lado, a parcela de títulos prefixados somados a índices de preços, a qual garante maior previsibilidade para a dívida pública, alcançou o nível histórico máximo de 72,3%.

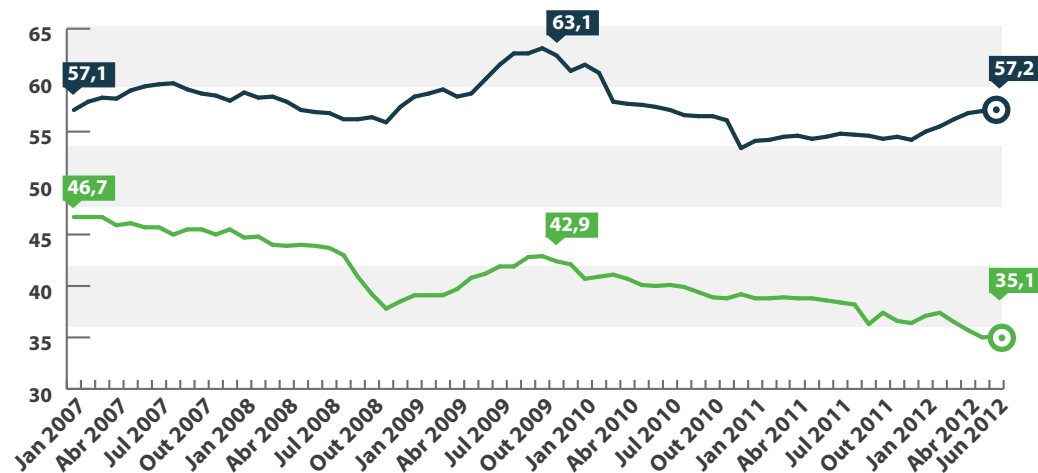
Composição da Dívida Pública Federal** (% do total da dívida)



Dívida Pública cai para patamares pré-crise

Desde a crise financeira, a política fiscal no Brasil tem mantido as razões da Dívida Pública/PIB em tendência declinante. Por exemplo, a Dívida Bruta do Governo Geral caiu de 63,1% em outubro de 2009 para 57,2% em junho de 2012, enquanto a Dívida Líquida do Setor Público reduziu de 42,9% para 35,1% no mesmo período, o segundo menor valor da série iniciada em 2001.

Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)



— Dívida Bruta do
Governo Geral*

— Dívida Líquida do
Setor Público**

Dados em: % do PIB

* Metodologia utilizada
a partir de 2008

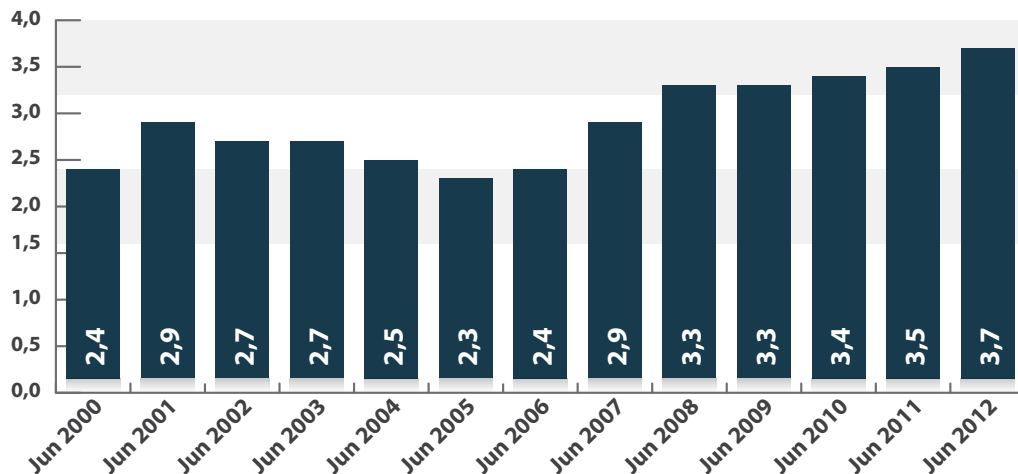
** Exclui os ativos e passivos
da Petrobras e Eletrobras

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

O alongamento do prazo médio da Dívida Pública Federal

O prazo médio da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) registrou avanços históricos, subindo para 3,7 anos. O mesmo se aplica à Dívida Pública Federal, cuja maturidade média atingiu 3,8 anos. O alongamento do prazo médio contribuiu para redução a risco de refinanciamento da dívida.

Prazo Médio da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (anos)



■ Prazo Médio do Estoque

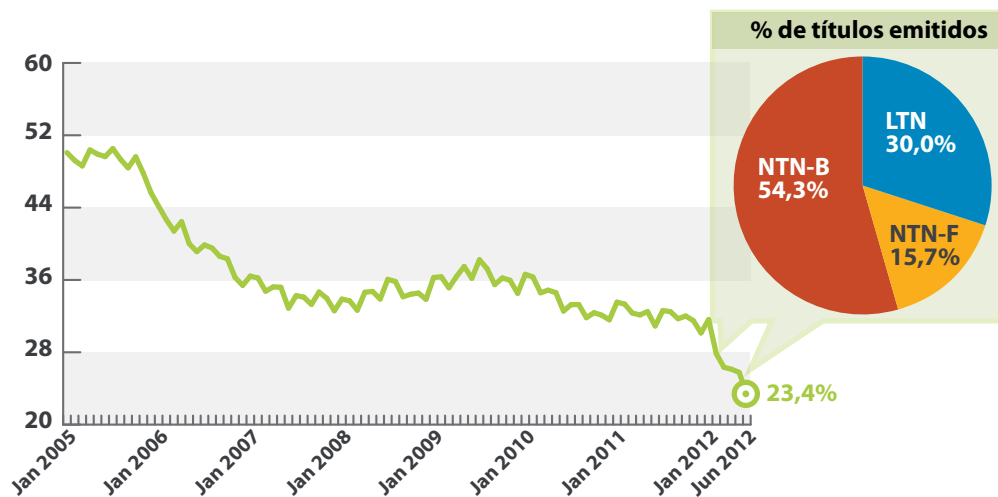
Dados em: anos

Fonte: STN/Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Trocas de títulos públicos melhoram composição da dívida

No primeiro semestre, o Tesouro Nacional resgatou R\$ 99,3 bi em títulos atrelados à taxa Selic (LFT) referentes aos Fundos Extramercado* (fevereiro) e ao FGTS (junho). Este montante equivale a 5,0 p.p. da Dívida Pública Federal (DPF)** e contribuiu para a parcela de títulos flutuantes recuar a 23,4% da DPF. Como contrapartida, foram emitidos títulos indexados ao IPCA (NTN-B) e prefixados (LTN e NTN-F). A medida contribui com a política do governo de desindexação da economia.

Participação dos Títulos Flutuantes na Dívida Pública Federal (% da dívida total)



Dados em: % da dívida total e % de títulos emitidos

* Concentram as disponibilidades oriundas de receitas próprias das estatais não financeiras

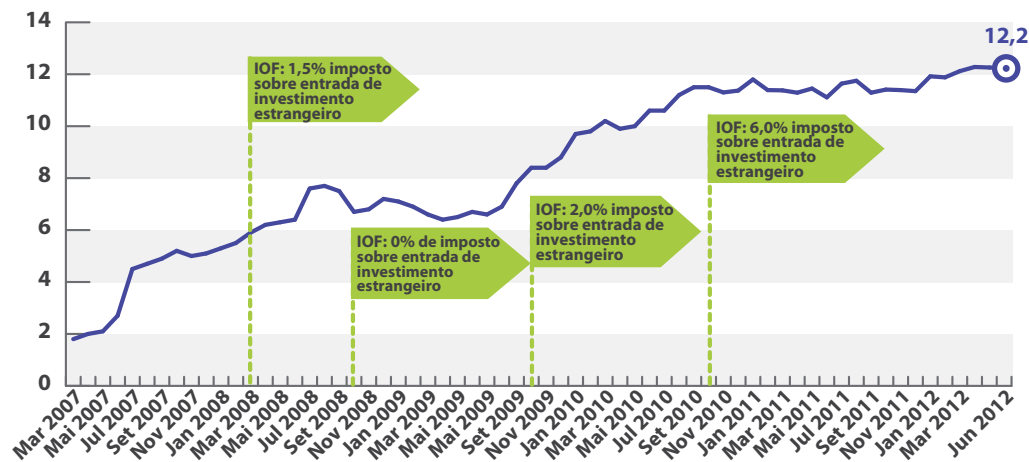
** Considerando o estoque de junho de 2012

Fonte: STN/Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Aumento do número de investidores não-residentes na dívida pública

No primeiro semestre de 2012, os títulos públicos da dívida doméstica brasileira continuaram atrativos para os investidores estrangeiros, cuja a participação na dívida atingiu o maior nível da série. O típico investidor não-residente difere do investidor local, pois demanda mais títulos prefixados e com maior maturação, o que contribui para a melhora do perfil da Dívida Pública.

Participação de Não-Residentes na Dívida Pública (% no total da DPMFi*)



Dados em: % no total da DPMFi

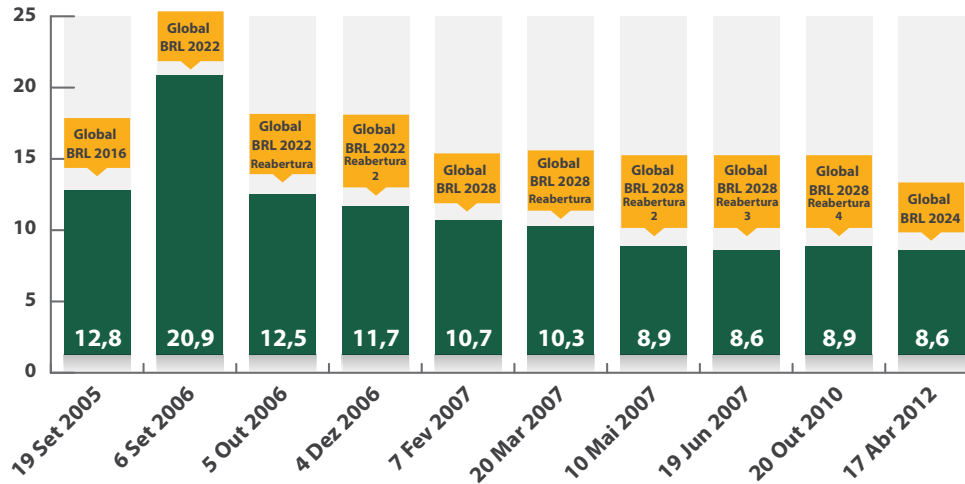
* Dívida Pública Mobiliária
Federal Interna

Fonte: STN/Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Queda consistente da taxa de emissão dos títulos em Reais no exterior

O Tesouro Nacional realizou, em 17 de abril, a emissão de um novo *benchmark* de 10 anos em Reais no mercado externo, o BRL 2024, no montante de R\$ 3,15 bilhões. O título foi emitido ao preço de 99,292% do valor de face, resultando em uma taxa de retorno para o investidor de 8,60% a.a.. Trata-se da menor taxa obtida para uma emissão soberana brasileira em Reais.

Taxa de Emissão dos Títulos Brasileiros em Reais (% ao ano)



Dados em: % ao ano

Fonte: STN/Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Setor Externo

Ministério da
Fazenda

Investimento estrangeiro direto continua vigoroso

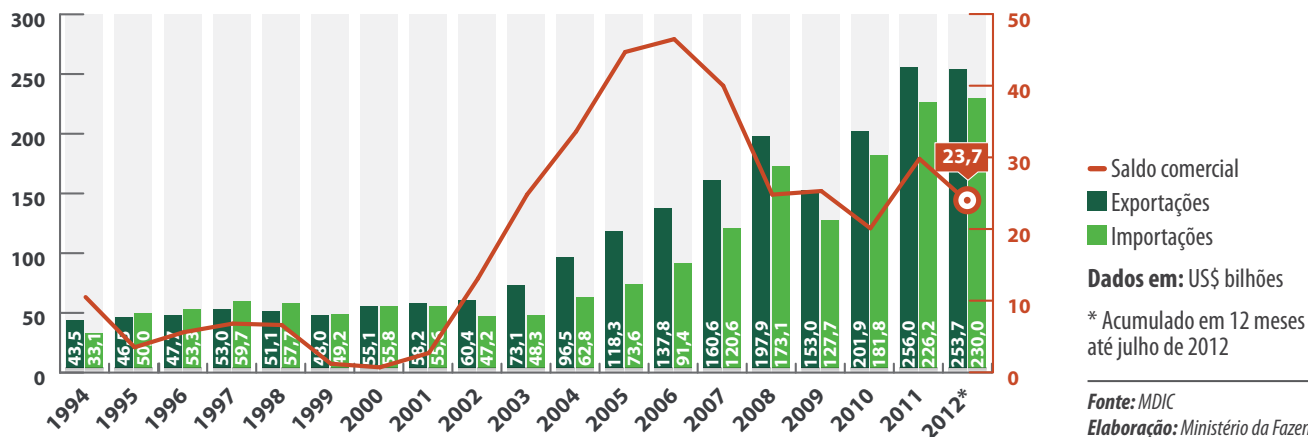
Mesmo diante de um cenário de incerteza que paira sobre todas as economias do globo, os números referentes ao setor externo brasileiro têm mostrado estabilidade. O déficit em conta corrente tem se mantido em torno de 2,2% do PIB e conta com um vigoroso investimento estrangeiro direto como principal fonte de financiamento.

Além disso, os fluxos de capitais especulativos de curto prazo caíram como resultado de medidas macroprudenciais propostas com o intuito de atenuar o excesso de liquidez internacional. A gestão do fluxo de capital, instaurada pelas autoridades econômicas brasileiras, tem sido considerada muito bem sucedida por instituições multilaterais internacionais, analistas e especialistas. ■

Exportações estabilizam, dado o cenário mundial desfavorável

As exportações brasileiras dão sinais de estabilidade, dadas as adversidades econômicas enfrentadas pelas principais economias globais. No resultado acumulado em 12 meses até julho de 2012, as exportações atingiram US\$253,7 bilhões, levando a um superávit comercial de US\$23,7 bilhões.

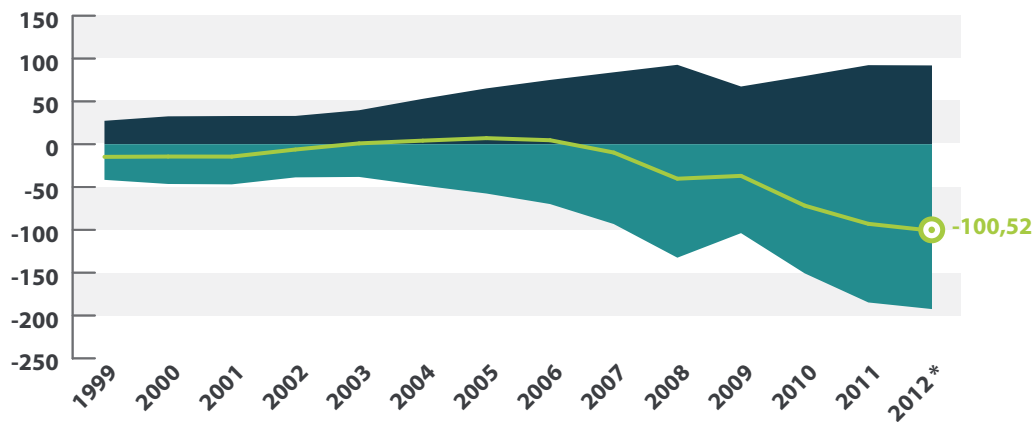
Balança Comercial (US\$ bilhões acumulados em 12 meses)



Crise global afeta saldo comercial de manufaturas

A evolução negativa da balança de bens manufaturados é atribuída a fatores externos como, por exemplo: i) a crise internacional, que conteve a demanda por nossas exportações; ii) o excesso de liquidez internacional, um subproduto da crise, que forçou a valorização do Real, afetando a competitividade dos produtos brasileiros. Para alterar essa situação, o Governo agiu para conter a valorização e adotou medidas para incentivar a produção e a inovação na indústria.

Saldo Comercial de Bens Manufaturados (US\$ bilhões)



■ Exportações
■ Importações
— Saldo

Dados em: US\$ bilhões

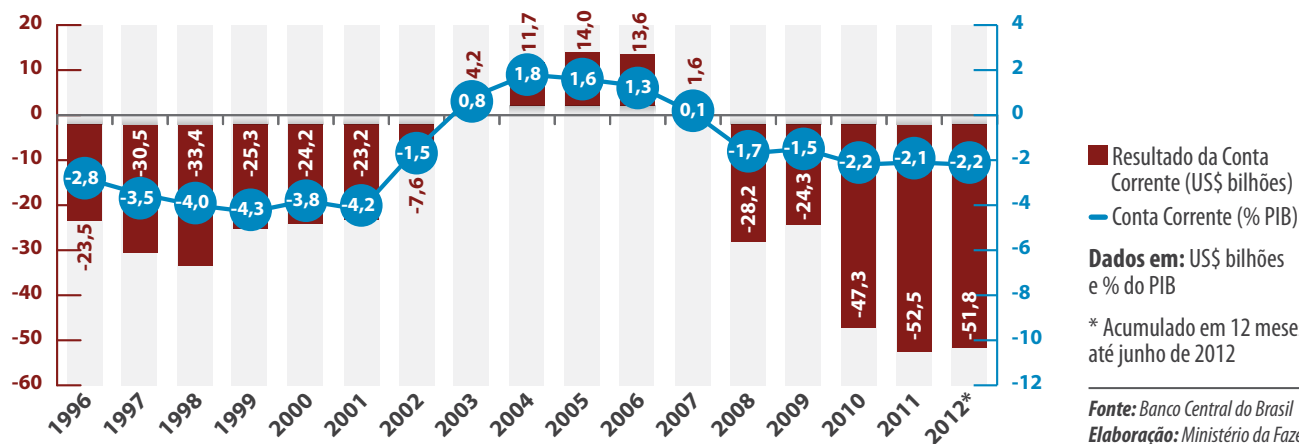
* Acumulado em 12 meses
até julho de 2012

Fonte: MDIC
Elaboração: Ministério da Fazenda

Déficit em conta corrente em estabilidade

Transferências de renda para o exterior menores, principalmente remessas mais baixas de lucros e dividendos, possibilitaram a manutenção da estabilidade do déficit em conta corrente em 2012, em torno de 2,2% do PIB.

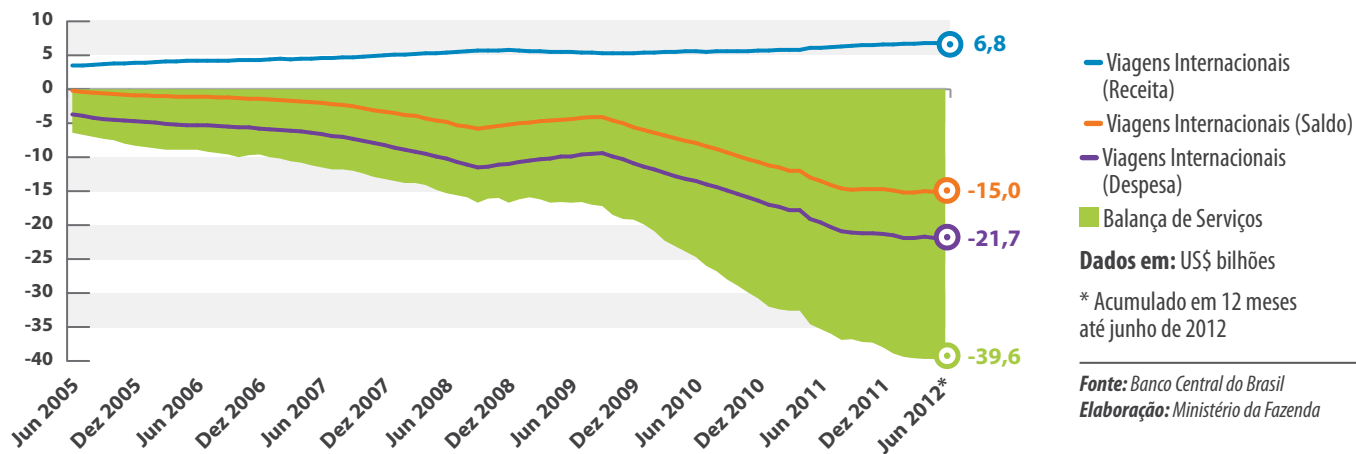
Resultado da Conta Corrente (US\$ bilhões e % do PIB)



Gastos com viagens internacionais estabilizam em 2012

Uma grande parte do déficit em conta corrente do Brasil é resultado das importações líquidas de serviços, que totalizaram US\$39,6 bilhões em 12 meses até junho de 2012. A desvalorização do Real em relação ao dólar estabilizou a trajetória das despesas líquidas com viagens internacionais, um importante componente da balança de serviços, em torno US\$15 bilhões desde o início de 2012.

Balança de Serviços e Gastos com Viagens Internacionais (US\$ bilhões)

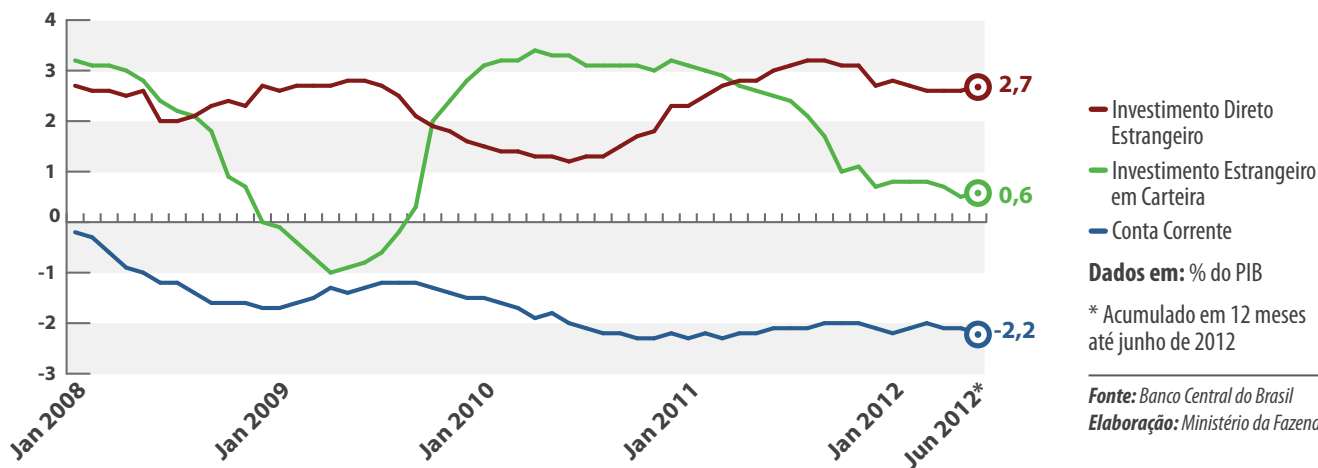


Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

IED financia déficit em conta corrente

A mudança do perfil de investimentos estrangeiros no Brasil em 2011 manteve-se em 2012. O investimento externo direto atingiu 2,7% do PIB em 12 meses até junho, patamar mais que suficiente para financiar o déficit em conta corrente de 2,2% do PIB.

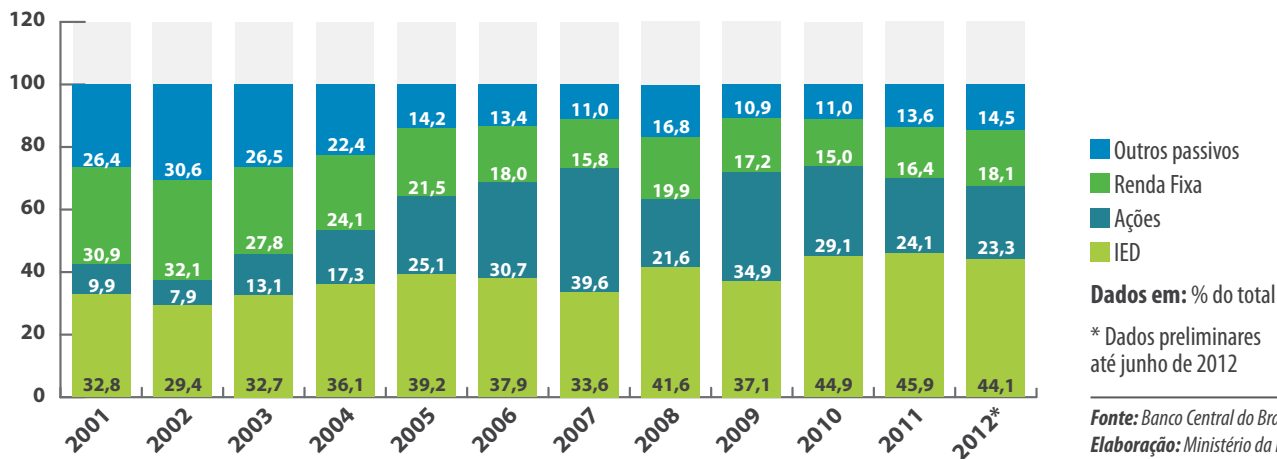
Investimento Estrangeiro Direto, Investimento Estrangeiro em Carteira e Conta Corrente (% do PIB)



IED é o componente mais importante do passivo externo

Sobre a composição dos investimentos externos, prevalecem o IED e o investimento em ações, excedendo o montante relativo à dívida. Essa composição dá mais flexibilidade às transferências de renda para o exterior e reforça o caráter pró-cíclico da conta corrente.

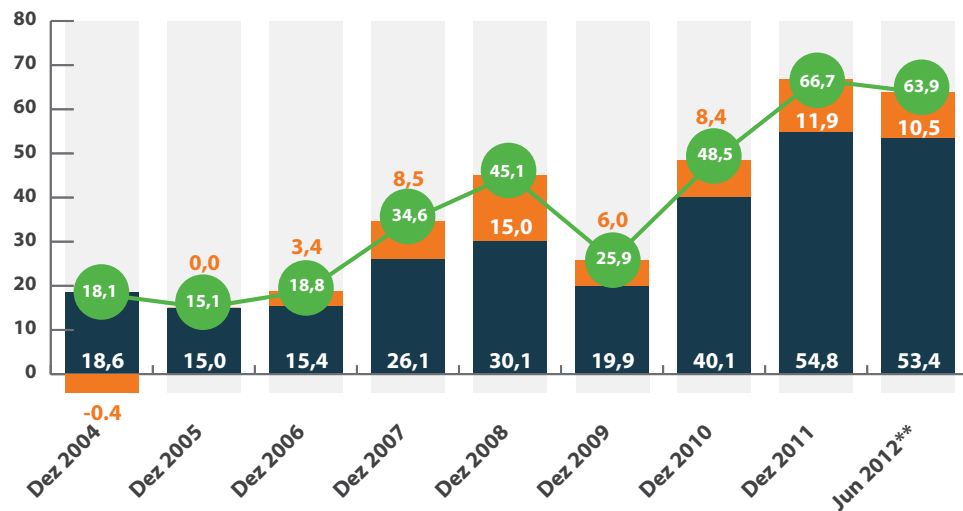
Composição do Passivo Externo (% do total)



Participação no capital responde pela maior parte do IED

O comportamento do IED em 2012 continua o mesmo do ano passado. A maior parte dos ingressos (US\$53,4 bilhões dos US\$63,9 bilhões) está relacionada com participação no capital e o restante, a empréstimos intercompanhias. De acordo com a Pesquisa Focus*, o fluxo de IED deve chegar a US\$ 55 bilhões em 2012, próximo à média dos últimos dois anos.

Composição do Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)



- IED Total
- Empréstimo Intercompanhia
- Participação no Capital

Dados em: US\$ bilhões

* Pesquisa Focus do Banco Central do Brasil (3 de agosto de 2012)

** Acumulado em 12 meses até junho de 2012

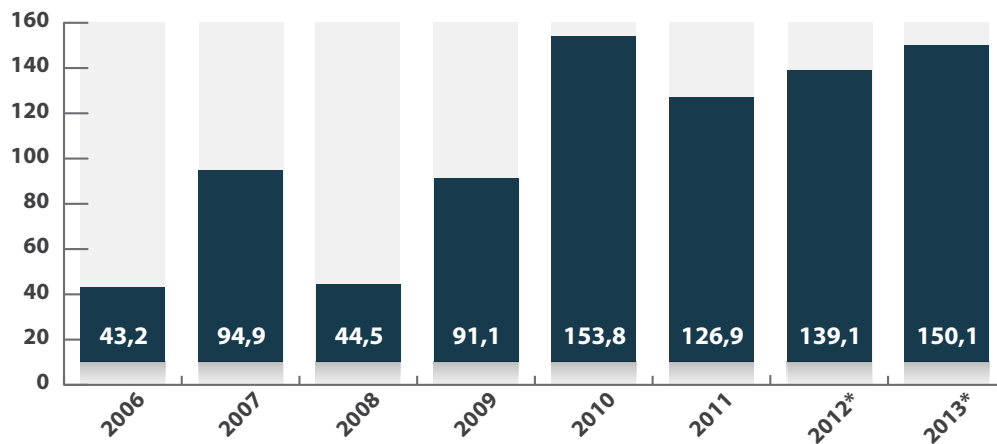
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

Brasil atrai investimentos estrangeiros de longo prazo

De acordo com estimativas do Institute of International Finance (IIF), entidade que representa as maiores instituições financeiras do mundo, o Brasil continua a ser um dos principais destinos para investimentos estrangeiros. Espera-se que o IED e outros investimentos de longo prazo atinjam US\$139,1 bilhões em 2012 e US\$150,1 bilhões em 2013.

Investimentos Estrangeiros no Brasil (US\$ bilhões)



Dados em: US\$ bilhões

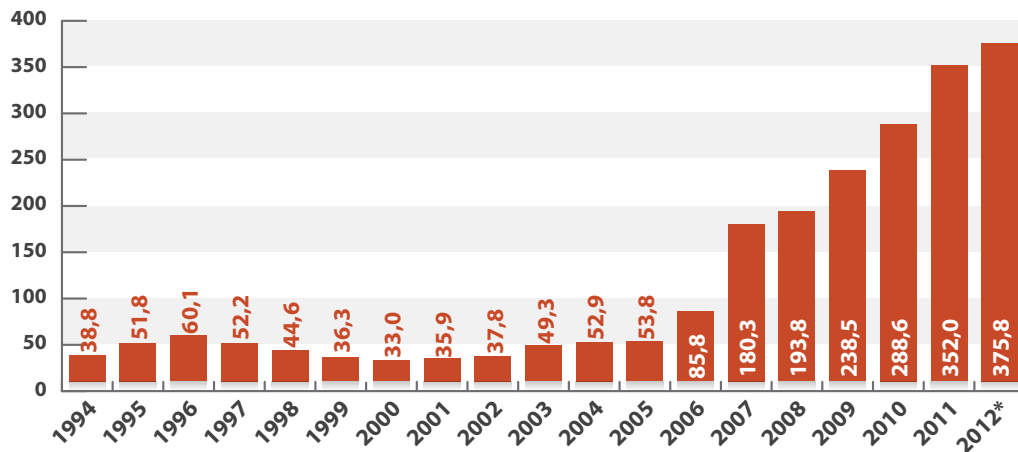
* Projeções IIF

Fonte: IIF - Institute of
International Finance
Elaboração: Ministério da Fazenda

Reservas internacionais permanecem em nível elevado

Até agosto de 2012, as reservas internacionais totalizaram US\$ 375,8 bilhões (cerca de 15% do PIB) e continuam a superar a dívida externa total, mantendo o país em forte posição de credor externo líquido. A política de acumulação de reservas tem sido um mecanismo importante para proteger a moeda do excesso de volatilidade e para reduzir a vulnerabilidade externa.

Reservas Internacionais (US\$ bilhões)



Dados em: US\$ bilhões

*Até 10 de agosto de 2012

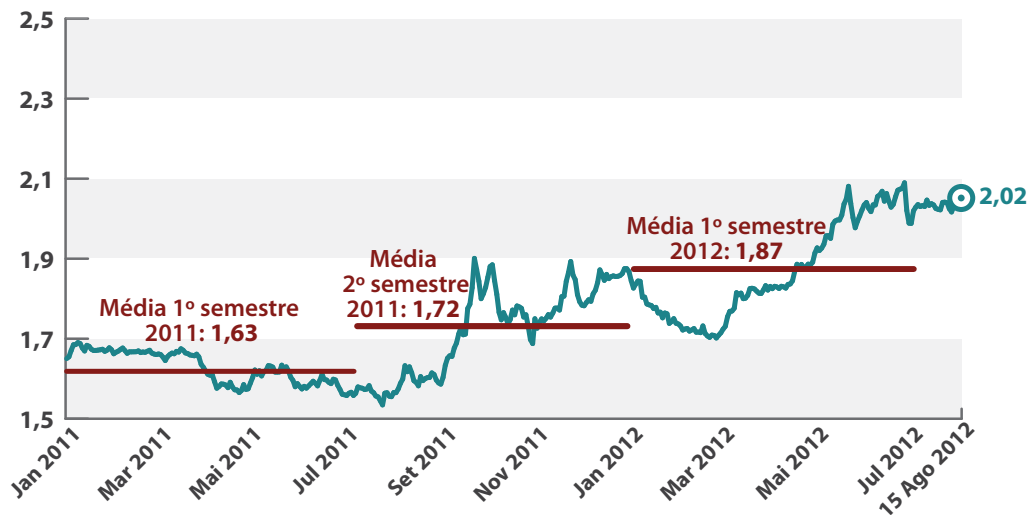
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxa de câmbio nominal depreciada em 2012

O governo brasileiro enfrenta a denominada “guerra cambial” com grande sucesso. A incidência de IOF sobre empréstimos externos foi uma das ações que contribuíram para a elevação da taxa média de câmbio (R\$/US\$), de R\$1,72 em 2011 para cerca de R\$2,00 em meados de 2012.

Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$)



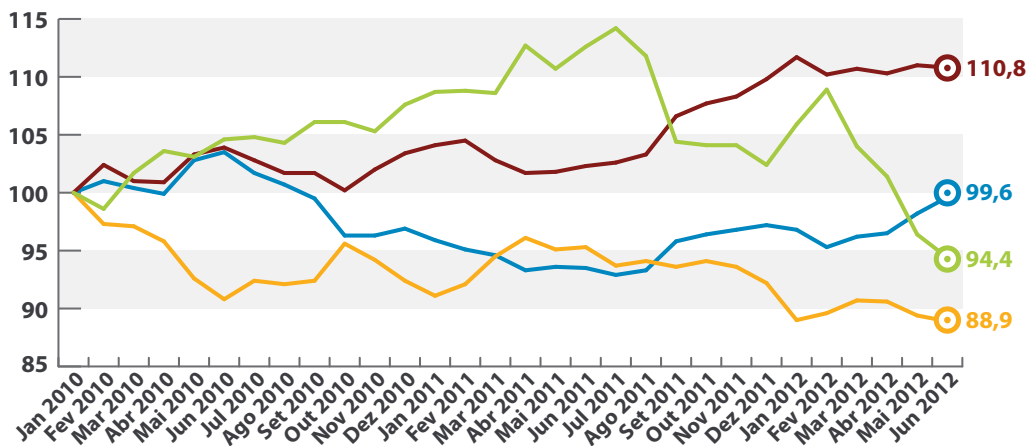
Dados em: R\$/US\$

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Guerra cambial sendo combatida

A guerra cambial, uma das consequências da crise financeira de 2008, causou uma valorização do Real nos anos seguintes. O Banco Central Europeu emprestou dinheiro a taxas de juros muito baixas para os bancos da Zona do Euro. A fim de recuperar a paridade para o Real, o Governo implementou uma série de políticas econômicas para lidar com o excesso de liquidez internacional.

Índice de Taxa de Câmbio Real Efetiva*



— Yuan: China
— Dólar: Estados Unidos
— Real: Brasil
— Euro: Zona do Euro

Dados em: índice Jan/2010=100

* Deflator: índice de preço ao consumidor para os respectivos países. Elevação reflete apreciação e queda reflete depreciação

Fonte: BIS

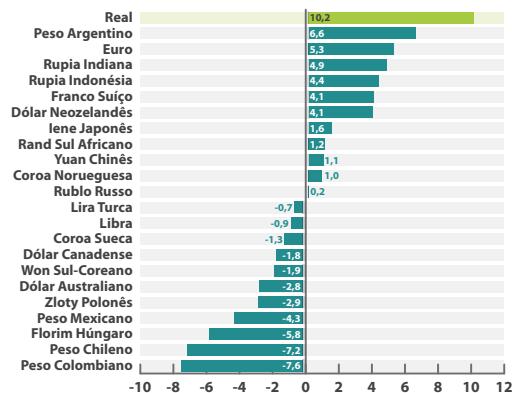
Elaboração: Ministério da Fazenda

0 comportamento das taxas de câmbio em 2012

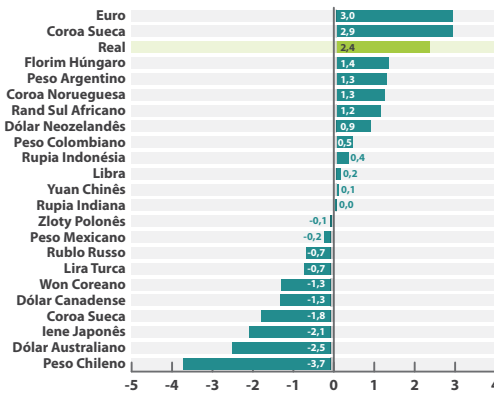
As moedas são afetadas constantemente pelas condições econômicas globais, fazendo com que as taxas de câmbio flutuem contra o dólar em padrões diversos. Em 2012, a característica é de grande volatilidade, reflexo das incertezas que perseguem as economias avançadas.

Países Seleccionados: Variação da Taxa de Câmbio Nominal* (%)

Variação % entre Jan-Jul 2012



Variação % em Jul 2012



Dados em: variação %

* Valores positivos refletem desvalorização da moeda frente ao US\$

Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Panorama Internacional

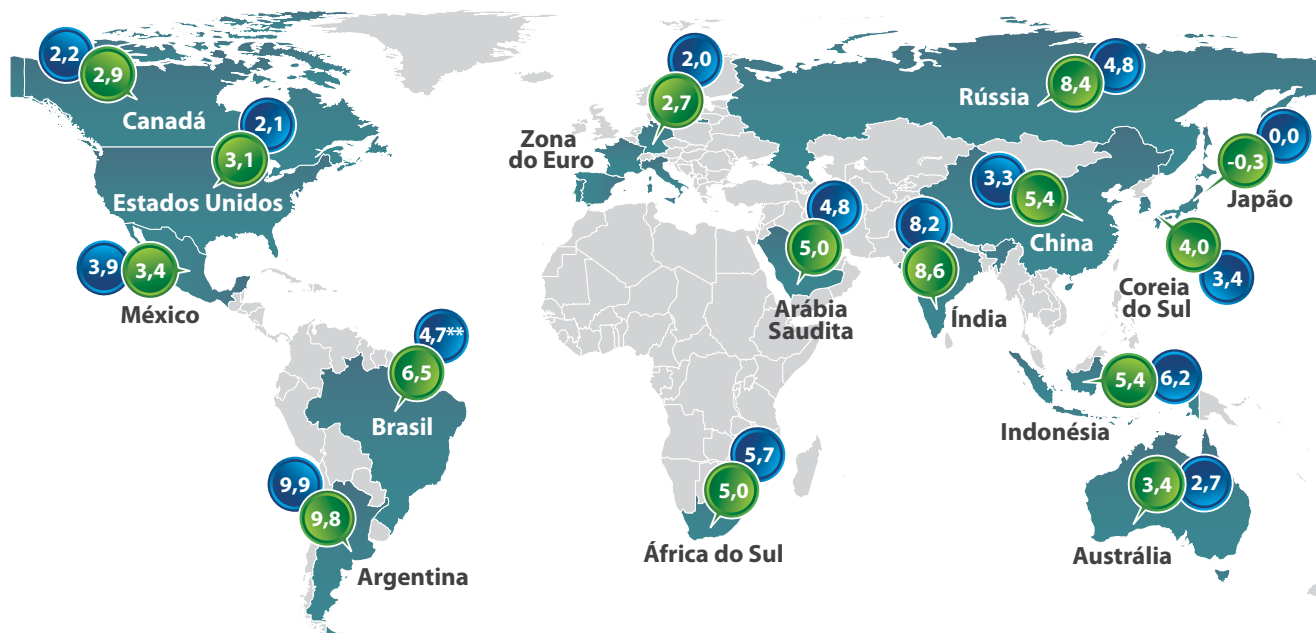
Ministério da
Fazenda

Economia global ainda apresenta grandes desafios

A atual situação econômica mundial apresenta uma série de desafios para o panorama global. A corrente crise soberana da Zona do Euro está intensificada com preocupações renovadas sobre a solvência de importantes economias europeias, elevando o risco global e a disponibilidade de crédito. Esse cenário tem afetado negativamente os preços dos ativos mundiais, aumentando a volatilidade cambial e reduzindo as perspectivas de crescimento econômico.

A China tem sido bem sucedida em reduzir a sua taxa de inflação, embora apresente sinais de desaquecimento da atividade econômica, constituindo-se risco adicional para a demanda global. A economia do EUA ainda mostra sinais dúbios de recuperação, com alguma evolução do mercado imobiliário, mas condições ainda desfavoráveis do mercado de trabalho. ■

Inflação dos países do G20 em 2011 e perspectivas para 2012



Inflação Mundial (%)*

■ 2011

■ 2012

Dados em: variação % anual

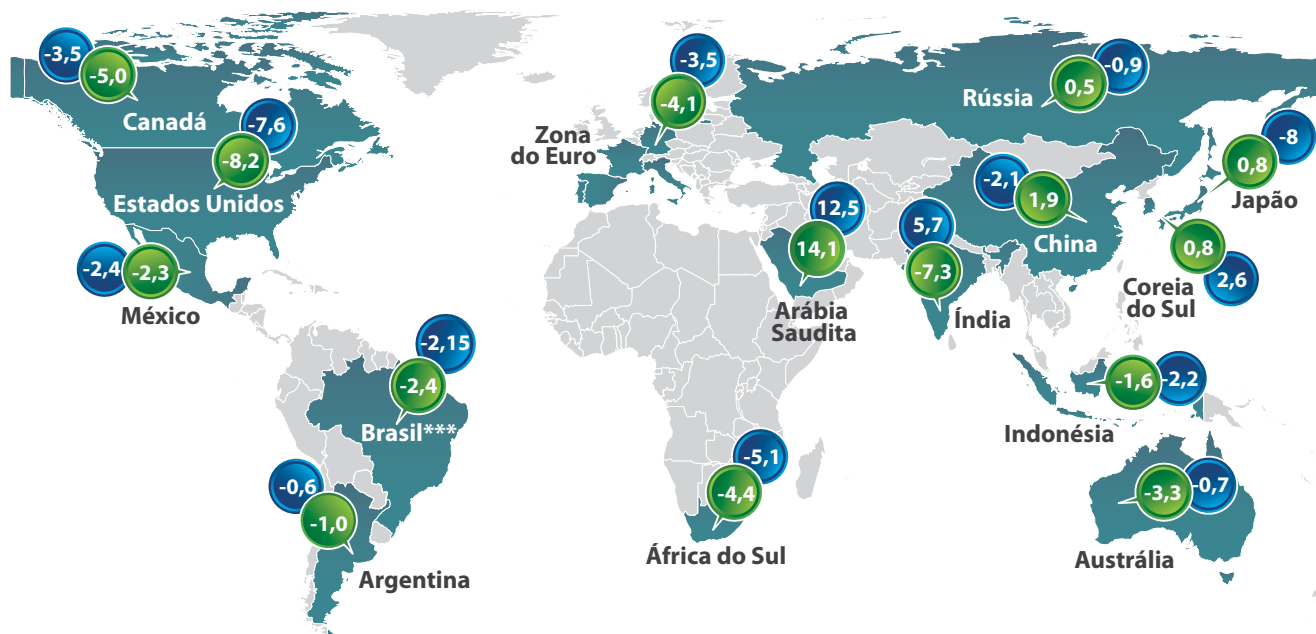
* WEO/FMI abril de 2012

** 2012: Banco Central do Brasil - Relatório de Inflação (junho de 2012)

Fonte: FMI e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

G20: previsão para resultados fiscais em 2011 e 2012



Resultado Fiscal (% do PIB)

■ 2011*

■ 2012**

Dados em: % do PIB

* WEO/FMI abril de 2012

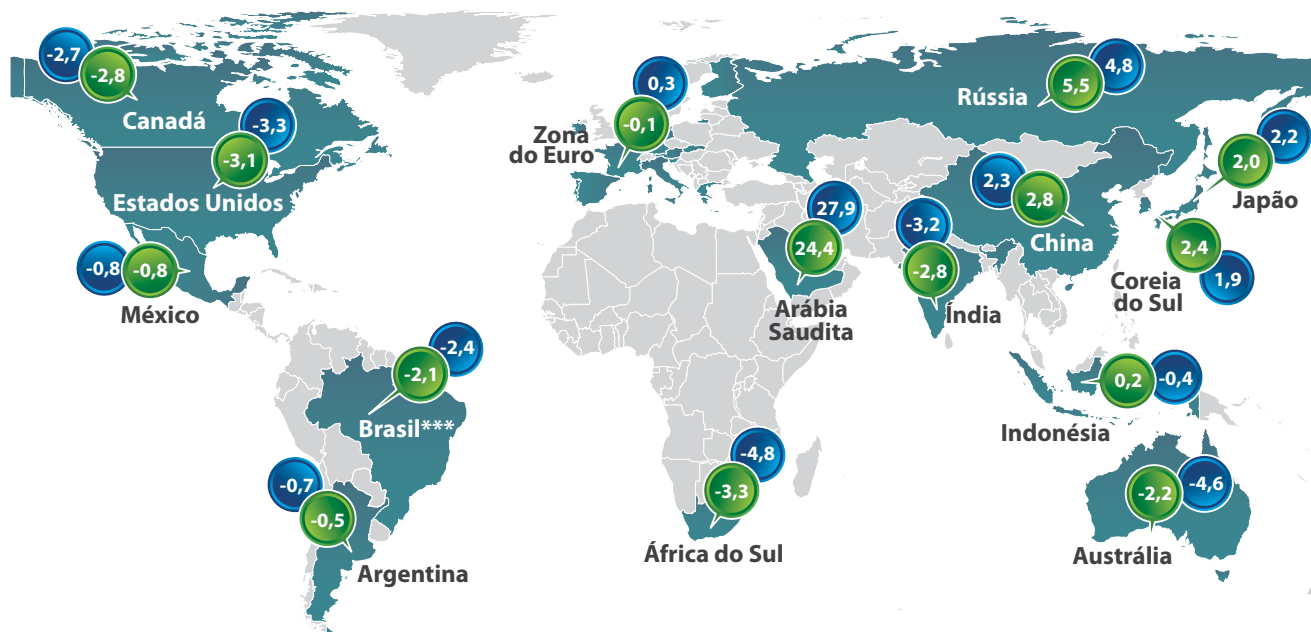
** Previsão

*** LDO

Fonte: FMI, Bloomberg e The Economist

Elaboração: Ministério da Fazenda

Conta Corrente em 2011 e previsão para 2012



Conta Corrente (% do PIB)

■ 2011*
■ 2012**

Dados em: % do PIB

* Bloomberg

** WEO/FMI abril de 2012

*** 2012: previsão do Banco Central do Brasil (julho 2012)

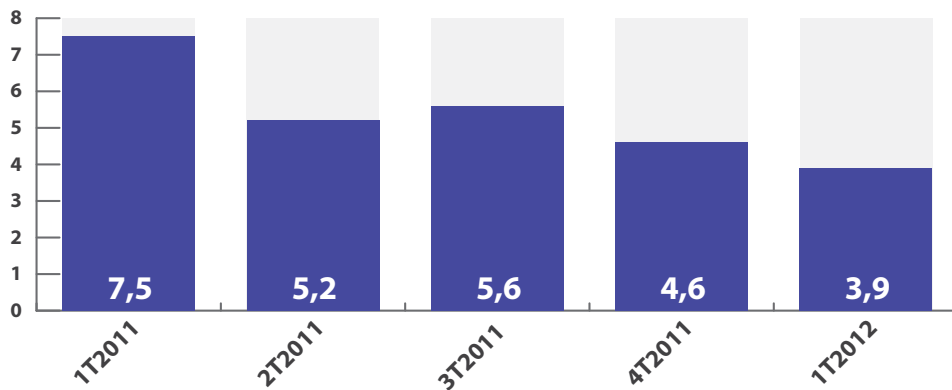
Fonte: FMI, Bloomberg e
Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério da Fazenda

Produção industrial mundial em queda

A produção manufatureira mundial continuou a mostrar desaceleração no início de 2012. Em comparação com o primeiro trimestre de 2011, houve queda de 3,6 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2012, passando de 7,5% para 3,9%. Isto se deve à fraca demanda global.

Produção Industrial Mundial (variação % em relação ao mesmo período do ano anterior)



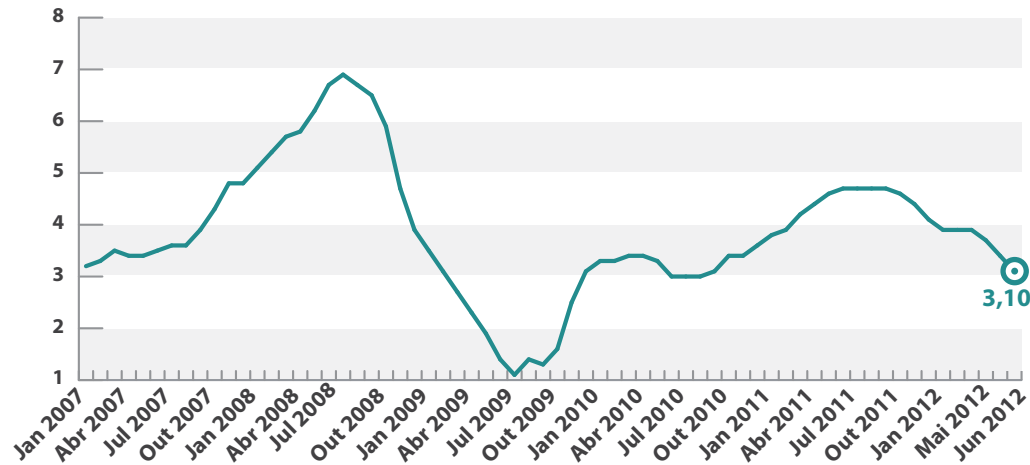
Dados em: variação % em relação ao mesmo período do ano anterior

Fonte: UNIDO - United Nations Industrial Development Organization
Elaboração: Ministério da Fazenda

Redução da inflação global

As pressões inflacionárias globais estão se arrefecendo desde setembro de 2011. Isso é resultado da queda na demanda mundial, principalmente na Europa, que tem afetado a atividade econômica nas principais economias, como Estados Unidos e China. A recente pressão em algumas commodities agrícolas poderá impactar a inflação global nos próximos meses.

Inflação Mundial (% acum. em 12 meses)



Dados em: variação
% em 12 meses

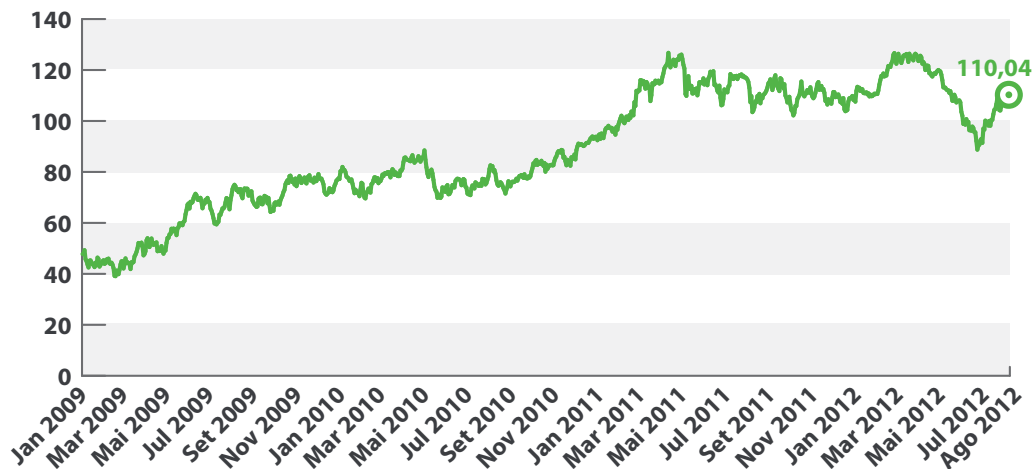
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Preços internacionais do petróleo acompanham crise econômica

O fraco desempenho global, em especial das economias avançadas, pressiona por uma tendência de queda dos preços, apesar da alta recente.

Preço do Petróleo Brent (barril em US\$, preços correntes)



Dados em: barril em
US\$, preços correntes

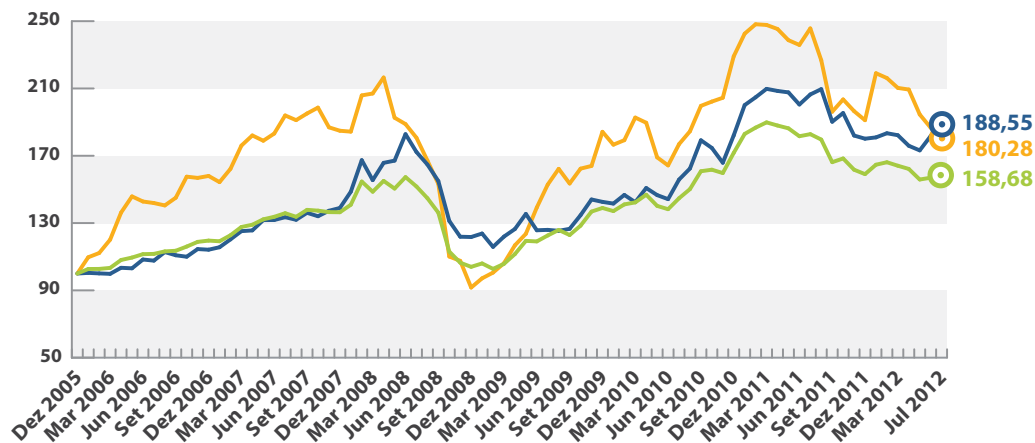
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Comportamento dos preços das *commodities*

O recrudescimento da crise tem ditado também o recuo dos preços das *commodities* metálicas e alimentos. Nos 12 meses que terminaram em julho de 2012, o índice CRB spot recuou 13,2%, enquanto o índice de alimentos caiu 8,7% e o de metais, 26,6%. Recentemente, as cotações dos alimentos subiram em reação à forte seca no meio-oeste dos Estados Unidos que afetou severamente as culturas de soja, trigo e milho.

Índice de Preço de *Commodities* CRB (média de período)



Dados em: número-índice (dez 2005=100)

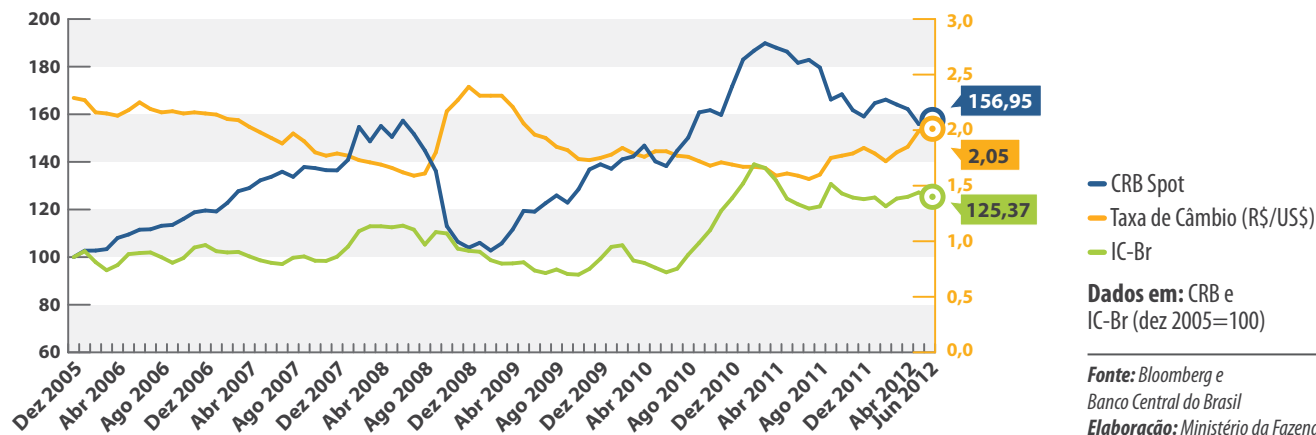
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Acomodação dos preços de *commodities* em Reais

A desvalorização do Real compensou a queda de preços das *commodities* medidos em Reais neste ano. O Índice de *Commodities* Brasil (IC-Br), calculado em Reais pelo Banco Central brasileiro, tem mostrado maior estabilidade em 2012.

Índices de Preços de *Commodities* e Taxa de Câmbio Nominal (média de período)

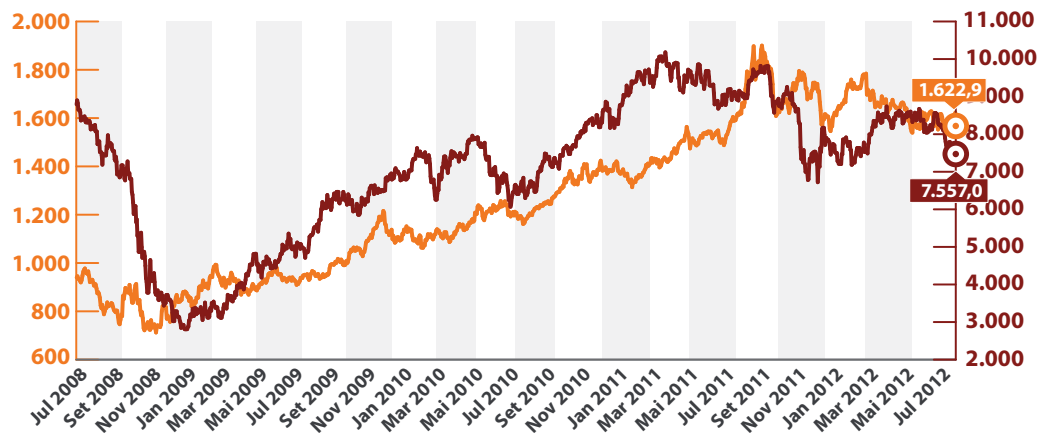


Fonte: Bloomberg e
Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Comportamento dos preços do cobre e do ouro

Aumentos nos preços do cobre sinalizam recuperação econômica, enquanto aumentos nos preços do ouro refletem uma busca por segurança financeira. O recente recuo na cotação do ouro é um sinal de que a fase aguda de desconfiança quanto aos rumos das finanças internacionais pode estar superada. Mas as expectativas de retomada econômica ainda são negativas, puxando as cotações do cobre também para baixo.

Preços Spot: Cobre e Ouro (US\$/Ton e US\$/Oz)



— Ouro
— Cobre

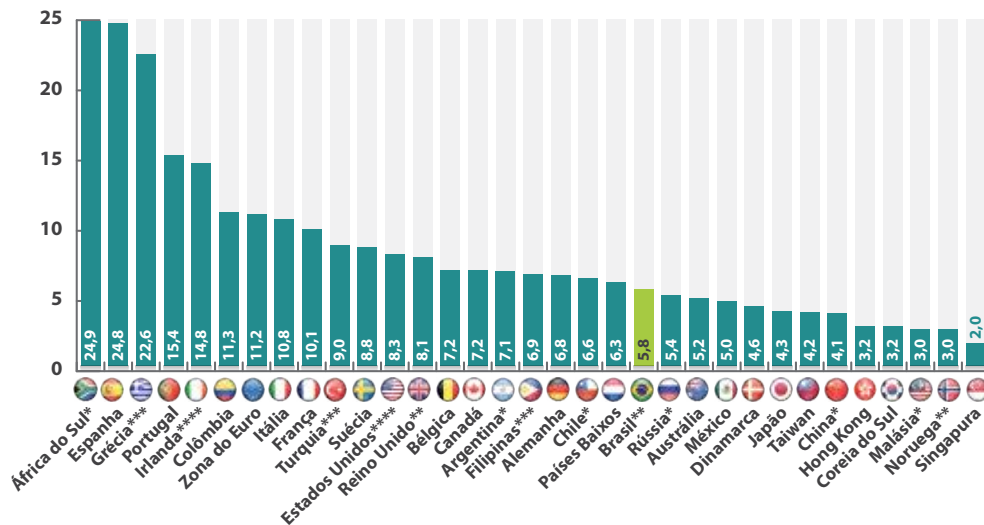
Dados em: cobre (US\$/Ton)
e ouro (US\$/Oz)

Fonte: Bloomberg
Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxa de desemprego no Brasil entre as mais baixas do mundo

Na comparação internacional, a taxa de desemprego de 5,8% registrada pelo Brasil em maio deste ano está entre as mais baixas no mundo. Economias avançadas, tais como Alemanha, Estados Unidos e Canadá, enfrentam taxas de desempregos maiores do que a do Brasil.

Países Selecionados: Taxas de Desemprego – Junho de 2012 (%)



Dados em: variação %, ajustada sazonalmente

* Março de 2012

** Maio de 2012

*** Abril de 2012

**** Julho de 2012

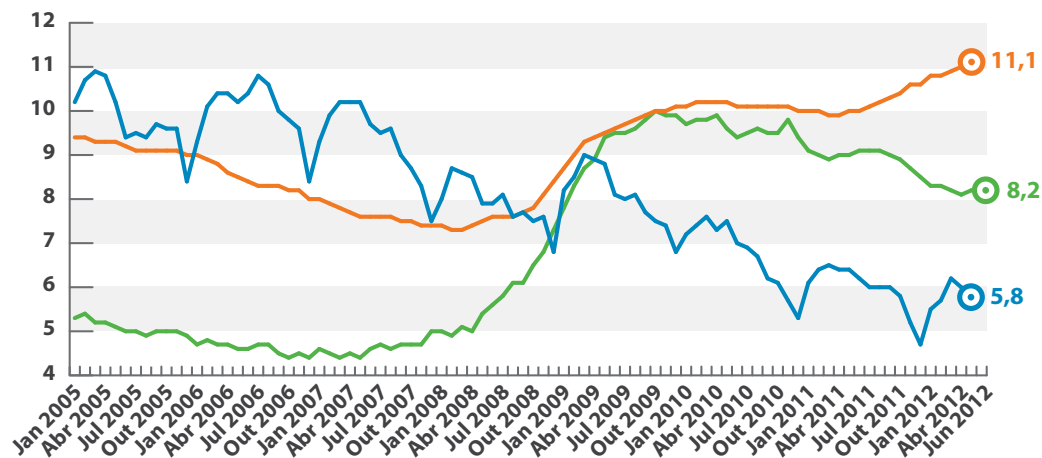
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxa de desemprego com dinâmicas diversas

Os desempregos no Brasil, Estados Unidos e Zona do Euro têm apresentado dinâmicas diferentes. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego caiu mas tem se mantido bem acima da média histórica. Na Europa, uma das principais preocupações é o fraco desempenho do mercado de trabalho nos principais países membros. Por outro lado, o desemprego no Brasil tem caído.

Brasil, Zona do Euro e Estados Unidos: Taxa de Desemprego (%)



— Zona do Euro
— Estados Unidos
— Brasil

Dados em: variação %

* Dados para Brasil até maio de 2012 (sem ajuste sazonal). Dados para Estados Unidos e Europa são ajustados sazonalmente

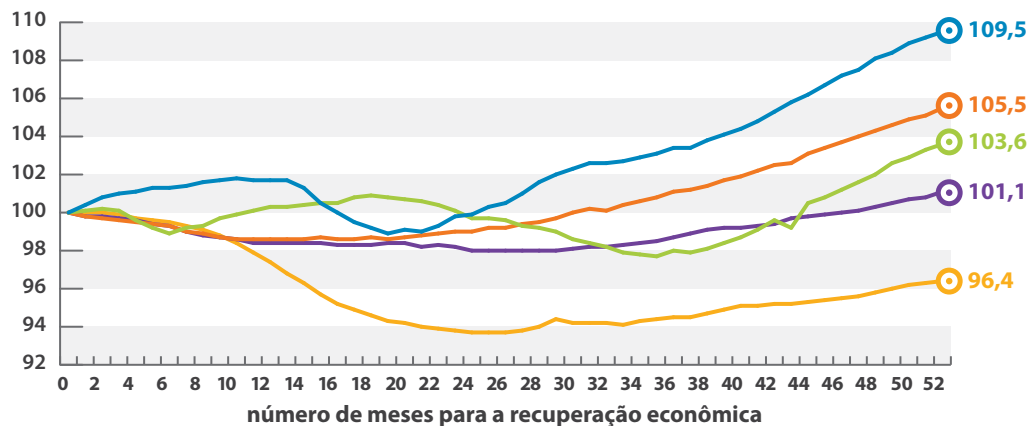
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Emprego nos EUA em lenta recuperação

O emprego nos Estados Unidos pode ter demonstrado sinais de melhora nos últimos meses, mas a recuperação completa talvez não ocorra no curto ou no médio prazo. O gráfico abaixo mostra que, dessa vez, o tempo que a taxa de desemprego tem levado para voltar ao nível pré-crise é maior do que nas crises anteriores. Após quase 5 anos, o emprego continua abaixo do nível registrado em dezembro de 2007.

Emprego nos EUA: Recuperação desde os Anos 1970 (número-índice)



- Set 1973 (crise do petróleo)
- Jan 1980 (política monetária desinflacionária)
- Jul 1990 (segundo choque desinflacionário)
- Mar 2001 (bolha da internet)
- Dez 2007 (crise subprime)

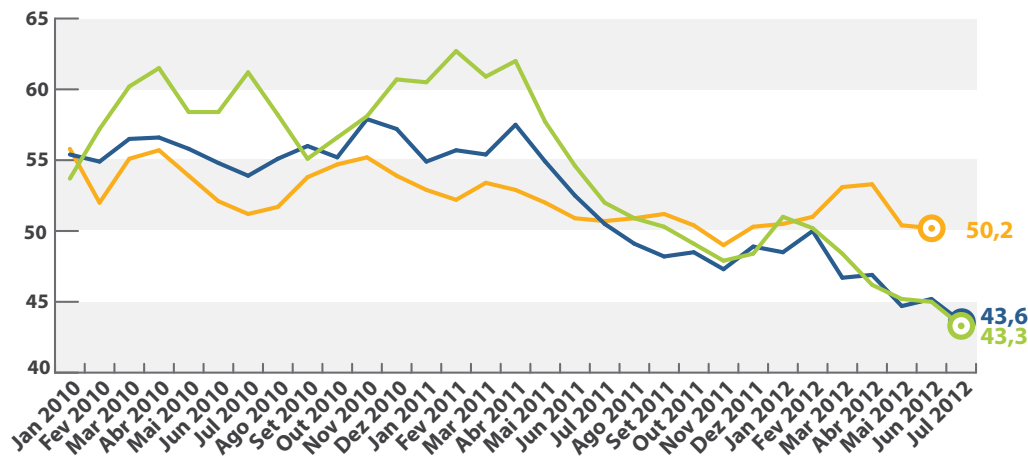
Dados em: número-índice;
100 = mês imediatamente anterior ao início da recessão

Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics
Elaboração: Ministério da Fazenda

Produção manufatureira com problemas na Europa e na China

A queda na produção manufatureira tem piorado na Europa. A Alemanha, por exemplo, a principal economia do continente, viu seu PMI passar de 51 para 43,3 de janeiro a julho de 2012. O mesmo ocorreu na França. Isso está começando a afetar as economias emergentes, como a China, que também apresentou queda em seu PMI na passagem de abril para junho de 2012.

Índice de Compras de Gerentes (PMI): Alemanha, França e China (pontos)



Dados em: pontos

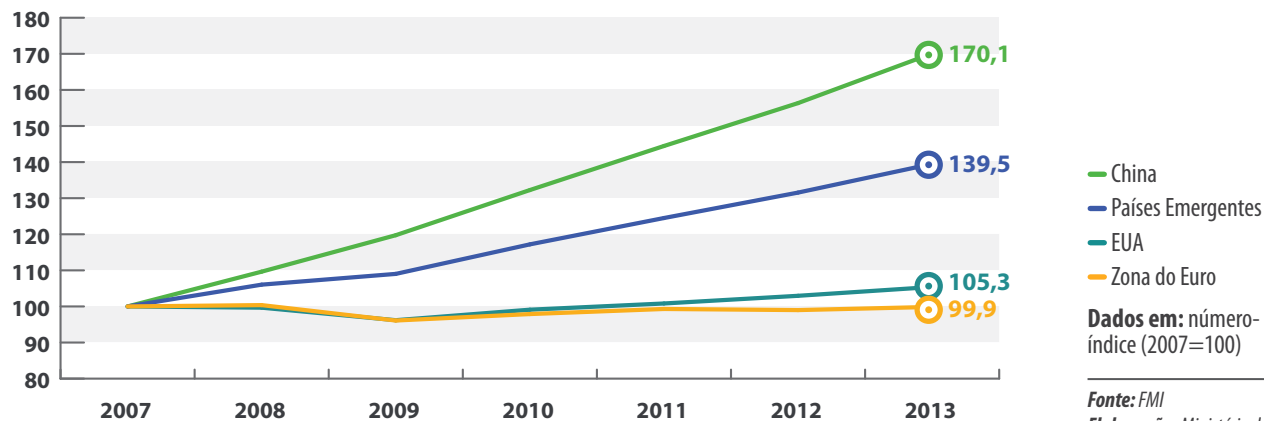
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Estagnação da economia da Zona do Euro perdurará por alguns anos

Segunda avaliação do FMI, a Zona do Euro levará mais tempo para se recuperar da crise. O gráfico mostra que a economia da região ficará estagnada por pelo menos cinco anos. Nos EUA, a recuperação é lenta, mas há crescimento econômico desde 2010. A China e demais economias emergentes sentiram menos os efeitos da crise financeira e não entraram em recessão.

Crescimento Acumulado do PIB em Regiões Seleccionadas (número-índice)



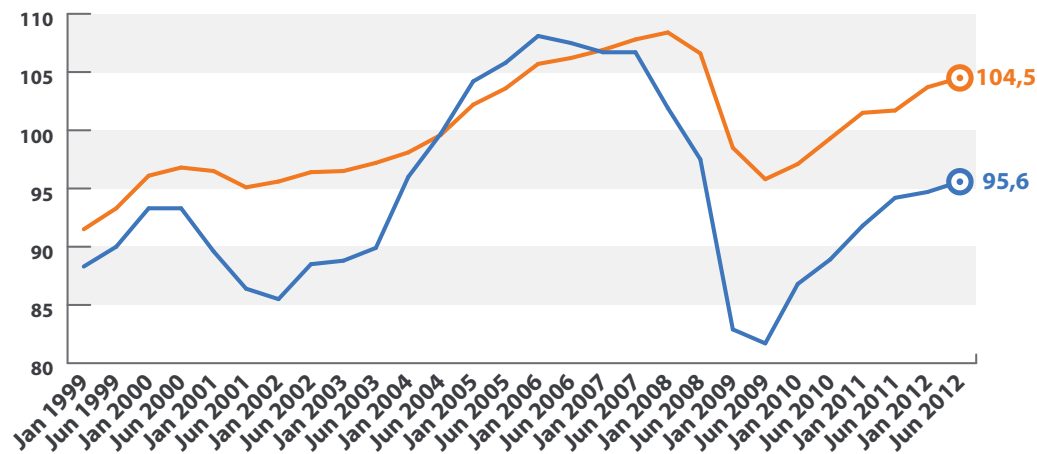
Fonte: FMI

Elaboração: Ministério da Fazenda

Indicador antecedente dos EUA sinalizando alguma melhora . . .

Apesar de o ritmo de recuperação da economia americana ser muito baixo e de as expectativas não estarem num bom momento, há sinais positivos quanto ao desempenho presente. O Indicador Antecedente do Conference Board tem mostrado crescimento contínuo e está bem acima dos valores registrados em 2009, fase mais acentuada do recuo da atividade. Além disso, o Índice Coincidente, que mede as condições econômicas no momento, tem aumentado desde o começo deste ano.

EUA: Indicador Antecedente e Índice Coincidente (número-índice)



— Índice Coincidente (CEI)
— Indicador de Antecedentes
Econômicos (LEI)

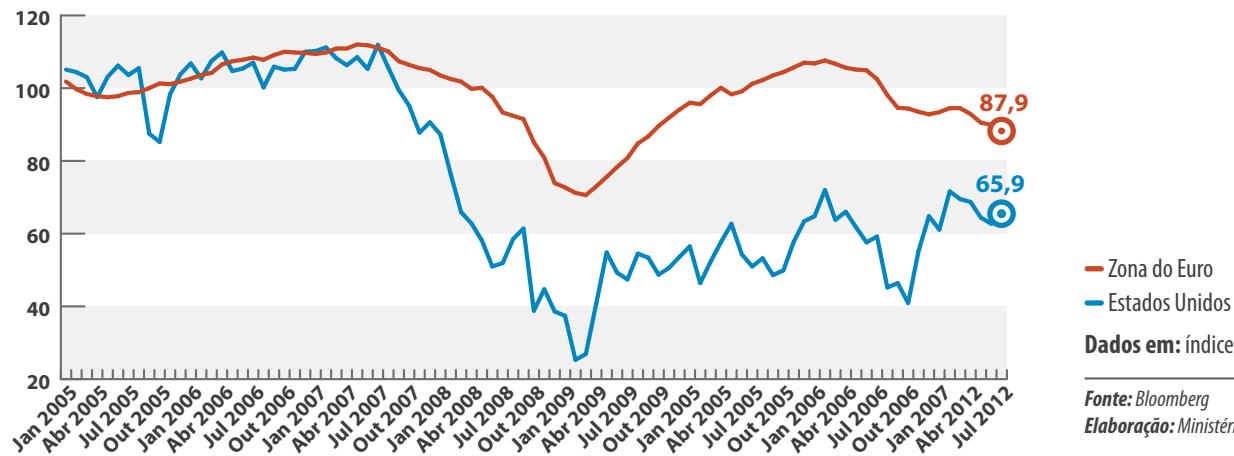
Dados em: número-índice
(2004=100)

Fonte: The Conference Board
Elaboração: Ministério da Fazenda

... mas outros indicadores estão em direção contrária

Após registrar alta nos meses finais de 2011, a confiança do consumidor norte-americano tem registrado queda desde março, chegando a 65,9 pontos em julho de 2012. Tendência similar está acontecendo na Europa.

Área do Euro e Estados Unidos: Índices de Confiança



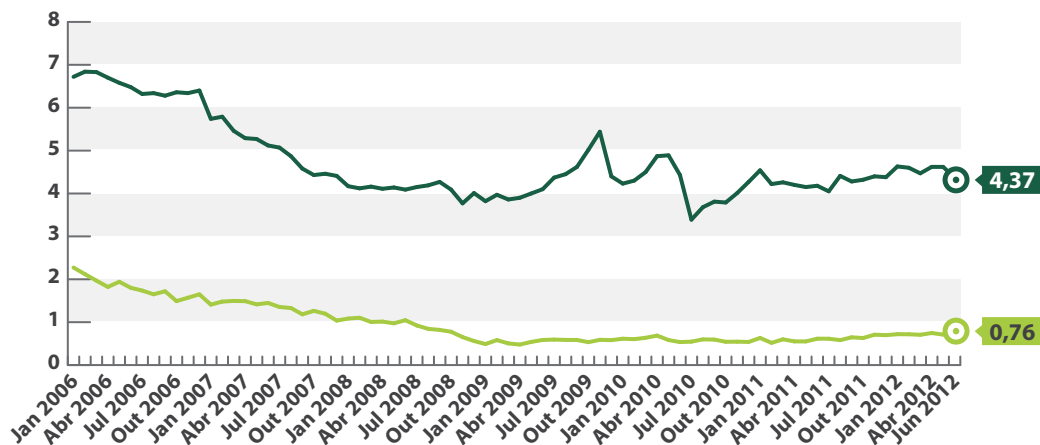
Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Setor habitacional nos EUA continua com sinais de recuperação

A construção de novas residências continua com boas perspectivas, com 760 mil unidades no mês de junho, contra 711 mil em relação a maio e 615 mil no mesmo mês do ano passado. Isso significa um aumento de 6,9% em relação a maio e 23,6% comparando com junho de 2011. As vendas de residências também estão em nível mais elevado do que no ano passado, mas recentemente caíram 4,5% entre maio e junho.

Estados Unidos: Vendas e Construção de Novas Residências (milhões)



— Vendas de Residências
— Construção de Novas Residências

Dados em: milhões

Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Europa e EUA: desequilíbrios na conta corrente persistem ...

A crise econômica que está se espalhando pela Zona do Euro tem sido mais severa em Portugal, Itália, Grécia e Espanha. Uma das razões para o alto nível de dívida desses países é o elevado déficit em conta corrente.

G20 e Europa: Conta Corrente e Países Seleccionados (% do PIB)

Conta Corrente / PIB	2007	2011
Argentina	2,36	-0,50
Austrália	-6,19	-2,20
Brasil	0,11	-2,10
Canadá	0,84	-2,80
China	10,13	2,80
Índia	-0,70	-2,20
Indonésia	2,43	0,20
Japão	4,84	2,00
Coreia do Sul	2,08	2,40
México	-0,90	-0,76
Rússia	5,93	5,50
África do Sul	-6,97	-3,30
Turquia	-5,92	-9,91
Reino Unido	-2,48	-1,92
EUA	-5,06	-3,10

Conta Corrente / PIB	2007	2011
Zona do Euro	-0,39	-0,30
França	-1,00	-2,23
Alemanha	7,45	5,74
Itália	-1,24	-3,19
Reino Unido	-2,48	-1,92
Bélgica	1,62	-0,12
Grécia	-14,36	-9,67
Irlanda	-5,33	0,08
Holanda	6,72	7,49
Polônia	-6,23	-4,31
Portugal	-10,10	-6,42
Espanha	-10,00	-3,71
Suécia	9,25	6,74

- Países do G20
- Países Europeus do G20
- Membros da Zona do Euro

Dados em: % do PIB

Fonte: WEO abril de 2012 - FMI
Elaboração: Ministério da Fazenda

... assim como no endividamento público

A crise econômica atual está intimamente relacionada ao alto nível de endividamento em países como Itália (de 103% em 2007 para 120% do PIB em 2011), Irlanda (de 24% em 2007 para 104% do PIB 2011) e Grécia (de 105% em 2007 para 160% do PIB em 2011). Estados Unidos e Japão também possuem elevados níveis de dívida pública.

G20 e Europa: Dívida Pública em Países Seleccionados (% do PIB)*

Dívida Pública / PIB	2007	2011
Argentina	67,10	44,20
Austrália	9,71	22,86
Brasil	65,19	66,18
Canadá	66,52	84,95
China	19,59	25,84
Índia	75,44	68,05
Indonésia	35,05	25,03
Japão	183,01	229,77
México	37,83	43,81
Rússia	8,51	9,60
África do Sul	28,29	-3,30
Coreia do Sul	30,66	34,14
Turquia	39,92	39,44
EUA	67,16	102,94

Dívida Pública / PIB	2007	2011
Zona do Euro	66,40	88,10
França	64,20	86,26
Alemanha	65,20	81,51
Itália	103,08	120,11
Reino Unido	43,91	82,50
Bélgica	84,06	98,51
Grécia	105,41	160,81
Irlanda	24,83	104,95
Holanda	45,30	66,23
Polônia	44,99	55,39
Portugal	68,27	106,79
Espanha	36,30	68,47
Suécia	40,23	37,44

- Países do G20
- Países Europeus do G20
- Membros da Zona do Euro

Dados em: % do PIB

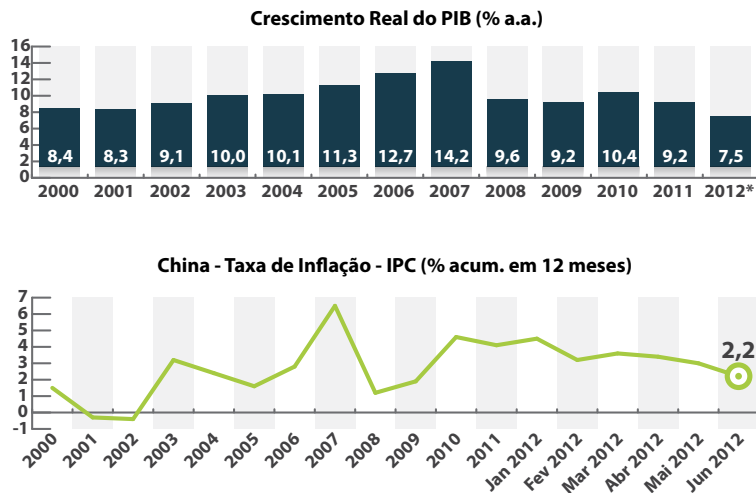
* Dívida Bruta

Fonte: WEO abril de 2012 - FMI
Elaboração: Ministério da Fazenda

China: papel importante na economia mundial

A China tem importante função na atividade econômica global. Embora o país tenha crescido acima de 9% em 2011, houve desaceleração, que deve ser mantida em 2012, pois as previsões de fraco crescimento para as economias avançadas afetarão o desempenho das exportações chinesas. Por outro lado, a trajetória da inflação do país vem desacelerando, de 4,1% em 2011 para 2,2% nos 12 meses terminados em junho de 2012.

China: Crescimento Real do PIB e Inflação ao Consumidor (%)



■ Crescimento Real
do PIB (a.a. %)
— Inflação ao Consumidor
(% em 12 meses)

Dados em: % anual;
% acumulado em 12 meses

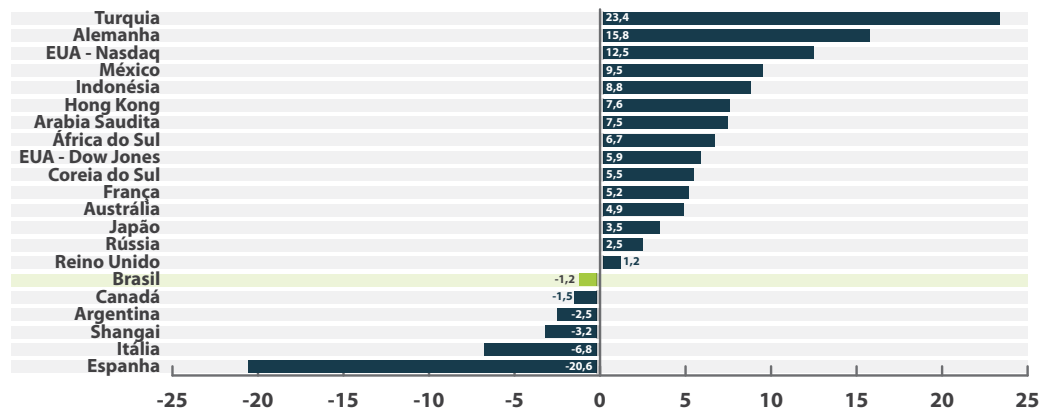
* Estimativa do Governo

Fonte: Bloomberg e WEO /FMI
Elaboração: Ministério da Fazenda

Comportamento das bolsas de valores nos países do G20

O desempenho do mercado financeiro tem sido influenciado pelas tensas condições econômicas do momento. Em 2012, as perdas têm sido significativas na Espanha e Itália.

Países do G20: Bolsas de Valores em 2012 (%)



Dados em: variação
% acumulada no ano
de 2012 até 31 de julho

Fonte: Bloomberg

Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Seção Especial Censo Demográfico

Ministério da
Fazenda

Grandes oportunidades proporcionadas pelo bônus demográfico

Além do notável desempenho econômico obtido na última década, os últimos resultados do Censo Demográfico de 2010 mostraram que o Brasil tem avançado em diversos indicadores sociais. Por exemplo, caíram as taxas de mortalidade e analfabetismo e houve redução das desigualdades educacionais.

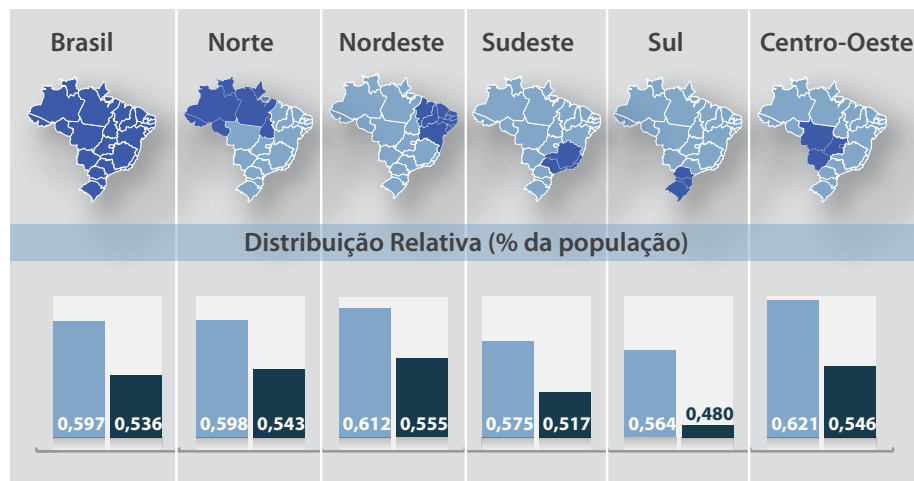
Ressalta-se que a distribuição mais uniforme do nível de escolaridade tem sido o principal motor da redução da desigualdade de renda. Com efeito, os 20% mais pobres aumentaram sua participação na riqueza total, o que por sua vez, implicou na redução do Coeficiente de Gini brasileiro de 0,597 em 2000 para 0,536 em 2010.

Além disso, o Censo de 2010 revelou que o bônus demográfico do país, advindo primordialmente de reduções na taxa de natalidade, ainda perdurará por mais algumas décadas. Isso significa que a maioria da população continuará sendo constituída por pessoas em idade ativa, possibilitando ganhos de produtividade e maiores possibilidades de crescimento econômico. ■

Consistente queda da desigualdade de renda

O Coeficiente de Gini brasileiro é o menor desde a década de 1960. Melhorias na educação, no mercado de trabalho e o aumento dos programas sociais do governo desempenharam um papel importante nesse processo. De 2000 a 2010, todas as regiões registraram considerável redução do índice de Gini.

Coeficiente de Gini*



■ 2000
■ 2010

* O Coeficiente de Gini é uma medida do grau de concentração de renda, cujo valor varia de 0 (zero) - perfeita igualdade - 1 (um) - máxima desigualdade

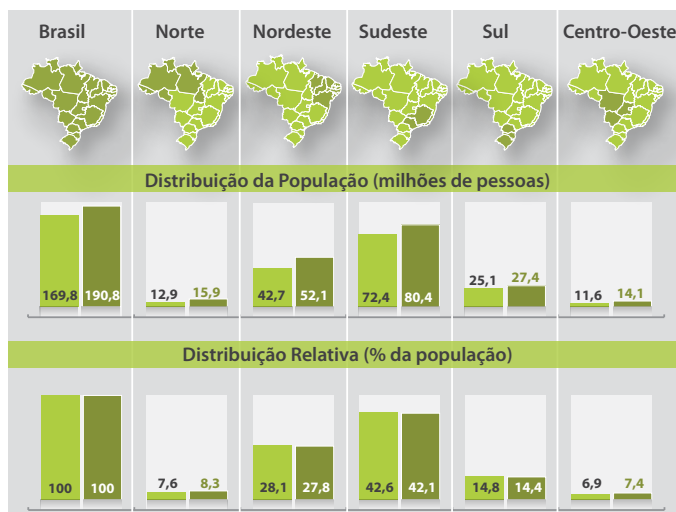
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Aumento da população brasileira no Norte e Centro-Oeste

Entre 2000 e 2010, a população brasileira cresceu em média 1,17 p.p., passando de 169,7 milhões para 190,7 milhões de pessoas. A Região Norte aumentou sua participação relativa no total, passando de 7,6% em 2000 para 8,3% em 2010. O mesmo aconteceu com a Região Centro-Oeste (passou de 6,9% em 2000 para 7,4% em 2010). Por outro lado, as Regiões Sul e Sudeste diminuíram suas participações em 0,4 e 0,5 pontos percentuais, respectivamente.

Brasil e suas Regiões: População e Participação Relativa (milhões de pessoas e % da população)



■ 2000
■ 2010

Dados em: milhões de pessoas e % da população

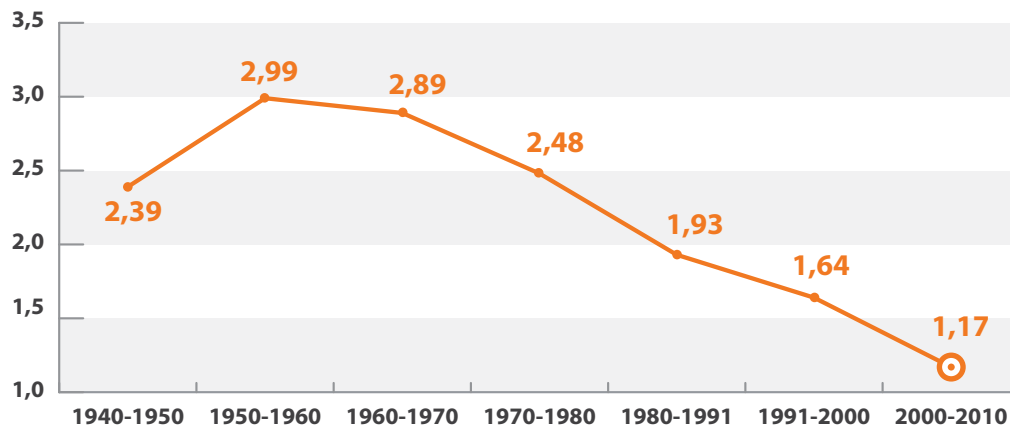
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Crescimento populacional brasileiro em desaceleração

Desde os anos 1970, o Brasil experimenta redução no ritmo de crescimento populacional, mesmo com a queda na taxa de mortalidade infantil. Na década de 1960, a taxa de crescimento anual da população era de aproximadamente 3,0% por ano. Entre 2000 e 2010, o crescimento populacional caiu para 1,17% por ano.

Taxa de Crescimento da População (%)



Dados em: variação %

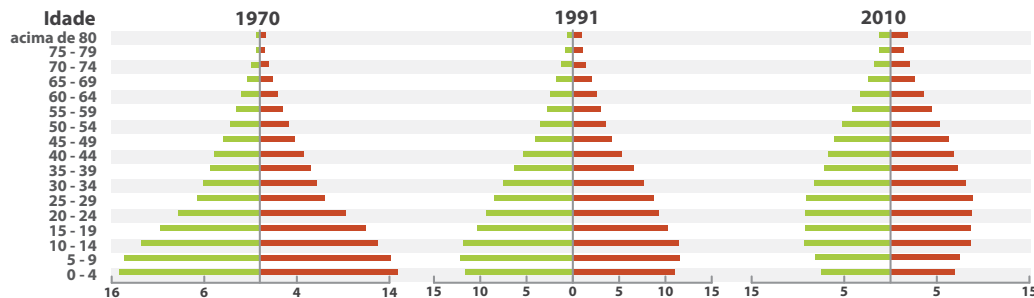
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Mudanças na pirâmide populacional nos últimos 40 anos . . .

Mudanças demográficas significativas estão ocorrendo na sociedade brasileira. Em 1970, a maioria da população era composta por jovens. No entanto, essa estrutura vem mudando gradualmente e, atualmente, o Brasil passa por um período de bônus demográfico em que a população com idade para trabalhar ultrapassa o número de idosos e crianças.

Pirâmide Populacional Brasileira: 1970 - 2010 (% da população)



Homens
Mulheres

Dados em: % da população

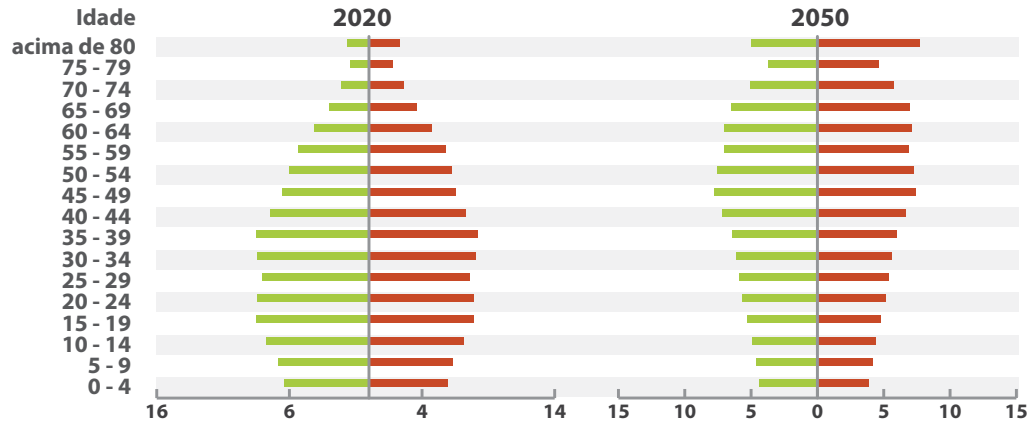
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

... continuarão nas décadas seguintes

Projeções populacionais indicam que ao longo do tempo a população em idade de trabalho deverá reduzir sua participação na população total. O aumento da expectativa de vida provocará no futuro o aumento de gastos em saúde e bem-estar. Todavia, o aumento da renda e a expansão da participação da mulher no mercado de trabalho ajudarão a superar os problemas de envelhecimento da população.

Pirâmide Populacional Brasileira: 2020 - 2050 (% da população)



Homens
Mulheres

Dados em: % da população

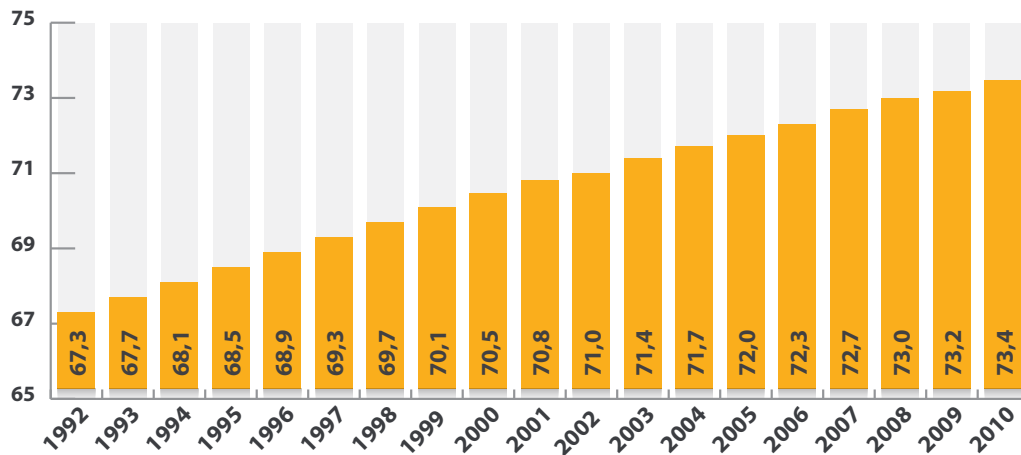
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Expectativa de vida do brasileiro cresceu de forma consistente

A expectativa de vida subiu de 67,3 em 1992 para 73,4 anos em 2010. Isso é resultado da evolução nas condições de vida, mudança que permitiu o acesso dos cidadãos de baixa renda aos pré-requisitos básicos de saúde, tais como: alimentação, água potável, habitação e saneamento. Com uma série de políticas públicas sociais focadas na elevação da renda entre os mais pobres, o Brasil conseguiu reduzir as desigualdades, criando oportunidades de emprego e permitindo o acesso a mercados de bens e serviços.

Expectativa de Vida ao Nascer (anos)



Dados em: anos

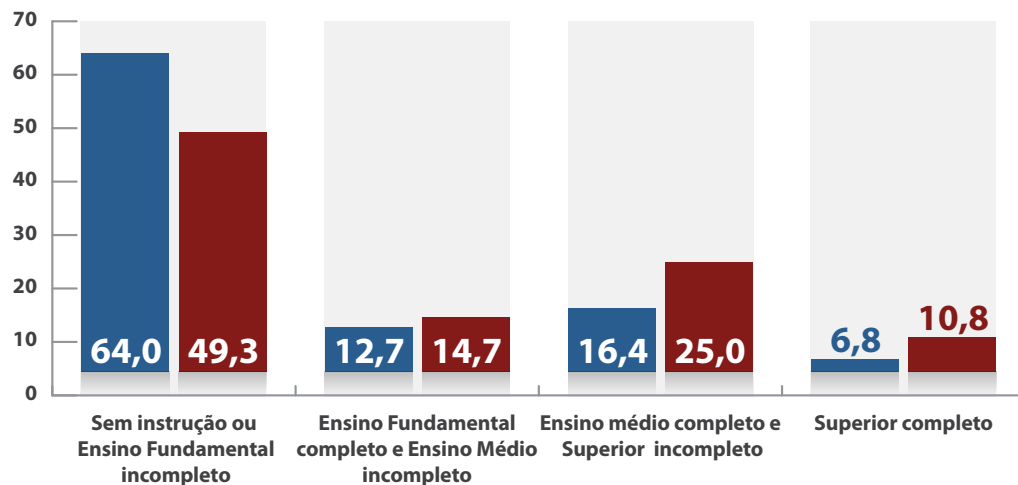
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Crescimento também no nível educacional

O nível educacional no Brasil cresceu consideravelmente nos últimos anos. Por exemplo, o percentual de brasileiros com diploma de segundo grau (ou com educação superior incompleta) passou de 16,4% em 2000 para 25,0% em 2010. O percentual de pessoas com diploma universitário também cresceu no mesmo período (de 6,8% para 10,8%). Ao mesmo tempo, o número de brasileiros sem escolaridade ou com educação primária incompleta caiu 23,0% entre 2000 e 2010.

Distribuição das Pessoas com 25 anos ou Mais, por Nível Educacional (%)



■ 2000

■ 2010

Dados em: %

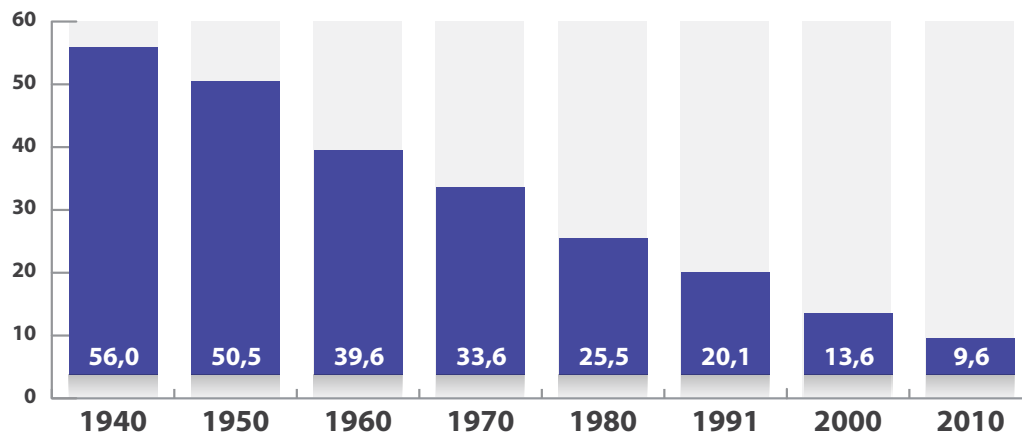
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxa de analfabetismo cai para menos de 10%

O nível de alfabetização melhorou consideravelmente no Brasil ao longo das últimas décadas, derrubando a taxa de analfabetismo para o nível mais baixo registrado, passando de 13,6% em 2000 para 9,6% em 2010. Antes da década de 1950, mais de 50% da população com 15 anos ou mais era analfabeta.

Brasil - Taxa de Analfabetismo para Pessoas com 15 anos ou Mais (% da população)



Dados em: % da população

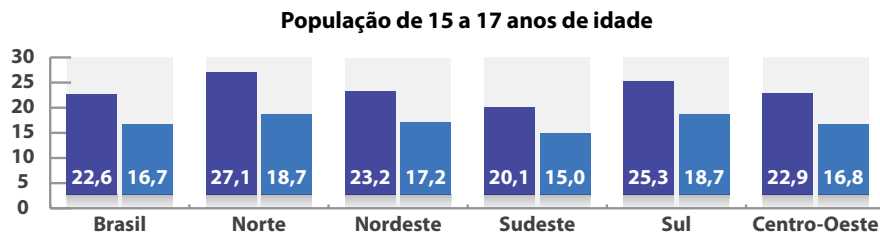
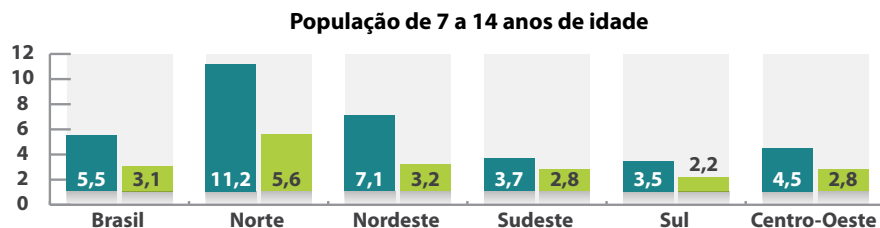
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxa de evasão escolar decresceu entre 2000 e 2010

O percentual de estudantes brasileiros, com idade entre 7 e 14 anos, que não frequentam a escola caiu de 5,5% em 2000 para 3,1% em 2010. As maiores quedas foram registradas nas regiões Norte (de 11,2% para 5,6%) e Nordeste (de 7,1% para 3,2%). Para pessoas com idade entre 15 e 17 anos, o padrão também foi similar. Em 2000, nessa faixa etária, elas representavam 22,6%, caindo para 16,7% em 2010.

Brasil e Grandes Regiões: Porcentagem de Pessoas que não Frequentam Escola 2000-2010 (%)



2000

2010

2000

2010

Dados em: %

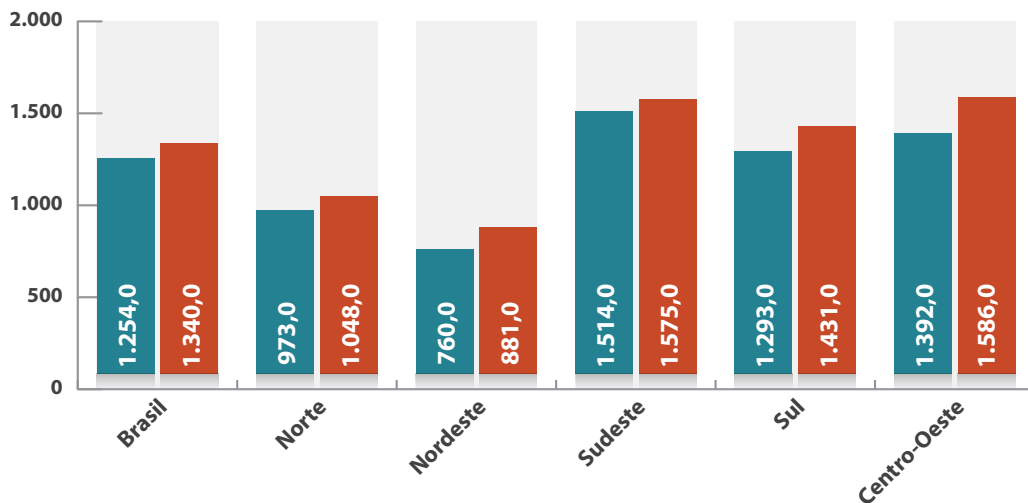
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Aumento da renda real é destaque no Nordeste e Centro-Oeste

A economia brasileira experimentou um período de rápido crescimento, com criação de empregos e melhor distribuição de renda. Por exemplo, entre 2000 e 2010, a renda real dos trabalhadores brasileiros cresceu 7,0% em média. Regionalmente, o aumento mais expressivo aconteceu nas regiões Nordeste (16%) e Centro-Oeste (14%).

Renda Real Média Mensal (R\$)



■ 2000

■ 2010

Dados em: R\$

* Rendimento real médio mensal de pessoas com 10 anos ou mais, por Grandes Regiões – 2000-2010. Valores deflacionados com base no INPC setembro de 2010

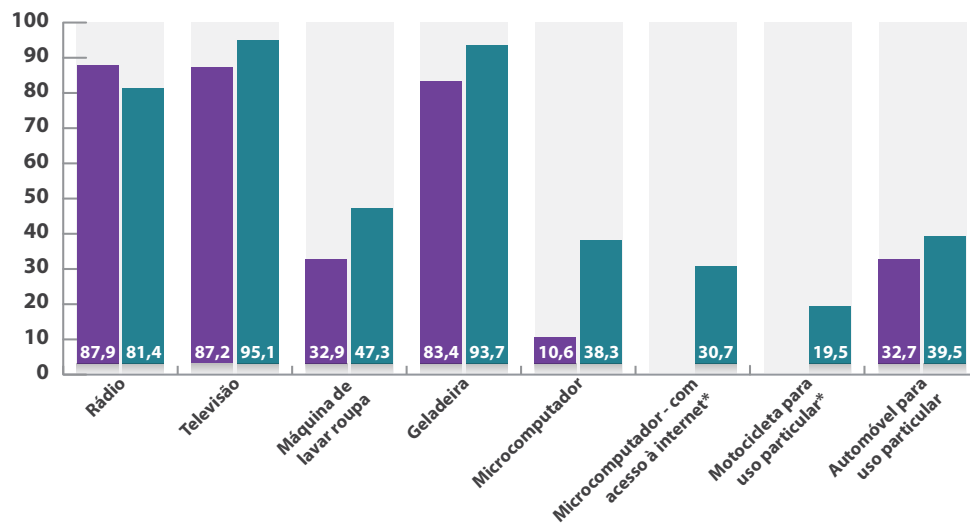
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Maior acesso a bens duráveis

Em razão de melhorias na renda e de acesso ao crédito, as famílias brasileiras agora possuem maior oportunidade de adquirir bens duráveis. Com efeito, em 2010, cerca de 95% dos domicílios tinham televisão e refrigerador. No entanto, o maior crescimento está relacionado à proporção de domicílios com computadores (de 10,6% em 2000 para 38,3% em 2010), seguido por máquinas de lavar (de 32,9% em 2000 para 47,3% em 2010).

Proporção de Domicílios com Acesso a Bens Duráveis (% do total)



■ 2000

■ 2010

Dados em: % do total

* Pesquisa não está disponível para o ano de 2000

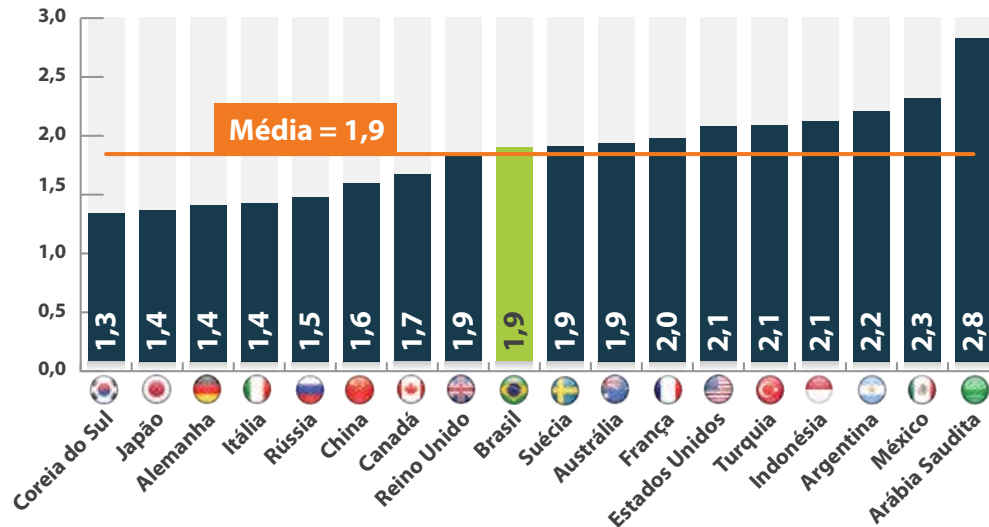
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxa de fertilidade brasileira entre as mais baixas do mundo

Com a queda da taxa de fertilidade ao longo dos últimos anos, a taxa brasileira (1,9) tornou-se tão baixa quanto às observadas nas economias desenvolvidas e dentro da média dos países selecionados no gráfico (1,9). A taxa de fecundidade da Arábia Saudita (2,8) é o dobro da Coreia do Sul, por exemplo.

Taxa de Fecundidade: Comparação Internacional* (número médio de filhos)



Dados em: número
médio de filhos

* Os valores são uma média entre os valores verificados entre 2005 e 2010 e a expectativa para o período entre 2010 e 2015

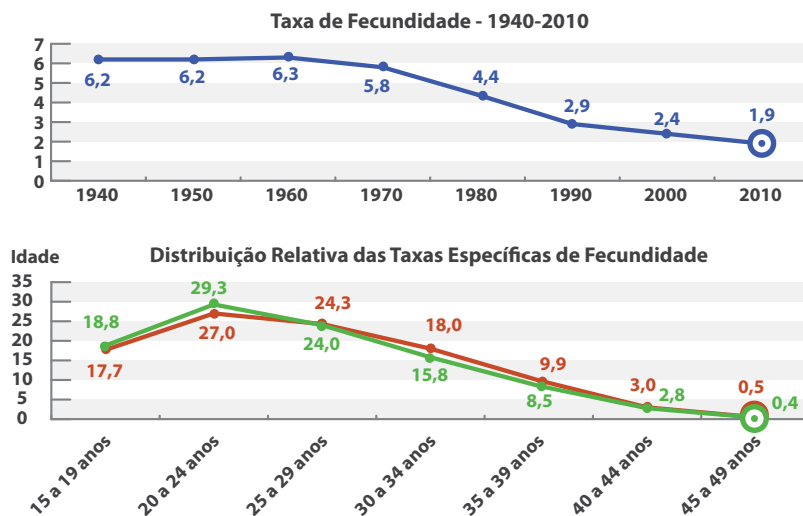
Fonte: IBGE e Nações Unidas

Elaboração: Ministério da Fazenda

Mulheres brasileiras estão tendo filhos mais tarde

A mudança na pirâmide populacional brasileira pode ser parcialmente explicada pela redução da taxa de fertilidade observada no país ao longo dos anos. Entre 1940 e 2010, o número médio de crianças por mulher caiu de 6,2 para 1,9. Além disso, entre 2000 e 2010, a taxa de fertilidade aumentou para as mulheres acima de 25 anos de idade. Isso demonstra que as mulheres passam a ter filhos quando estão mais velhas, momento em que adquirem melhores qualificações profissionais e melhores condições de vida.

Brasil: Taxa de Fecundidade (número médio de filhos) e sua Distribuição Relativa (%)



— Taxa de Fecundidade
(1940-2010)

— Distribuição Relativa em 2000
— Distribuição Relativa em 2010

Dados em: número
médio de filhos

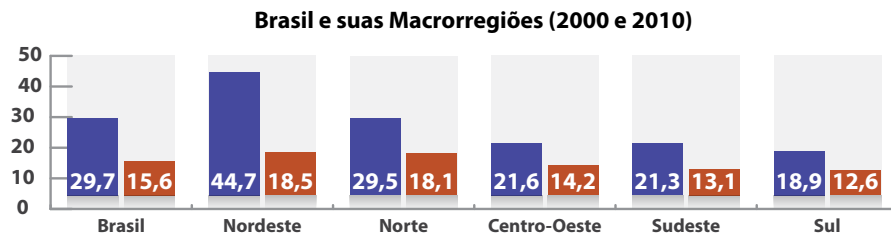
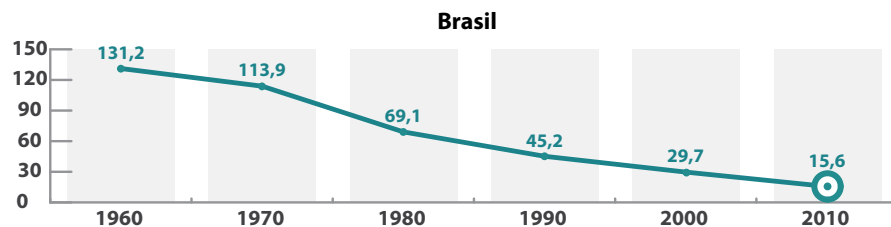
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Taxa de mortalidade reduziu drasticamente ...

Na última década, a mortalidade infantil no Brasil atingiu um nível recorde. Entre 2000 e 2010 a taxa caiu de 29,7 para 15,6. Tal redução é parcialmente creditada ao maior acesso ao sistema de saúde que ocorreu ao longo dos últimos anos. A Região Nordeste é o destaque, com uma queda da taxa de mortalidade infantil de 44,7 em 2000 para 18,5 em 2010, representando uma redução de mais de 50%.

Brasil e Grandes Regiões: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil (número de mortes por 1.000 nascidos vivos)



— Taxa de Mortalidade Infantil Brasileira

■ Taxa de Mortalidade em 2000

■ Taxa de Mortalidade em 2010

Dados em: número de mortes por 1.000 nascidos vivos

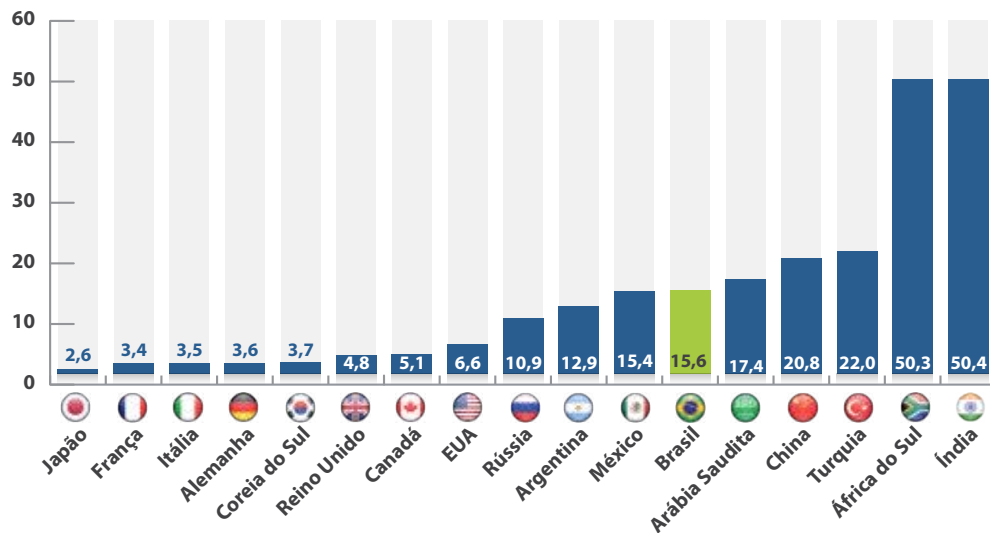
Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

... e já é a segunda menor entre os BRICS

A taxa de mortalidade infantil é um importante indicador social pois reflete as condições de vida da população de um país. Apesar de ser alta em comparação aos países desenvolvidos, a taxa de mortalidade infantil no Brasil é a segunda menor entre os BRICS.

Taxa de Mortalidade Infantil: Comparação Internacional* (número de mortes por 1000 nascidos vivos)



Dados em: número de mortes por 1.000 nascidos vivos

* Os valores são uma média entre os valores verificados entre 2005 e 2010 e a expectativa para o período entre 2010 e 2015

Fonte: IBGE e Nações Unidas
Elaboração: Ministério da Fazenda

Economia Brasileira em
PERSPECTIVA



Anexo

Recentes Medidas de

Política Econômica

Ministério da
Fazenda

Medidas recentes - setor automotivo

Recentemente, o Governo Federal anunciou uma nova política de estímulo ao setor automotivo, para o quinquênio 2013 – 2017. Estes incentivos visam desenvolver a inovação e a tecnologia, além de reduzir os efeitos da emissão de gases poluentes.

Além disso, a fim de estimular o setor automotivo, um conjunto de medidas financeiras e fiscais foram anunciadas.

Medidas Financeiras

- Bancos Públicos e privados: Aumento do volume de crédito, Redução do percentual de entrada, Aumento das prestações, Redução das taxas de juros/custo financeiro
- Banco Central: Liberação de compulsório para compra de carteira – aumenta crédito e reduz *spread*

Medidas Fiscais

- Redução do IOF para o crédito para pessoa física – de 2,5% para 1,5%.
- E redução do IPI conforme quadro abaixo.

Redução do IPI		De	Para
Até 1000 cc	No Regime Automotivo	7%	0%
	Fora do Regime Automotivo	37%	30%
De 1000cc até 2000cc	No Regime Automotivo	11% - 13%	5,5% - 6,5%
	Fora do Regime Automotivo	41% - 43%	35,5% - 36,5%
Utilitários	No Regime Automotivo	4%	1%
	Fora do Regime Automotivo	34%	31%

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Medidas recentes - bens de capital

Medidas recentes visando a queda do custo do investimento e do preço dos produtos para os consumidores.

Alterações nas taxas de juros (ao ano)		
	De	Para
Exportações Pré – Embarque: Grandes Empresas	9%	8%
Ônibus e caminhões*	7,7%	5,5%
Máquinas e equipamentos: Grandes Empresas*	7,3%	5,5%
Proengenharia*	6,5%	5,5%

*Condições válidas até 31 de agosto de 2012

Alterações no Prazo		
	De	Para
Procaminhoneiro	Até 96 meses	Até 120 meses

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Medidas recentes – incidência da taxa de IOF sobre empréstimos externos

O Governo decidiu reduzir o prazo para empréstimos externos sujeitos ao pagamento de IOF de 6 por cento de 5 para 2 anos, revertendo a medida tomada em março de 2012, que visava a evitar a apreciação cambial naquele momento.

	12/3/2008	19/10/2009	4/10/2010	18/10/2010	26/7/2011	1/12/2011	29/12/2012	9/3/2012	HOJE
Portfólio									
Renda fixa	1,50%	2,00%	4,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Títulos de longo prazo emitidos por empresas	1,50%	2,00%	4,00%	6,00%	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ações	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Depósitos de margem em operações derivativas	0,38%	0,38%	0,38%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Empréstimos externos com prazo de até									
90 dias	5,38%	5,38%	5,38%	5,38%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
270 dias	0,38%	0,00%	0,00%	0,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
1 ano	0,38%	0,00%	0,00%	0,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
2 anos	0,38%	0,00%	0,00%	0,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
3 anos	0,38%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,00%	6,00%	0,00%
5 anos	0,38%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,00%	0,00%
Posição vendida excessiva em BRL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Desoneração da folha de pagamentos: perguntas e respostas

O que é a desoneração da folha de pagamento?

A desoneração da folha de pagamento é constituída de duas medidas complementares. Em primeiro lugar, o governo está eliminando a atual contribuição previdenciária sobre a folha e adotando uma nova contribuição previdenciária sobre a receita bruta das empresas (descontando as receitas de exportação), em consonância com o disposto nas diretrizes da Constituição Federal. Em segundo lugar, essa mudança de base da contribuição também contempla uma redução da carga tributária dos setores beneficiados, porque a alíquota sobre a receita bruta foi fixada em um patamar inferior àquela alíquota que manteria inalterada a arrecadação — a chamada alíquota neutra.

Esta mudança de base de contribuição é para todas as empresas?

Não é para todas as empresas, apenas para aquelas que se enquadrarem nas atividades econômicas ou que fabricarem produtos industriais listados na Medida Provisória, além daquelas já beneficiadas pela Lei nº 12.546/2011, que inaugurou a desoneração da folha. Nesses casos, a empresa obrigatoriamente terá de passar a pagar sua contribuição previdenciária sobre a receita bruta oriunda da venda daqueles produtos.

Qual será a alíquota sobre receita bruta que as empresas enquadradas na Medida Provisória pagarão?

Vai depender do setor em que a empresa atua ou o produto que produza.

O governo decidiu adotar duas alíquotas diferentes:

- 1% para as empresas que produzem determinados produtos industriais (identificados pelo código da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados — TIPI)
- 2,0% para as empresas do setor de serviços, como aquelas do ramo hoteleiro, de call center e design houses, e que prestam os serviços de tecnologia de informação e tecnologia de informação e comunicação.

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Desoneração da folha de pagamentos: perguntas e respostas

A desoneração atinge todas as contribuições sobre a folha?

Não. A substituição da base folha pela base faturamento se aplica apenas à contribuição patronal paga pelas empresas, equivalente a 20% de suas folhas salariais. Todas as demais contribuições incidentes sobre a folha de pagamento permanecerão inalteradas, inclusive o FGTS e a contribuição dos próprios empregados para o Regime Geral da Previdência Social. Ou seja, se a empresa for abrangida pela mudança, ela continuará recolhendo a contribuição dos seus empregados e as outras contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento (como seguro de acidente de trabalho, salário-educação, FGTS e sistema S) da mesma forma que hoje – apenas a parcela patronal deixará de ser calculada como proporção dos salários e passará a ser calculada como proporção da receita bruta.

O que deve fazer uma empresa que possui apenas parcela da sua receita vinculada aos serviços e produtos elencados na Medida Provisória?

Ela deverá proporcionalizar sua receita de acordo com os serviços/produtos enquadrados e não-enquadrados na Medida Provisória e recolher a contribuição previdenciária em duas guias: uma parcela sobre a receita e outra parcela sobre a folha.

Como isso funciona na prática? É possível exemplificar?

Se, por exemplo, uma empresa tiver 70% de sua receita derivada de produtos enquadrados na Medida Provisória e 30% de fora, então ela deverá recolher a alíquota de 1% sobre 70% de sua receita e aplicar a alíquota previdenciária normal, de 20%, sobre 30% de sua folha salarial. Digamos que a receita de uma empresa nesta situação seja de 1000 e sua folha de salários de 200. Atualmente, essa empresa recolhe 20% de 200, pagando 40 de contribuição previdenciária. Pela nova sistemática, ela pagará 19 ($1\% \times 70\% \times 1000 + 20\% \times 30\% \times 200$).

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Desoneração da folha de pagamentos: perguntas e respostas

O que muda no recolhimento da nova contribuição?

A contribuição previdenciária das empresas sobre a folha é recolhida, em geral, via Guia da Previdência Social (GPS), juntamente com a contribuição do empregado, no código 2100.

A contribuição sobre a receita bruta das empresas, que agora está sendo estendida para outros setores, é recolhida por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), com os seguintes códigos*:

I – 2985: Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta – Empresas Prestadoras de Serviços de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

II – 2991: Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta – Demais.

Qual é o objetivo da desoneração da folha?

São múltiplos os objetivos. Em primeiro lugar, amplia a competitividade da indústria nacional, por meio da redução dos custos laborais, e estimula as exportações, isentando-as da contribuição previdenciária. Em segundo lugar, estimula ainda mais a formalização do mercado de trabalho, uma vez que a contribuição previdenciária dependerá da receita e não mais da folha de salários. Por fim, reduz as assimetrias na tributação entre o produto nacional e importado, impondo sobre este último um adicional sobre a alíquota de Cofins-Importação igual à alíquota sobre a receita bruta que a produção nacional pagará para a Previdência Social.

* Fonte: Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil nº 86, de 1º de dezembro de 2011

Fonte: Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério da Fazenda

Desoneração da folha de pagamentos: perguntas e respostas

Todas as importações terão acréscimo de Cofins?

Não, apenas sofrerão cobrança adicional de Cofins as importações dos mesmos produtos industriais que, no caso de fabricação no país, estiverem tendo sua receita bruta tributada pela nova contribuição previdenciária. Ou seja, os importados cujos códigos TIPI estejam elencados na Medida Provisória. Por exemplo: uma peça de confecção produzida no Brasil terá sua receita bruta auferida no mercado doméstico tributada em 1% pela contribuição previdenciária; e uma peça de confecção importada terá uma alíquota adicional de 1% na Cofins-importação.

Como a União fará a compensação para o Fundo de Previdência Social?

A legislação estabelece que a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social.

Como ter certeza de que os impactos fiscais e econômicos esperados vão ocorrer na prática?

Para avaliar os resultados econômicos e os impactos fiscais da medida, o governo está constituindo uma Comissão Tripartite que terá a participação de membros do governo, representantes de trabalhadores e dos empresários.

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Política industrial de desoneração da folha de pagamentos

Setores Econômicos	Antes (FP = Folha de Pagamento)	Depois da MP 563/2012	Benefício Fiscal Anualizado da Mudança de Contribuição (R\$ milhões)
Têxtil	20% FP	1,00 %	550
Vestuário	20% FP*	1,00 %	385
Couro e Calçados	20% FP*	1,00 %	632
Mobiliário	20% FP	1,00 %	209
Produtos de Matérias Plásticas	20% FP	1,00 %	530
Material Elétrico	20% FP	1,00 %	372
Bens de Capital – Mecânica	20% FP	1,00 %	1.254
Indústria de Ônibus	20% FP	1,00 %	77
Automóveis – Partes e Peças	20% FP	1,00 %	1.130
Indústria Naval	20% FP	1,00 %	145
Indústria de Aviação	20% FP	1,00 %	225
Hotéis	20% FP	2,00 %	216
Tecnologia de Informação	20% FP**	2,00 %	1.171
Call Centers	20% FP	2,00 %	312
Design Houses (chips)	20% FP	2,00 %	4
Total	—	—	7.214

* Entre dezembro e julho de 2012 teve alíquota de 1,5% da Receita Bruta

** Entre dezembro e julho de 2012 teve alíquota de 2,5% da Receita Bruta

Fonte: Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério da Fazenda

Medidas emergenciais

Medidas emergenciais				
Medidas	Resoluções CMN em 2012	Estiagem		Enchentes
		Sul	Nordeste	Norte
Linha emergencial de crédito PROCAP-AGRO	Resolução nº 4.049, de 26/1/2012	✓		
Prazo adicional para pagamento e renegociação de operações de crédito rural (PSI)	Resoluções nº 4.047 e nº 4.048	✓		
	Resoluções nºs 4.066 e 4.067, de 12/4/2012, e 4.083 e 4.082, de 22/5/2012		✓	✓
	Resolução nº 4.070, de 26/4/2012	✓	✓	✓
Linha especial de crédito de investimento com recursos do FNO, para a região norte, e do FNE, para a Região Nordeste	Resoluções nºs 4.075, 4.076 e 4.077, de 4/5/2012, e 4.078, 4.079 e 4.080, de 22/5/2012		✓	✓
Linha especial de crédito de investimento para produção de alimentos do Programa Mais Alimentos/PRONAF – estiagem, seca, excesso de chuvas, enchente e enxurrada	Resolução nº 4.081, de 22/5/2012	✓	✓	✓

Compras governamentais: PAC equipamentos

Equipamentos		Quantidade	Valor (R\$ milhões)	Destinação	% Produção semestre
	Caminhões	8.000 unidades	2.280,20	Equipar as Forças Armadas e para Estados e Municípios com problemas climáticos (seca etc.)	8,40%
	Patrulha Agrícola	3.000 unidades	870	Aumentar a produtividade da agricultura dos Municípios	20%
	Retroescavadeiras	3.591 unidades	650	Melhorar as estradas vicinais e o escoamento da produção dos Municípios	48%
	Motoniveladoras	1.330 unidades	638,6		66%
	Perfuratrizes	50 unidades	13,5	Perfuração de poços para região da seca	
	Furgão: Ambulância	2.125 unidades	326,3	Sistema Único de Saúde	12%
	Furgão: Unidade Odonto Móvel	1.000 unidades	154,2	Sistema Único de Saúde	

Compras governamentais: PAC equipamentos

Equipamentos		Quantidade	Valor (R\$ milhões)	Destinação	% Produção semestre
	Trens Urbanos	160 vagões	721	CBTU e Transurb	
	Motocicletas	500 unidades	22,3	Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal	
	Blindado Guarani	40 unidades	342,4	Defesa	100%
	Veículo Lançador de Míssil - ASTRO 2020	30 unidades	246	Defesa	100%
	Ônibus	8.570 unidades	1.714,00	Programa Caminho da Escola	36%
	Mobiliário Escolar	3.000.000 unidades	456	Equipar as escolas	20%
Total Compras			8.434,50		
Adicional			6.611,00		

Compras governamentais: margens de preferência

Equipamentos e Materiais Hospitalares			
	Margens de preferência	Prazo de vigência	Valor anual estimado de compras
Alta complexidade tecnológica	25%	Até 30 Jun 2017	R\$ 2,0 bilhões
Média-Alta complexidade tecnológica	20%		
Média-Baixa complexidade tecnológica	15%		
Baixa complexidade tecnológica	8%		

Prorrogação da redução da alíquota do IPI

Redução do IPI da Linha Branca Prorrogação até 31 de agosto de 2012		
	Alíquota Normal	Alíquota Reduzida
Fogão	4%	0%
Tanquinho	10%	0%
Refrigerador e Congelador	15%	5%
Máquina de Lavar Roupas	20%	10%
IPI Móveis, Laminados PET, Luminárias e Painéis Prorrogação até 30 de setembro de 2012		
Móveis	5%	0%
Laminados PET	15%	0%
Luminárias	15%	5%

• REDUÇÃO DA PIS/COFINS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS:

A MP 574, de 28/06/2012, prorrogou a redução a zero de PIS/COFINS para massas alimentícias até 31 de dezembro de 2012.

PAC mobilidade – médias cidades: mais qualidade para o transporte urbano

Objetivo:

- Recursos disponíveis de R\$ 7 bilhões para fomentar ações estruturantes para o sistema de transporte coletivo urbano por meio de qualificação e ampliação da infraestrutura de mobilidade urbana.

Quem pode pleitear?

- Municípios com mais de 250 mil e menos de 700 mil habitantes (IBGE 2010) e Governos Estaduais, sempre com a anuência dos municípios envolvidos.

Municípios aptos:

AC: Rio Branco; AP: Macapá; BA: Feira de Santana, Vitória da Conquista; CE: Caucaia; ES: Vila Velha, Serra, Cariacica, Vitória; GO: Aparecida de Goiânia, Anápolis; MG: Contagem, Uberlândia, Juiz de Fora, Betim, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Uberaba, Governador Valadares; MT: Cuiabá, Várzea Grande; PA: Ananindeua, Santarém; PB: Campina Grande; PE: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Caruaru, Paulista, Petrolina; PR: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu; RJ: Niterói, Belford Roxo; RJ: Campos dos Goytacazes, São João de Meriti, Petrópolis, Volta Redonda; RN: Mossoró; RO: Porto Velho; RR: Boa Vista; RS: Caxias do Sul, Pelotas, Canoas, Santa Maria, Gravataí; SC: Joinville, Florianópolis, Blumenau; SE: Aracaju; SP: Santo André, Osasco, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santos, Mauá, São José do Rio Preto, Mogi das Cruzes, Diadema, Jundiaí, Carapicuíba, Piracicaba, Bauru, São Vicente, Itaquaquecetuba, Franca, Guarujá, Taubaté, Limeira, Suzano, Praia Grande.

Fonte: Ministério do Planejamento
Gestão e Orçamento

Elaboração: Ministério da Fazenda

Glossário - Instituições

ABAL	Associação Brasileira do Alumínio
ANA	Agência Nacional de Águas
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BM&F BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EPE	Empresa de Pesquisa Energética

FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF	Ministério da Fazenda

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
NASDAQ	<i>National Association of Security Dealers Automated Quotation</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Glossário - Termos

BACEN	Banco Central do Brasil
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDS	<i>Credit Default Swap</i>
CRB	<i>Commodity Research Bureau</i>
CRI	Certificado de Recebível Imobiliário
DPF	Dívida Pública Federal
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FED	<i>Federal Reserve</i>
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIP	Fundo de Investimento em Participações
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INCC-DI	Índice Nacional de Custo da Construção Civil - Disponibilidade Interna
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras
IPA-DI	Índice de Preços ao Produtor Amplo - Disponibilidade Interna
IPC-BR	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia
PIB	Produto Interno Bruto

PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMI	<i>Purchasing Managers' Index</i>
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RMV	Renda Mensal Vitalícia
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR	Taxa de Referência
UHE	Usina Hidrelétrica
WEO	<i>World Economic Outlook/FMI</i>

Presidente da República: *Dilma Vana Rousseff*
Ministro da Fazenda: *Guido Mantega*
Secretário Executivo: *Nelson Barbosa*
Secretário de Política Econômica: *Márcio Holland*
Chefe de Gabinete: *Marcelo Fiche*

Produção e Execução

Secretaria de Política Econômica

Conselho Editorial

Cleomar Gomes

Fabio Graner

José Gilberto Scandiucci Filho

Lígia Ourives

Suporte Técnico

Assessoria de Assuntos Econômicos do Gabinete do Ministro

Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro - ACS

Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN

Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

Arte

Projeto Gráfico: *Viviane Barros*

Arte da capa e entre capítulos: *André Nóbrega*

Diagramação: *Alline Luz, Evelin Paim e Viviane Barros*

Estagiários de Design: *Letícia Lopes e João Vítor Corrêa*



Ministério da
Fazenda



www.fazenda.gov.br

Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/ebp>

Finalizado em 17 de agosto de 2012